

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E  
AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LARISSA PEREIRA SANTOS

*JUSTIÇA NOS TRILHOS:*

Redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa  
das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia

BELÉM - PARÁ  
2018

LARISSA PEREIRA SANTOS

*JUSTIÇA NOS TRILHOS:*

Redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação. Área de Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

BELÉM - PARÁ  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S237j

Santos, Larissa

JUSTIÇA NOS TRILHOS : redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia / Larissa Santos. — 2018  
204 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim

I. Rede Justiça nos Trilhos. 2. Comunicação. 3. Cidadania. 4. Comunidades. 5. Redes de Movimentos Sociais. . I. Chagas Amorim, Célia Regina Trindade, *orient.* II. Título

---

CDD 658.45

LARISSA PEREIRA SANTOS

*JUSTIÇA NOS TRILHOS:*

Redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação. Área de Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

RESULTADO:      ( x ) APROVADA      ( ) REPROVADA

Data: 16 de março de 2018

---

Profa. Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim  
Orientadora - UFPA

---

Profa. Dra. Cicília Maria Krohling Peruzzo  
Membro – Pesquisadora (CNPq)

---

Profa. Dra. Alda Cristina Costa  
Membro - UFPA

BELÉM - PARÁ  
2018



**Defesa de Dissertação**  
**Ata de Desempenho da Aluna**

Aos 16 dias do mês de março de 2018, às 8h30 horas, foi realizada, na sala de videoconferência do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Defesa de Dissertação de **Laísza Pereira Santos**, cujo trabalho intitula-se **"JUSTIÇA NOS TRILHOS: redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia"**. A Comissão Examinadora, constituída pela professora doutora Célia Regia Trindade Chagas Amorim (PPGCom-UFPA), pelas professoras doutoras Cicília Maria Krohling Peruzzo (CNPq) e Alda Cristina Silva da Costa (PPGCom-UFPA), emitiu o seguinte parecer:

*O pesquisado sabe usar as redes  
língua e transformando a escrita  
mente, com domínio metodológico  
capacidade de pesquisa e argumentação  
no momento a abordagem de dados.*

Resultado final:

- Aprovado sem alterações       condicionado a pequenas alterações
- Aprovado mediante reformulação sob a responsabilidade do aluno e do orientador
- Reprovado

Outros comentários:

- Louvar
- Indicação para publicação

Eu, Célia Regia Trindade Chagas Amorim, orientadora, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

*Célia Trindade Amorim*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Célia Regia Trindade Chagas Amorim - orientadora (PPGCom-UFPA)

*Alda Cristina Silva da Costa*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Alda Cristina Silva da Costa - examinadora interna (PPGCom-UFPA)

*Cicília Maria Krohling Peruzzo*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Cicília Maria Krohling Peruzzo - examinadora externa (CNPq)



*A meu pai João Bento, minha mãe Maria de Fátima, e aos meus irmãos Luciana, Marco, Luzia e Suely, que incansavelmente ajudam na realização de todos os meus sonhos.*

*A todas as comunidades e movimentos de atingidas e atingidos pelos empreendimentos da Vale S.A.*

## AGRADECIMENTOS

Março de 2016 foi um mês de coragem para mim. Iniciei o mestrado, uma experiência para a qual eu me dediquei e pela qual esperei ansiosamente desde o término da graduação em Jornalismo, na Universidade Federal do Maranhão. Saí de casa, meu porto seguro de uma vida inteira. O medo e a saudade me fizeram passar alguns dias desse março com um nó na garganta. Só consegui engoli-lo quando encontrei os meus pares no Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da UFPA. Pessoas a quem hoje eu posso agradecer e chamar de amigos – mas para que esses encontros se realizassem, tantas outras pessoas me ajudaram...

Minha casa, meu porto seguro, é cheia de seres humanos que me ensinaram a habitar esse mundo com alegria e leveza. Ao meu pai, João Bento, eu devo os aprendizados e busca diária pela humildade, a serenidade e o perdão, valores tão visíveis no seu modo de ser. Minha mãe, Maria de Fátima, é a expressão mais forte que tenho sobre o que é o amor. Uma mulher que me ensinou a encarar as dificuldades da vida com força, sem jamais perder a bondade para com o próximo. Juntos, sem um diploma de alfabetização, eles me ensinaram a ler, escrever e entender que a maior riqueza do mundo está nas relações humanas. Esta dissertação é também deles.

Meus irmãos, Luciana, Marco, Luzia e Suely, são as janelas da minha casa, que me levaram para os jardins mais coloridos, onde eu aprendi a me desprender do egoísmo e da individualidade. Eles sempre me fizeram enxergar as flores mais bonitas, mesmo quando a vida mostrava tempestade. Sou grata por aprender com eles a dividir, partilhar e dar valor mais ao “ser” do que ao “ter”.

Eles também me deram sobrinhas, sobrinhos e afilhados, a quem eu agradeço pelos momentos de brincadeiras e cuidado mútuo, no desafogo das preocupações com os estudos. Para eles, eu tento ser o exemplo de que a educação é o caminho para a melhoria das nossas vidas, para a construção de um olhar crítico e transformador sobre o mundo.

A minha família foi a fortaleza que me fez chegar como estrangeira no mestrado, para aos poucos poder mostrar o meu jeito de habitar. A minha família foi raiz que não se rompeu com a distância, sendo adubada todas as vezes em que eu pude ser presença. A minha família me espera, mais forte. A minha família realiza sonhos junto comigo – a conclusão do mestrado é um deles. O sentido de gratidão que agora eu tento expressar aqui, por mais que só

o consiga sentir, eu aprendi com essa família. Por isso, são as primeiras pessoas para as quais eu dedico esta pesquisa.

É em família que eu reconheço o amor e proteção de um Ser maior, que nos guia e alimenta todos os dias: Deus! A Força espiritual que me deu paciência para não agir por impulso, controlar as minhas inquietações e emoções, e desenvolver uma pesquisa com sabedoria. Força amparada também pelas energias de uma Mãe Celestial que intercede pelos meus pedidos diários.

Antes das chuvas de março, passadas em Belém do Pará, eu vivi encontros com outras famílias que me ajudaram a ser quem eu sou hoje. Centenas de homens, mulheres, jovens e crianças, impactadas pelas ações de exploração da mineradora Vale S.A. na Amazônia brasileira. Elas foram a minha motivação na busca de um jornalismo diferente, de uma “outra comunicação”. Elas são a razão de muitas mudanças que eu precisei fazer nesta pesquisa e as responsáveis pelas reflexões que podem ser lidas aqui. Reflexões que não seriam possíveis sem a ajuda com as entrevistas, conversas informais e trocas realizadas durante o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, o Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração e a Exposição e Ciclo de Debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos, os danos irreversíveis da mineração”. Aos atingidos e atingidas que são citados aqui – e a todos os demais que tenho o objetivo de representar –, eu sou imensamente grata. Espero contribuir com a visibilização de suas lutas e experiências, e ajudar na construção de um pensamento crítico sobre os contextos que envolvem a questão mineral na Amazônia.

Até chegar em março de 2016, foram quatro anos de crescimento profissional e pessoal, reconhecimento de uma identidade e compartilhamento de histórias. Quatro anos de experiências com as atingidas e os atingidos pela Vale S.A. que eu vivi na Rede *Justiça nos Trilhos*. Sou agradecida a todas e todos que compartilharam comigo as missões dessa Rede. Em especial, agradeço ao padre Dário Bossi, um irmão de luta e conselheiro que muito me ajudou na caminhada profissional e que contribuiu com informações importantes para este estudo.

Depois das chuvas de março de 2016, eu mudei de casa e de pesquisa. Uma estrangeira em busca de equilíbrio. Nas mudanças de casas, encontrei a Samíria, uma amiga-irmã que Deus me apresentou e que eu agradeço por ter aceitado dividir comigo o aluguel da nossa *kitnet*, as despesas da vida de estudantes, os meus dramas... Sou grata pelas vezes que nem pensou em dividir os trabalhos domésticos para me deixar estudando. Nunca conseguirei retribuir o bem que me fez – e também nunca conseguirei fazer uma comida gostosa, à altura da nossa amizade (risos).

Nas mudanças da pesquisa, encontrei a professora Alda Cristina Costa, que foi marcante na minha vida desde aquele março de 2016. Ela identificou os meus problemas de pesquisa (no plural) antes de mim. Ou talvez eu já os sentisse, mas tinha medo da mudança. Em sala de aula, ela fez o meu objeto falar sozinho, ela me questionou e fez-me questionar o meu lugar de fala. Fora da sala de aula, a professora Alda percebeu as minhas dificuldades, os meus medos e me mostrou caminhos... As mudanças começaram a acontecer! A ela, gratidão.

Essas mudanças se consolidaram a partir do encontro com a professora Célia Trindade Amorim, orientadora desta pesquisa, minha “mãe-acadêmica” e a responsável por reanimar o meu amor pela pesquisa, pela academia, pelos estudos. Assim como a professora Alda, a professora Célia provocou em mim outras problemáticas de pesquisa e de vida. Ainda naquele março de 2016, ela também me mostrou que a nossa essência enquanto seres humanos e cidadãos é o fundamento necessário para buscarmos a transformação do mundo em um mundo melhor. Desde então eu me “pego” a pensar sobre a minha essência no mundo. Conheci a professora Célia no início do mestrado, fazemos pesquisa juntas somente há nove meses, mas a nossa relação é de outros “marços” (só não sei explicar!). Eu teria um “textão” de agradecimentos só para ela, mas não posso cansar os meus leitores já nos “pré-textuais” da dissertação.

Março de 2016 marca a entrada de uma nova turma de mestrado no PPGCom/UFPA, uma turma que possibilitou o meu encontro com amigos que quero levar para o Maranhão (minha terra). Quero fortalecer a amizade e agradecer pela acolhida carinhosa que eu tive no estado do Pará, mesmo não gostando de açaí, maniçoba e tacacá. Os debates e construções de pensamentos em sala de aula foram importantes para o meu amadurecimento acadêmico. Os encontros de lazer e bate-papo fora da UFPA me ajudaram a conhecer Belém e amenizar a saudade de casa. Obrigada a cada um dos meus amigos e colegas de turma!

Importantes também foram as discussões promovidas no grupo de pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (CNPq/UFPA), as parcerias realizadas, os artigos produzidos e as relações de afeto. Da mesma forma, sou agradecida pela participação no grupo de pesquisa Comunicação e Política na Amazônia (Compoa). Foram experiências que me ajudaram a pensar criticamente durante esta pesquisa. Sou grata por fazer parte do PPGCom/UFPA, um Programa de Pós-Graduação que pensa sobre a Amazônia, característica fundamental para o meu objeto de pesquisa.

Em tempos de desmontes, desvalorização da educação e cortes de recursos financeiros na Pós-Graduação do Brasil, é importante dizer que a bolsa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi primordial para a

realização e conclusão desta pesquisa. Em agradecimento, eu também faço votos de que as nossas lutas e pesquisas possam contribuir com a mudança desse contexto.

Preciso registrar um agradecimento pelas contribuições na banca de qualificação do mestrado, apontadas pelas professoras Alda Cristina Costa e Voyner Ravena-Cañete. Muito do que discutimos na banca ajudou no aprofundamento da pesquisa e no que busquei registrar nas páginas que seguem. Agradeço mais uma vez à Professora Dr.<sup>a</sup> Alda Costa por ter aceitado o convite de participar da banca de defesa e continuar contribuindo com os nossos estudos. Por fim, e não menos importante, registro a honra de poder contar com a contribuição da Professora Dr.<sup>a</sup> Cicília Peruzzo na apresentação dos resultados e discussões desta pesquisa.

Agora... É quase março de 2018, o nó da garganta passou, a saudade continua, mas eu me sinto mais forte porque tem gente que me espera mais forte, na família e nas comunidades atingidas pela Vale S.A. Com essas pessoas que citei aqui e muitas outras que não mencionei para não me alongar, nasceu essa dissertação. Uma pesquisa pensada em comunhão com mulheres e homens que têm o desejo de mudança dentro de si e que me inspiram a lutar por um mundo mais justo, igualitário, HUMANO.

*“Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída”.*

*(Paulo Freire. Pedagogia da esperança, p. 15)*

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a *Justiça nos Trilhos* como uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais que atua em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia. Partimos da hipótese de que a *Rede Justiça nos Trilhos* é uma articulação comunicativa de comunidades e movimentos sociais que, ao desenvolver atividades nos espaços físicos e virtuais, denuncia impactos e promove direitos por meio de ações locais, nacionais e internacionais. A *Rede* surgiu em 2007, como uma campanha internacional realizada para buscar apoio às pessoas atingidas pela Vale S.A., e ganhou adesão de vários movimentos sociais, comunidades, sindicatos e organizações durante o Fórum Social Mundial (FSM), em 2009, na cidade de Belém do Pará. Diante disso, tomamos por base o seguinte questionamento: como ocorrem as articulações comunicativas da *Rede Justiça nos Trilhos* com as diferentes comunidades e movimentos sociais para fazer frente às ações da Vale S.A.? Outras inquietações também foram necessárias: Quais são seus objetivos? Quais atores sociais compõem a rede? Quais processos comunicacionais podem ser observados face a face e na internet como forma de articulação em rede? Na busca de respostas, dialogamos com as contribuições teóricas de Freire (1983), Wolton (2010), Gohn (2013, 2014), Scherer-Warren (2006, 2011), Castells (2013, 2015), Melucci (1989), Touraine (1989, 1998), Pinsky e Pinsky (2013), Mouffe (2003, 2015), Buber (1982), Peruzzo (2005, 2009, 2013, 2017), Paiva (2003) e Amorim (2018), dentre outros, para adentrarmos nos estudos sobre movimentos sociais, redes de movimentos sociais, formas de mobilizações sociais, ações coletivas, comunicação, cidadania e comunidade. A metodologia se constitui de uma abordagem qualitativo-descritiva, com o uso do método de Análise de Conteúdo para estudarmos as formas de organização da *Justiça nos Trilhos* na internet. Como técnicas de pesquisa, realizamos rodas de conversas, observação participante, seguidas de entrevistas abertas e semiestruturadas no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração (Maranhão), no Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração (Pará e Maranhão) e na Exposição e Ciclo de Debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos, os danos irreversíveis da mineração” (Pará), para entendermos suas redes de comunidades e movimentos sociais. Os encontros e o ciclo de debates ocorreram em junho, julho e agosto de 2017. Durante os meses de junho e julho de 2017, também monitoramos a página no *Facebook* e o *site* da *Rede Justiça nos Trilhos*, com o intuito de perceber as articulações em redes manifestadas na internet. Consideramos que as redes comunicativas da *Justiça nos Trilhos* são processos desenvolvidos no âmbito da comunicação comunitária, alternativa, popular e dialógica, tendo a transformação das comunidades atingidas pela Vale S.A. como objetivo central, ajudando, por meio do desenvolvimento de suas práticas nas redes sociais ou na internet, na construção e ampliação da cidadania.

**Palavras-chave:** *Rede Justiça nos Trilhos*. Comunicação. Cidadania. Comunidades. Redes de Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the *Justice On the Rails Network* as a network of communities and social movements that act in defense of the women and men affected by the Vale S.A. corporation on the Amazon. We begin with the hypothesis that the *Justice On the Rails* is a communicative articulation of communities and social movements that develops activities in the physical and virtual spaces to denounce impacts and to promote rights through local, national and international actions. The network was first created in 2007 as an international campaign to seek support for the people hit by the Vale S.A. and has gained adherence of various social movements, communities, syndicates, and organizations during the World Social Forum (WSF), in 2009, in Belém of Pará, Brazil. We took as the basis the following question: How do *Justice On the Rails* articulations occur among different communities and social movements to stand against the actions of the Vale S.A.? Other questions also make themselves necessary: What are their objectives? What social actors make part of the network? What are the communication processes that can be seen face to face and on the Internet as network articulation? In search of answers, we have engaged with the theoretical contributions of Freire (1983), Wolton (2010), Gohn (2013, 2014), Scherer-Warren (2006, 2011), Castells (2013, 2015), Melucci (1989), Tourraine (1989, 1998), Pinsky e Pinsky (2013), Mouffe (2003, 2015), Buber (1982), Peruzzo (2005, 2009, 2013, 2017), Paiva (2011) e Amorim (2018), among others, to understand the studies about social movements, social movements network, forms of social mobilizations, collective actions, communication, citizenship and community. The methodology consists of a qualitative-descriptive approach, alongside with the use of Content Analysis to study *Justice On the Rails* forms of organization on the Internet. As techniques we used wheels of conversations, participant observation, followed by open and semistructured interviews at the *Meeting of Youth Affected by Mining* (Maranhão), at the *Regional Meeting of People Affected by Mining* (Pará and Maranhão), and at the *Exhibition and Cycle of Debates "From the river which was sweet to the other side of the rails, the irreversible mining damage"* (Pará), to understand their networks of communities and social movements. The meetings occurred on June, July and August 2017. During June and July 2017 we also monitored the *Justice On the Rails'* social media and website, with the intention to perceive the network articulations manifested in the internet. We consider that the *Justice On the Rails* communicative networks are processes developed in the scope of communitarian, alternative, popular and dialogic communication, having the transformation of the communities affected by Vale S. A. as an central objective, for which they help in the construction and expansion of citizenship through developing their practices on social media or on the Internet.

**Keywords:** Justice On the Rails Network. Communication. Citizenship. Communities. Social Movements Network.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Exposição e ciclo de debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração” .....	19
<b>Figura 2</b> - Localização de Açailândia no mapa do estado do Maranhão .....	31
<b>Figura 3</b> - Piquiá de Baixo, Açailândia-MA.....	32
<b>Figura 4</b> - Mão suja com o pó preto emitido pelas siderúrgicas de Piquiá de Baixo, Açailândia-MA .....	33
<b>Figura 5</b> - Mina de Carajás – PA.....	39
<b>Figura 6</b> - Participação da comunidade na página do <i>Facebook</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i> .....	58
<b>Figura 7</b> - Estrada de Ferro Carajás, Miranda do Norte - MA .....	64
<b>Figura 8</b> - Menu “Comunidades” no <i>site</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i> .....	65
<b>Figura 9</b> - <i>Site</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i> .....	91
<b>Figura 10</b> - Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, Açailândia-MA.....	97
<b>Figura 11</b> - Assentamento Francisco Romão, Açailândia - MA .....	103
<b>Figura 12</b> - Matéria no <i>site</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i> sobre o <i>Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração</i> .....	104
<b>Figura 13</b> - Exposição “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos, os danos irreversíveis da mineração”. Na foto, a Professora Dr <sup>a</sup> . Célia Trindade Amorim .....	106
<b>Figura 14</b> - Autora desta pesquisa durante o <i>Ciclo de Debates</i> com as atingidas e os atingidos .....	107
<b>Figura 15</b> - Roda de conversa durante o <i>Encontro da Juventude Atingida pela Mineração</i> . .....	118
<b>Figura 16</b> - Desenho elaborado durante roda de conversa no <i>Encontro da Juventude Atingida pela Mineração</i> .....	119
<b>Figura 17</b> - Relato de participante da roda de conversa no <i>Encontro da Juventude Atingida pela Mineração</i> .....	120
<b>Figura 18</b> - Cartaz de divulgação do evento “Cerrado: os povos gritam por água e territórios livres”, no dia 12 de julho de 2017, na página do <i>Facebook</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i> ....	127
<b>Figura 19</b> - Página no <i>Facebook</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i> , em 16 jan. 2018.....	131
<b>Figura 20</b> - Página do <i>Facebook</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i> , em 7 ago. 2017.....	131
<b>Figura 21</b> - Publicação no <i>Facebook</i> sobre adesão da Vale S.A. ao Pacto Global das Nações Unidas.....	133

<b>Figura 22</b> - Publicação no <i>Facebook</i> sobre o documentário “Peleja do povo contra o dragão de ferro” .....	134
<b>Figura 23</b> - <i>Menu</i> "Comunidades" no <i>site</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i> .....	135
<b>Figura 24</b> - Matéria sobre comunidades quilombolas do Maranhão .....	136
<b>Figura 25</b> - Matéria sobre acusação de professor, compartilhada na página do <i>Facebook</i> ...	138

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: “NÓS SOMOS A REDE”!</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIÇA NOS TRILHOS: 10 ANOS DE ENFRENTAMENTO CONTRA OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DA AMAZÔNIA</b> .....	<b>30</b>
<b>2.1</b>	<b>Breve contexto sobre a atuação da Vale S.A: motivações para o nascimento da <i>Justiça nos Trilhos</i></b> .....	<b>37</b>
<b>2.2</b>	<b>Amazônia: movimentos sociais e impactos socioambientais no contexto da mineração</b> .....	<b>42</b>
<b>3</b>	<b>REDES COMUNICATIVAS DE COMUNIDADES EM AÇÕES DE CIDADANIA</b> .....	<b>49</b>
<b>3.1</b>	<b>Comunidades: espaços de construção da cidadania</b> .....	<b>61</b>
<b>4</b>	<b>REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COLETIVA</b> .....	<b>70</b>
<b>4.1</b>	<b>Fórum Social Mundial: “a rede das redes”</b> .....	<b>82</b>
<b>5</b>	<b>PRÁTICAS COMUNICATIVAS DE CIDADANIA NAS REDES DE ATINGIDAS E ATINGIDOS PELA VALE S.A. NA AMAZÔNIA</b> .....	<b>88</b>
<b>5.1</b>	<b>Nos trilhos metodológicos da pesquisa e análise da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i></b> .....	<b>88</b>
<b>5.1.1</b>	<b>Comunicação é Relação: encontros de atingidas e atingidos pela mineração</b> .....	<b>96</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Comunicação é Diálogo: rodas de conversas</b> .....	<b>117</b>
<b>5.1.3</b>	<b>Comunicação é (Com) Partilhar: mídias produzidas pela <i>Justiça nos Trilhos</i></b> .....	<b>125</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>141</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>147</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista (semiestruturado)</b> .....	<b>154</b>
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista (aberto)</b> .....	<b>155</b>
	<b>APÊNDICE C – Roteiro de roda de conversa: Encontro da Juventude Atingida pela Mineração</b> .....	<b>156</b>
	<b>APÊNDICE D – Roteiro de roda de conversa: Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração</b> .....	<b>157</b>
	<b>ANEXO A – Relatos e desenhos: Encontro da Juventude Atingida pela Mineração</b> .....	<b>158</b>
	<b>ANEXO B – Relatos: Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração</b> .....	<b>167</b>
	<b>ANEXO C – Dados coletados no Facebook da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i></b> .....	<b>171</b>
	<b>ANEXO D – Dados coletados no <i>site</i> da <i>Rede Justiça nos Trilhos</i></b> .....	<b>179</b>
	<b>ANEXO E – Termo de responsabilidade</b> .....	<b>186</b>

## 1 INTRODUÇÃO: “NÓS SOMOS A REDE”!

*Somos famílias inteiras desrespeitadas, sem acesso a alguns dos direitos mais fundamentais;*

*Somos trabalhadores explorados em minas de ferro, carvão, níquel, cobre;*

*Somos sindicalistas, ambientalistas, feministas, políticos;*

*Somos estudantes, somos professores;  
Somos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, camponeses;*

*Somos migrantes, refugiados, homens, mulheres e crianças arrancados do chão que pariu e alimentou suas famílias;*

*Somos cidadãos enganados, desempregados, favelados, marginalizados, doentes;*

*Somos sem terra, sem teto, sem trabalho.*

*Somos brasileiros, chilenos, peruanos, argentinos, moçambicanos, canadenses, indonésios... Indignados com o saque cotidiano de riquezas que pertencem a nossos povos.*

*Somos todos lutadores sociais em busca de um desenvolvimento que alcance de forma igualitária a todos os cidadãos e respeite verdadeiramente o meio ambiente, os direitos humanos e a vontade própria das comunidades tradicionais.*

*E juntos trabalhamos instrumentos e estratégias comuns para expor a verdadeira Vale, contestar seu poder absoluto e fortalecer os trabalhadores e todas as populações atingidas por suas ações.*

*(Justiça nos Trilhos, 2017)*

A *Rede Justiça nos Trilhos* é uma organização de comunidades, movimentos sociais, entidades, sindicatos, pesquisadores, jornalistas, dentre outros, que atua em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. Tem sua identidade marcada na epígrafe que abre este capítulo. Como mencionado acima, a *Rede Justiça nos Trilhos* assume a função de contestar as ações de violações de direitos cometidas pela mineradora Vale S.A. na Amazônia brasileira e em outros países onde a empresa está presente.

Minha relação com esse universo de pesquisa começou ainda durante as graduações nos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e Licenciatura em Geografia, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), respectivamente. Foi onde tive a oportunidade de conhecer o trabalho da *Rede Justiça nos Trilhos* por meio de palestras e documentários. Ali, sem muito entender como eram realizadas as atividades dessa *Rede*<sup>1</sup>, eu apenas me espantava com a realidade injusta e cruel que inúmeras pessoas, próximas de mim, viviam por conta dos impactos da mineradora Vale S.A. em seus territórios.

Na época, eu realizava pesquisa sobre violência em um bairro periférico de Imperatriz, no Maranhão. Pude entender que as pessoas que moram às margens dos trilhos da Vale S.A. também sofrem inúmeros tipos de violências, mas só mais tarde comecei a compreender a complexidade dessas violências. Ainda sigo nesse caminho.

Depois da graduação em Jornalismo tive a oportunidade de participar de uma seleção para jornalistas, organizada pela *Rede Justiça nos Trilhos*, e o meu coração de militante em defesa das comunidades atingidas pela Vale S.A. começou a pulsar. No início do ano de 2012, comecei a minha trajetória profissional, mal visualizando o tamanho do desafio que tinha pela frente.

Os relatos jornalísticos sobre a morte de defensoras e defensores de direitos humanos, a problemática dos “Meninos do Trem”<sup>2</sup>, a participação da *Justiça nos Trilhos* na assembleia dos acionistas da Vale S.A., etc. – os primeiros e mais difíceis trabalhos ainda estão registrados na minha memória, como o momento de imersão no caminho dos trilhos, em busca de justiça.

A experiência profissional iniciada na *Rede* se transformou em uma bandeira de luta, que passei a conduzir junto às comunidades atingidas pela Vale S.A. e a tantos outros

---

<sup>1</sup> A adoção do nome “*Rede*” com texto em itálico e inicial maiúscula, usado nesta pesquisa, sempre se refere à *Rede Justiça nos Trilhos*, que em outros momentos será mencionada apenas como *Justiça nos Trilhos*, evitando repetições na escrita.

<sup>2</sup> “Meninos do Trem” é como ficou conhecido o fenômeno no qual crianças e adolescentes viajam clandestinamente nos vagões de minério da Vale S.A. em busca de melhores condições de vida pelas cidades do Maranhão e Pará.

movimentos que dialogam com a *Justiça nos Trilhos*. O primeiro aprendizado construído nessa experiência de vida foi a percepção de me considerar uma atingida pela Vale S.A. e pela exploração insustentável das riquezas da Amazônia. Portanto, esta pesquisa é mais uma forma de incentivar o pensamento crítico sobre a atuação da maior mineradora brasileira e de visibilizar a luta de povos que são afetados pela exploração mineral.

Essa breve descrição pessoal é um começar a contar o porquê de ter escolhido as articulações comunicativas da *Rede Justiça nos Trilhos* como objeto de pesquisa. Penso no papel que a academia tem em problematizar os fenômenos com os quais nos relacionamos cotidianamente. Nesse sentido, percebi que chegou o momento de uma pausa na prática jornalística, de um diálogo entre militância e pesquisa. Portanto, é essa trajetória, agora sob a luz de teorias e metodologias científicas, que me faz levantar hipóteses e questionamentos a respeito deste objeto de pesquisa.

A entrada no Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA) despertou em mim o interesse em não perder de vista o ideal que construí dentro da *Rede Justiça nos Trilhos* e junto às comunidades com as quais pude estabelecer vivências: visibilizar a voz de grupos marginalizados e contribuir na busca por direitos. Por isso, tão importante e intensa tem sido a participação no Grupo e Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, coordenado pela professora Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim, orientadora deste trabalho. Os debates do grupo possibilitaram um olhar mais específico para a atuação da *Justiça nos Trilhos*, atento para os seus processos comunicacionais, de resistência e cidadania, ao mesmo tempo em que ampliado para o contexto da região amazônica.

Os diálogos construídos no âmbito do Grupo e Projeto Mídias Alternativas na Amazônia resultaram na elaboração de várias produções científicas e de extensão. O primeiro artigo, intitulado *Articulação Internacional das Atingidas e dos Atingidos pela Vale S.A.: ações de contra-hegemonia nas redes sociais da internet e das ruas*, assinado em parceria com a minha orientadora, foi submetido ao periódico qualificado “Revista Comunicação e Informação”, da Faculdade de Comunicação e Informação (UFG), em agosto de 2017. Esse trabalho analisa a atuação de um movimento internacional de enfrentamento aos impactos causados pela mineradora Vale S.A., do qual a *Rede Justiça nos Trilhos* faz parte.

O mesmo artigo foi aprovado no II Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos (II Sialat), ocorrido de 27 a 29 de novembro de 2017, em Belém-PA, evento promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea/UFPA). Outra produção científica aprovada para o II Sialat, considerando a importância das discussões

ocorridas nesse evento internacional, foi o artigo *Juventude atingida pela mineração na Amazônia: articulações da Rede Justiça nos Trilhos*, uma reflexão desta dissertação.

Em paralelo, com a escritura dessas produções científicas, participamos da “Exposição e Ciclo de debates ‘Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração’”, ocorrida em Belém-PA, de 7 a 11 de agosto de 2017, no Espaço de Ensino Mirante do Rio, na UFPA. Essa exposição (Figura 1) foi promovida pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, em parceria com a *Rede Justiça nos Trilhos* e o Grupo Mídias Alternativas na Amazônia.

A importância da participação nesses eventos se dá pelo fato de compartilharmos experiências, reforçando o olhar de pesquisadoras, sem perder o vínculo que outrora foi construído como militante. Tais encontros também nos permitiram uma inserção ativa nas redes de articulações e debates sobre mineração na Amazônia.

**Figura 1** - Exposição e ciclo de debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração”



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

O nascimento da *Justiça nos Trilhos* ocorreu no ano de 2007, em decorrência dos impactos provocados por uma das maiores mineradoras do mundo: a Vale S.A. A presença da Vale S.A. na Amazônia, em outras regiões do Brasil e em outros países sempre foi permeada pelo discurso desenvolvimentista. Esse discurso, desde a fundação da mineradora, em 1943, esconde inúmeros cenários negativos que ela gera nos territórios onde atua. Sendo uma das

maiores mineradoras do mundo, a Vale S.A. está presente em 38 países e é líder mundial na produção de minério de ferro. Essa liderança é fruto das extrações minerais desenvolvidas da Serra de Carajás, no estado do Pará, desde a década de 1980.

A *Rede Justiça nos Trilhos* é um dos principais movimentos de atuação direcionada especificamente para o combate às explorações da mineradora Vale S.A. no Brasil. Em 2017, a *Rede* completou 10 anos de enfrentamento contra os impactos da mineração nos territórios da Amazônia, sobretudo nos estados do Maranhão e Pará.

Com a compreensão das conjunturas política e social que envolvem as atividades de mineração, a *Rede* se tornou uma articulação de comunidades, movimentos sociais, sindicatos, associações, entidades, grupos de pesquisa, dentre outros. Em seu *site*, está exposta a seguinte mensagem, que registra as motivações para a agregação de diferentes atores:

Se hoje nos unimos, é porque já conhecemos de perto o que existe para além da propaganda da Vale. Se nos articulamos, trocamos experiências e lutamos em conjunto, é porque percebemos que por detrás do discurso da empresa está a sua agressividade e seu poder destrutivo. Sabemos, por exemplo, que o papo de “sustentabilidade” tenta esconder os irreversíveis impactos causados ao meio ambiente; que a história de “responsabilidade social” é contada para ocultar o desrespeito aos direitos das comunidades atingidas pelos empreendimentos da Vale; que a divulgação da imagem de funcionários satisfeitos não apaga o desrespeito a leis trabalhistas nem a intransigência e a arrogância no trato com trabalhadores sindicalizados (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017a, on-line).

A descrição do “Quem somos” apresentada no *site* da *Rede Justiça nos Trilhos* expõe a diversidade dos atores sociais envolvidos no contexto da mineração na Amazônia e em outros países onde a Vale S.A. atua, bem como os fatores que os unem. Nos estados do Maranhão e Pará, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) corta 27 municípios, passando pelo meio de aproximadamente 100 comunidades. Essas comunidades se organizam em coletivos para trocar experiências, estratégias de resistências e denúncias.

Uma das formas de atuação é em rede, como a *Justiça nos Trilhos*, que atua por meio da participação em movimentos e articulações, como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, a Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale (AVs) e o Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL), entre outros. A *Rede Justiça nos Trilhos* também colabora em algumas denúncias com outras entidades de defesa dos direitos humanos e se articula internacionalmente com a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH). Essa estratégia caracteriza uma atuação cada vez mais articulada, promovendo o diálogo nas esferas nacional e internacional.

Percebemos a dimensão comunicativa presente nas articulações da *Justiça nos Trilhos*, desenvolvidas face a face e na internet, com as comunidades, os movimentos sociais e com seus atores externos. São diferentes tipos de relações que ocorrem no âmbito local, com as atingidas e os atingidos pela Vale S.A. e nos âmbitos nacional e internacional, com outras entidades e intelectuais, na realização de estudos, comparação de estratégias e análises de contextos.

Paulo Freire (1983) aborda a comunicação como uma ação baseada no diálogo, no encontro entre sujeitos, que, a partir de laços de pertencimento e da busca pela transformação social, criam reciprocidades e lutam pelo direito de serem ouvidos. Com isso, no ato do encontro, os sujeitos vislumbram “a significação dos significados”. Na perspectiva freiriana, o diálogo é condição básica para o ato comunicativo.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário. Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação (FREIRE, 1983, p. 45).

De acordo com Freire, o mundo é um mundo em comunicação e nele não existem sujeitos passivos. Para o educador, os sujeitos são a centralidade do ato comunicativo – marcado pelas características do encontro, do diálogo, do direito à comunicação e do direito de comunicar. Com base nas formas de organização da *Justiça nos Trilhos*, identificamos uma perspectiva da comunicação como um direito humano (FREIRE, 1983; PERUZZO, 2009).

Nesse sentido, Peruzzo (2013) afirma que nos contextos das comunidades e dos movimentos sociais, a comunicação é uma estratégia e uma forma de viver que busca romper com injustiças e humanizar práticas sociais. Então refletimos sobre “a comunicação construída neste universo em seu processo educativo/comunicativo” (PERUZZO, 2013, p. 161).

As diferentes formas de articulação identificadas na *Justiça nos Trilhos* são explicadas por Gohn (2015) como propriedades dos movimentos sociais da contemporaneidade, que se organizam em rede globalizada e informatizada.

Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à mediada que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. As redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam

segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral (GOHN, 2015, p. 15).

De acordo com Gohn (2015) os Movimentos Sociais são “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2015, p. 13). Nesse mesmo sentido, autores como Touraine (1989) e Melucci (1989) fundamentam as nossas discussões teóricas com contribuições sobre os movimentos sociais nas suas perspectivas coletivas.

A ideia de redes de movimentos sociais pensada na atualidade é defendida por Scherer-Warren (2011), como uma emergência dos anos 1990. “Trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 23).

Sob essas perspectivas, buscamos fazer uma investigação sobre movimentos sociais a partir dos seus contextos de atuação, definições e transformações – caminho necessário para olharmos a *Justiça nos Trilhos* como uma rede que articula diversos movimentos sociais, comunidades, entidades, associações, organizações, grupos de pesquisas, entre outros, por meio de processos comunicacionais.

Diante disso, tomamos por base o seguinte questionamento: como ocorrem as articulações comunicativas da *Rede Justiça nos Trilhos* com as diferentes comunidades e movimentos sociais para fazer frente às ações da Vale S.A.? Outras indagações também foram necessárias: quais são seus objetivos? Quais atores sociais compõem a *Rede*? Quais processos comunicacionais podem ser observados nos espaços físicos e na internet como forma de articulação em rede?

No intuito de responder a essas perguntas, no segundo capítulo da pesquisa fazemos uma apresentação inicial sobre o contexto de nascimento e atuação da *Justiça nos Trilhos*, abordando o enfrentamento dessa *Rede* aos impactos ocorridos no âmbito da mineração. Nesse momento, consideramos importante situar a discussão sobre movimentos sociais e os impactos socioambientais no contexto da Amazônia, a fim de estabelecer o lugar de surgimento da *Rede Justiça nos Trilhos*.

A *Justiça nos Trilhos* faz parte do contexto de emergência dos novos movimentos que se organizam nas ruas e na internet para a promoção da cidadania. Segundo Castells (2015), “ao mesmo tempo, atores sociais e cidadãos individuais ao redor do mundo estão usando a nova capacidade de comunicação em rede para promover seus projetos, defender seus interesses e afirmar seus valores” (CASTELLS, 2015, p. 104).

Castells (2015) defende a ideia de que, com a internet, o poder da comunicação e da informação está sendo espalhado para todas as esferas da sociedade – e os movimentos sociais se utilizam desse poder para assegurar os seus posicionamentos e demandas. Por outro lado, ele próprio diz que a internet é fundamental na articulação de redes globais, mas a organização *online* “depende de interações presenciais anteriores, que ao convergirem em uma localidade de eventos, cria novas ocasiões para maiores interações presenciais” (CASTELLS, 2015, p. 396).

É evidente que a internet apresenta a possibilidade para que cidadãos do mundo compartilhem seus ideais e construam redes de relacionamentos. Maia (2008) diz que “no âmbito da esfera pública, algumas associações ajudam a trazer novos temas para a atenção pública e incorporar vozes de grupos previamente excluídos no debate público”. (MAIA, 2008, p. 333). A autora cita algumas formas de atuação *online* entre movimentos sociais e associações, como “ciberprotestos, listas eletrônicas de abaixo-assinado, guerrilha de *e-mails* a dirigentes e a oficiais públicos, desobediência civil eletrônica”, etc. (MAIA, 2008, p. 343).

Com base nesses apontamentos, o objetivo geral da pesquisa foi refletir sobre a importância da *Justiça nos Trilhos* como uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais que atua em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia. Por meio dos objetivos específicos buscamos: identificar e analisar as formas e estratégias comunicacionais construídas pela *Rede* e em rede nos encontros de atingidas e atingidos pela Vale S.A.; observar as perspectivas de atuação em rede com as comunidades que compõem a *Justiça nos Trilhos*; e registrar a diversidade dos atores que fazem parte da *Rede* e suas formas de enfrentamento à Vale S.A.

Partimos da hipótese de que a *Justiça nos Trilhos* é uma articulação comunicativa de comunidades e movimentos sociais que, ao desenvolver atividades nos espaços físicos e virtuais, denuncia impactos e promove direitos com ações locais, nacionais e internacionais. De acordo com Venício Lima (2006), a comunicação é inerente a todas as dimensões da cidadania, ajudando nesse sentido a promover direitos por ser uma ação usada pelos movimentos sociais que não conseguem divulgar as suas demandas na mídia tradicional. V. A. Lima (2006) diz que a comunicação se constitui,

ao mesmo tempo, em direito civil — liberdade individual de expressão; em direito político — através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado; e em direito civil — através do direito a uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de ideias e opiniões (LIMA, V. A., 2006, p 11).

As injustiças sociais e ambientais cometidas pela mineradora Vale S.A. podem ser materializadas como motivações para o surgimento de lutas coletivas de atores que têm um ideal em comum. Moraes (2013) afirma que essas ações dão sentido ao debate sobre cidadania.

Na medida em que constituem processos históricos de conquista de direitos e deveres, a cidadania e a democracia concretizam-se, pois, na sociabilidade cotidiana e na verdadeira eficácia das instituições e equipamentos públicos. O grande desafio de hoje – quando as potencialidades técnicas e materiais da humanidade permitem a solução dos problemas de fome e de miséria – é enfrentar as situações de extremas misérias e de carência que correspondem a um país de enormes diferenças sociais (MORAES, 2013, p. 513).

A história de resistência e promoção da cidadania nas comunidades atingidas pela Vale S.A. foi sendo estabelecida pelos desafios de encarar as violações de direitos como causas para a transformação social. Gohn (2015) colabora no diálogo com a noção de cidadania quando enfatiza que “ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida” (GOHN, 2015, p. 17). Ela afirma ainda que

A participação cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há um outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A participação cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza (GOHN, 2015, p. 18).

Essa participação democrática pode ser vivenciada por meio de relações comunicativas e da inserção individual e coletiva em processos de comunicação comunitária, alternativa e popular. Como afirma Peruzzo (2005), a iniciativa popular na comunicação ajuda a ampliar o *status* de cidadania. É um exercício que acaba “se constituindo numa alternativa de acesso a informação de qualidade, que é uma dimensão do direito à comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 8).

As perspectivas teóricas sobre os conceitos de cidadania, comunidade e comunicação são abordadas no terceiro capítulo desta pesquisa, a fim de proporcionar um debate sobre processos comunicacionais no universo de atuação da *Rede Justiça nos Trilhos*. Wolton (2010) defende que o sentido humanista da comunicação está centrado no estabelecimento das relações. Para ele, o compartilhamento e as trocas que se realizam entre os seres são necessidades humanas. Portanto, destacamos a comunicação como um processo dialógico, de interação social, comunitário, capaz de transformar a sociedade. Para tanto, apoiamo-nos nas

contribuições de Paulo Freire (1983), Wolton (2010), Martino (2016), Peruzzo (2005, 2009, 2013, 2017a, 2017b), Paiva (2003), Amorim (2018), entre outros.

Ainda abordando essa perspectiva, fazemos um diálogo com autores da Sociologia para as discussões sobre comunidade (WEBER, 2002; GOHN 2001; BAUMAN 2003) e da Filosofia (BUBER, 1982; FANON, 1968) sobre interações sociais – considerando tal caminho pertinente para entender a característica da *Justiça nos Trilhos* como sendo uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais. Aqui destacamos o caráter comunicacional nas discussões teóricas sobre rede, priorizando suas relações com as noções de cidadania e comunidade.

Enfatizamos que a articulação de diferentes comunidades e movimentos sociais, realizada pela *Rede Justiça nos Trilhos*, manifesta a atuação de intelectuais, pessoas que idealizam ações, estratégias e homogeneízam as atividades de diferentes grupos, dando a eles um sentido comum. Essas pessoas fazem parte das equipes de atuação da *Rede*, atuando como jornalistas, advogados, pesquisadores e educadores populares, e das comunidades afetadas pela Vale S.A, como é o caso das lideranças comunitárias.

Desse modo, torna-se importante a identificação dos principais atores que colaboram para o desenvolvimento das atividades da *Rede* e em rede. Os idealizadores da *Justiça nos Trilhos*, as lideranças das comunidades e dos movimentos que a compõem podem ser caracterizados como um grupo que tem funções próprias e estabelece diferentes formas de interações sociais e comunicacionais para atingir seus objetivos.

Tendo a nossa questão-problema como guia, realizamos um levantamento sobre os trabalhos acadêmicos que dizem respeito à *Justiça nos Trilhos*. Nesse percurso destacamos as contribuições de Souza (2016), que aborda as características da rotina jornalística no núcleo de comunicação da *Rede*. Seu trabalho buscou “conhecer como se dá a divulgação dos impactos socioambientais na mídia hegemônica, [...] e os desafios encontrados pelas pessoas que compõem a equipe de comunicação da *Justiça nos Trilhos*” (SOUZA, 2016, p. 10).

Em *Vozes da terra: o diálogo como tática para a construção de relações em rede*, Ferreira (2013) faz uma análise da relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e os sujeitos da *Rede Justiça nos Trilhos* a partir da tríade de Bakhtin: dialogismo, polifonia e rede. Levantamos ainda um estudo sobre a relação existente entre o Estado brasileiro e a economia da Vale S.A. tendo como universo empírico a área de atuação da *Rede Justiça nos Trilhos* (RIBEIRO JR; MARINHO, 2013). Nessa pesquisa, os autores investigam “como a Vale ampliou suas atividades baseando-se na política desenvolvimentista do Estado brasileiro capitaneada pelo BNDES” (RIBEIRO JR; MARINHO, 2013, p. 34). Eles

ainda apresentam a Amazônia como lugar de formação da *Rede Justiça nos Trilhos*, descrevendo as suas principais lutas políticas e sociais.

Outro estudo que menciona a *Rede Justiça nos Trilhos*, mesmo que ela não seja o objeto de análise é o trabalho intitulado *Movimentos Sociais em áreas de mineração na Amazônia brasileira* (DIAS, 2016). A autora, que também será usada para fundamentar a nossa pesquisa, fala sobre a atuação de movimentos sociais em áreas de mineração como modelo de um desenvolvimento alternativo.

Reforçamos a importância desses trabalhos para a presente pesquisa, utilizando-os em nossos referenciais bibliográficos. Nossa perspectiva, assim, torna-se diferenciada ao buscar estudar como ocorrem as articulações comunicativas da *Rede Justiça nos Trilhos* com as diferentes comunidades e movimentos sociais para fazer frente à Vale S.A. em âmbito regional, nacional e internacional. Seguimos dois âmbitos que se conectam: um por meio da *Justiça nos Trilhos* em suas redes de comunidades e movimentos sociais; e outro por meio das ações da *Rede* com seus parceiros internos e externos, utilizando as redes sociais da internet.

Para dar conta dos objetivos propostos, esta pesquisa parte de uma abordagem metodológica qualitativo-descritiva. Em um primeiro momento, fizemos uso de levantamento bibliográfico, a fim de realizar o estado da arte sobre o objeto de pesquisa e pontuar as principais teorias e conceitos que orientam o estudo. Essa etapa não se limitou apenas a um momento específico, mas compreendeu todo o processo da investigação, haja vista a necessidade de um constante debate crítico com os pesquisadores da área. Nesse sentido, consideramos as contribuições teóricas sobre movimentos sociais, redes de movimentos sociais, cidadania, e comunidade, pertinentes para a discussão do objeto a partir de um diálogo com a Comunicação.

A noção de rede é abordada, em todo o decorrer da pesquisa, sob uma perspectiva comunicacional. Ao mesmo tempo, consideramos pertinente discutir, no quarto capítulo, as transformações dos movimentos sociais e o conceito de redes de movimentos sociais, apresentando alguns teóricos que contribuem com essa discussão (CASTELLS, 2015; GOHN, 2014, 2015; MELUCCI, 1989; SCHERER-WARREN, 2011; TOURAINE 1998), tratando-se de pontos de vistas assentados, principalmente, no caráter coletivo dos movimentos sociais.

Para entender como a *Justiça nos Trilhos* se organiza em suas redes sociais da internet utilizamos o método de Análise de Conteúdo, no qual “[...] os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam” (BAUER, 2002, p. 189). Foram coletadas as informações divulgadas no *site* e na página do *Facebook* da *Rede* durante

o período de 18 de junho a 23 de julho de 2017, com base nos dias de realização de dois encontros: o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. O primeiro aconteceu nos dias 24 e 25 de junho de 2017, e o segundo, nos dias 14, 15 e 16 de julho de 2017.

Em um segundo momento, participamos da “*Exposição e Ciclo de Debates: ‘Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos, os danos irreversíveis da mineração’*”. Nesse evento, que aconteceu de 07 a 11 de agosto de 2017, realizamos observação participante e conversas informais, além de atuar na organização.

O intuito foi nos inserirmos no universo que envolve as redes de articulações e mobilizações das comunidades e movimentos que fazem parte da *Justiça nos Trilhos*. Os encontros são oportunidades de partilha de experiências e estratégias entre eles, constituindo-se em um espaço importante para a participação, observação e coleta de dados. É nos encontros que podemos visualizar e compreender as vozes dos diferentes atores sociais da *Rede* como experiências comunicativas.

Nesses espaços realizamos duas rodas de conversas com os atores sociais. A primeira aconteceu no dia 25 de junho de 2017, no *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*. Nessa roda, participaram 11 jovens, duas lideranças comunitárias e um jornalista da *Rede Justiça nos Trilhos*, além da autora desta pesquisa, que fez a mediação da atividade.

A segunda roda de conversas foi realizada no dia 15 de julho de 2017, com a participação de treze lideranças comunitárias dos estados do Maranhão e Pará e da autora desta pesquisa. Essa roda aconteceu durante o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*, um evento que reúne anualmente comunidades e movimentos atingidos pela Vale S.A. dos estados do Pará e Maranhão.

As rodas de conversas têm a finalidade de promover reconhecimentos mútuos entre os diferentes atores sociais das comunidades e movimentos que fazem parte da *Rede Justiça nos Trilhos*, além de ser espaços para o exercício da cidadania. Objetivamos não só aplicar uma metodologia de coleta de dados, como também contribuir com o debate que envolve as atingidas e os atingidos pela Vale S.A. na Amazônia.

Portanto, as rodas cumprem essa função, uma vez que é dado o direito de voz para os integrantes participarem da reflexão sobre as suas vivências de forma compartilhada e livre. Além disso, compreendemos essa técnica como um processo comunicacional que nos possibilita entender os contextos dos atores sociais envolvidos na *Justiça nos Trilhos* e suas formas de atuação.

Além das rodas de conversas, adotamos a técnica da entrevista, que nos ajudou a aprofundar o entendimento sobre os processos comunicacionais então produzidos, assim como sobre as percepções e histórias dos atores e contextos nos quais estão inseridos. Nessa etapa da pesquisa, que compreendeu a participação em encontros promovidos pela *Justiça nos Trilhos*, realizamos entrevistas individuais buscando contemplar as mais variadas perspectivas em relação à organização da *Rede*. Esses entrevistados são os atores que estão nas equipes de trabalho da *Justiça nos Trilhos* e outros que estão permanentemente nas comunidades atingidas pela Vale S.A.

As entrevistas foram pensadas nos formatos aberta e semiestruturada, permitindo que o pesquisador realize o processo de escuta, mas sem perder de vista a reflexão do objeto de pesquisa. A transcrição do material verbal foi feita da maneira que acreditamos ser a mais detalhada possível: “é a transcrição literal de uma entrevista gravada com a inclusão de sinais indicando entonações, sotaques, regionalismo e ‘erros’ de fala” (GÜNTHER, 2006, p. 6).

Para esta pesquisa realizamos oito entrevistas durante o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* (24 e 25 de junho de 2017) e o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* (14 a 16 de julho de 2017). Em outros momentos distintos, realizamos mais duas entrevistas com atores que não participaram dos encontros, mas são lideranças importantes nos processos de articulação da *Justiça nos Trilhos*. Nessas ocasiões, realizamos também observação participante com o intuito de enriquecer o nosso olhar sobre o objeto, compreendendo modos de organização da *Rede* nos seus encontros de formações e articulações.

No quinto capítulo, elaboramos as discussões decorrentes dos estudos das mídias produzidas pela *Rede Justiça nos Trilhos* (*site* e *Facebook*), das entrevistas, das rodas de conversas, das observações e da vivência da autora desta pesquisa com o objeto. Em diálogo com as contribuições teóricas, dividimos esse capítulo a partir de três categorias: “comunicação é relação”; “comunicação é diálogo”; e “comunicação é (com) partilhar”. Tais categorias foram manifestadas pelo próprio objeto de pesquisa – estão divididas por definições metodológicas e para uma melhor organização do estudo, mas se conectam em todo o processo de análise.

No sexto e último capítulo, consideramos que a *Rede Justiça nos Trilhos* assume, dentre os seus objetivos, a defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia, especialmente aqueles que residem ao longo do Corredor de Carajás (Pará e Maranhão). Suas práticas comunicativas, analisadas com base nas perspectivas teórico-metodológicas desta

pesquisa colaboraram para assumirmos a hipótese, os objetivos e questionamentos que guiaram o nosso estudo.

A *Rede* enfrenta problemáticas e um adversário que fazem com que a construção da cidadania nos territórios atingidos pela mineração seja um processo conquistado historicamente mediante conflitos, lutas e reivindicações. Com uma atuação em rede, a *Justiça nos Trilhos* amplia direitos e contribui para a transformação social.

## 2 JUSTIÇA NOS TRILHOS: 10 ANOS DE ENFRENTAMENTO CONTRA OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DA AMAZÔNIA

*“Esse seria o modelo de sociedade que a gente sonha: nesse modelo a Justiça nos Trilhos não tem espaço porque a comunidade é consciente, reconhece não só os conflitos, mas consegue definir bem as suas reivindicações, tem à sua disposição as instituições que funcionam com reforço suficiente para responder a elas e consegue afirmar aquilo que está também na missão da Justiça nos Trilhos, que é a autodeterminação das comunidades em seus territórios”.*

*(Concórdia, atingido pela Vale S.A., 2017)*

Consideramos pertinente iniciar as nossas discussões teóricas fazendo uma contextualização sobre a *Rede Justiça nos Trilhos*. Nosso objetivo aqui é abordar o seu nascimento, parte de sua história<sup>3</sup> e características adquiridas no decorrer de uma década de atuação, tendo como abordagem central a formação de uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais.

Em seus principais documentos, redes sociais da internet e diversos encontros, a *Justiça nos Trilhos* se denomina como uma articulação de comunidades, movimentos sociais, entidades, sindicatos, pesquisadores, associações e organizações que atuam na Amazônia e em rede pelo Brasil e outros países que são impactados com as ações da mineradora Vale S.A.

Percorrendo por sua história, a *Rede* nasceu na cidade de Açailândia, no Maranhão, durante o ano de 2007. O lugar de nascimento da *Justiça nos Trilhos* é também conhecido como cidade do aço, cidade do ferro e cidade do progresso. Esses títulos são atribuídos ao município de Açailândia pelo desenvolvimento de atividades ligadas à mineração e à siderurgia. Em 2014 o município tinha o quarto Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Maranhão, resultado atribuído principalmente pelas exportações de minério de ferro, uma das atividades econômicas da mineradora Vale S.A. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do município, em 2017, era de 111.339

---

<sup>3</sup> Destacamos que essa história não se esgota em uma pesquisa, nem temos esse objetivo. O nosso olhar sobre o objeto parte de uma perspectiva que acreditamos não ser única. Além disso, em todo o decorrer da pesquisa pretendemos abordar características, modos de organização, fatores que contam muito a sua história.

habitantes, estando situado no oeste do estado do Maranhão, a 566 km de distância da capital, São Luís.<sup>4</sup>

**Figura 2** - Localização de Açailândia no mapa do estado do Maranhão



Fonte: MARANHÃO, [20--].

Na Amazônia, a siderurgia caminha junto com a mineração em um ciclo que é protagonizado pela atuação da mineradora Vale S.A. Açailândia possui cinco siderúrgicas, entretanto, apenas duas estão em funcionamento atualmente. As empresas são responsáveis por fazer o tratamento do ferro-gusa, transformando-o em aço e ferros fundidos. É por meio da Estrada de Ferro Carajás (EFC), de concessão da Vale S.A., que o minério de ferro chega até as siderúrgicas, é tratado e depois é exportado pelo Porto de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão. O município de Açailândia é um exemplo da presença desse circuito econômico (mineração-siderurgia), que transporta consigo inúmeros impactos e conflitos socioambientais.

---

<sup>4</sup> Fonte: IBGE Cidade. Disponível em: (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2014>). Acesso em ago. 2017.

Da mesma forma que em outras sub-regiões da Amazônia, no Corredor Açailândia – São Luís os grandes projetos contaram com amplo apoio estatal e foram beneficiados pela dinâmica de economia de fronteira iniciada na década de 1960. Com os novos projetos, consolidaram-se polos sub-regionais que até hoje coexistem com áreas em que predominam condições absolutamente precárias em termos econômicos e sociais (MADEIRA, 2015, p. 116).

A reflexão de Madeira (2015) confirma que a região de Açailândia apresenta contradições entre a presença de projetos de desenvolvimento e a existência de conflitos e impactos socioambientais. Piquiá de Baixo (Figura 3), distrito industrial do município – onde foram instaladas cinco siderúrgicas desde a década de 1980 –, é o exemplo mais evidente dessa contradição. É também margeado pela EFC e tem ainda a presença de uma fábrica de aço, uma fábrica de gases e uma fábrica de cimento. Presenças marcantes que tornaram o lugar incompatível com o exercício de práticas cotidianas dignas para os moradores.

A maioria da população, que já morava no local antes da instalação das primeiras empresas, “sofre um grave impacto socioambiental, em boa parte, desde o começo dos empreendimentos” (MILANEZ et al., 2013, p. 186). Trata-se de problemas que se aceleraram e se ampliaram com o decorrer dos anos, provocando o anseio de mudança de território pelos atores sociais inseridos nesses espaços.

**Figura 3** - Piquiá de Baixo, Açailândia-MA



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

Somente no distrito de Piquiá de Baixo, em Açailândia, Milanez et al. (2013) citam impactos como: fuligem e poeira, gases de fornos, água de esfriamento, escória, ruídos, desmatamento, monocultura de eucalipto, etc. A figura anterior (Figura 3) mostra a proximidade entre as casas dos moradores do bairro e as siderúrgicas, evidenciando a poluição emitida pelos altos-fornos das empresas.

De acordo com o relatório *Quanto valem os direitos humanos*, uma produção da Federação Internacional dos Direitos Humanos (2011), da Justiça Global e da *Rede Justiça nos Trilhos*, o município de Açailândia é um dos territórios com o maior número de denúncias sobre violações de direitos em decorrência da atuação da Vale S.A. e das siderúrgicas que foram instaladas desde a década de 1980. Atualmente, Piquiá de Baixo é um símbolo de resistência, luta e mobilização popular.

A foto seguinte (Figura 4), divulgada em vários *sites* e redes sociais, mostra a mão de um morador durante uma manifestação que cobrava pelo reassentamento da população para outro lugar, longe das siderúrgicas. O pó preto grudado na mão do morador é um tipo de fuligem emitida pelas siderúrgicas que chega até as casas e os pulmões das pessoas.

**Figura 4** – Mão suja com o pó preto emitido pelas siderúrgicas de Piquiá de Baixo, Açailândia-MA



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

Hoje, o desafio dessa população é conseguir sair do seu local de moradia, pois já não há possibilidade de uma vida saudável ao lado de uma ferrovia, cinco siderúrgicas e demais empreendimentos que foram se instalando no distrito. A luta dos moradores é pelo reassentamento da comunidade.

Sensibilizados com os impactos vivenciados em Piquiá de Baixo e a multiplicação dos mesmos pelas centenas de comunidades do Maranhão e Pará, os missionários Combonianos, uma congregação da Igreja Católica, organizaram junto à população uma campanha internacional denominada *Justiça nos Trilhos*. Alguns desses missionários, de origem italiana, surpreenderam-se com as similaridades entre os impactos negativos e violações de direitos provocados por empresas siderúrgicas no Maranhão e no sul da Itália.

Essa congregação religiosa “tem entre suas prioridades a promoção de justiça socioambiental e como metodologia a formação, o protagonismo popular e a organização em pequenas comunidades de base” (FIDH, 2011, p. 12). A campanha internacional *Justiça nos Trilhos* foi criada com o objetivo de denunciar os impactos negativos do ciclo da mineração e siderurgia, a partir de casos observados no Maranhão e que depois se estenderam por todo o Corredor de Carajás (Maranhão e Pará). Em um primeiro momento, a campanha entendia-se assim:

Assumimos como prioridade a defesa do meio ambiente e das populações ameaçadas na região amazônica, especialmente aquelas situadas às margens da Estrada de Ferro Carajás. Igualmente pretende direcionar sua atenção para os danos causados aos povos indígenas e também aos trabalhadores vítimas de exploração. A Campanha vem trabalhando no sentido de envolver prioritariamente três segmentos da sociedade: os movimentos populares e a base da população, o meio acadêmico e as instituições públicas locais. [...] Os objetivos da nossa ação são principalmente os seguintes: a) avaliar o impacto real das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) ao longo da denominada área de influência da Estrada de Ferro Carajás; b) propor o debate sobre a construção de mecanismos que possibilitem a internalização de recursos da Vale, de forma a alavancar o desenvolvimento sustentado das comunidades que vivem na área de influência da EFC (JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]a, on-line).

Com objetivos relacionados especificamente às ações da mineradora Vale S.A., a campanha *Justiça nos Trilhos* ganhou a adesão de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, entidades, grupos de pesquisa, jornalistas, e principalmente o envolvimento de comunidades situadas ao longo do Corredor de Carajás.

O Corredor de Carajás compreende a área de incidência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), de concessão da mineradora Vale S.A., numa extensão que abrange desde a Serra de

Carajás, no sudeste do Pará, até o litoral do Maranhão, em São Luís. A estrada foi construída durante a década de 1970 para fazer o transporte e escoamento de minérios explorados no estado do Pará. Portanto, duas décadas após a chegada de um dos maiores projetos de mineração da Amazônia, o Programa Grande Carajás (PGC)<sup>5</sup>, em um cenário permeado pelas histórias de pessoas que vivenciam inúmeras violações de direitos, nasceu a *Justiça nos Trilhos*.

Em 2009, na ocasião do Fórum Social Mundial (FSM), a *Justiça nos Trilhos* recebeu a adesão de outros movimentos que tinham dentre as suas bandeiras, a luta contra os impactos ocorridos no âmbito da mineração e siderurgia. Além disso, realizou articulações com atingidas e atingidos de outros países.

Maria da Glória Gohn (2015), ao analisar os primeiros encontros do Fórum Social Mundial, diz que esses eventos se tornaram “uma referência no plano internacional e colocou no centro dos debates econômicos mundiais a questão social” (GOHN, 2015, p. 88). Ao iniciar, ainda como uma campanha, os idealizadores da *Rede Justiça nos Trilhos* já tinham como um dos focos de atuação o plano internacional. Após uma década, a *Rede* se tornou um dos principais movimentos de atuação em defesa dos direitos das comunidades atingidas pela Vale S.A. na Amazônia e no Brasil. Com a participação no Fórum Social Mundial 2009, a *Justiça nos Trilhos* passou por uma transformação e agregou características já presentes em movimentos sociais que participavam desses encontros. Além disso, o Fórum possibilitou contatos com muitos deles.

A natureza desses movimentos é a busca pela transformação e justiça social a partir da articulação entre diferentes atores. Nesse sentido, a *Justiça nos Trilhos* buscou atuar como uma rede comunicativa de comunidades e movimentos, dialogando com o fato de que

um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica, outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos ou pertencimentos (GOHN, 2013, p. 31).

A identificação dos problemas vivenciados pelas comunidades situadas ao longo do Corredor de Carajás, o diálogo com populações de outros países que sofrem os mesmos impactos, as ações coletivas realizadas em defesa de direitos e a atuação histórica e permanente foram responsáveis para a criação de uma identidade na *Rede Justiça nos Trilhos*.

---

<sup>5</sup> “O Programa Grande Carajás (PGC), lançado em 1982, foi concebido para a implementação de um Complexo logístico – composto por uma mina a céu aberto, uma ferrovia com 890 km de extensão e um porto – orientado à exportação, no começo, de 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano” (FIDH, 2011).

Somos famílias inteiras desrespeitadas, sem acesso a alguns dos direitos mais fundamentais; Somos trabalhadores explorados em minas de ferro, carvão, níquel, cobre; Somos sindicalistas, ambientalistas, feministas, políticos; Somos estudantes, somos professores; Somos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, camponeses; Somos migrantes, refugiados, homens, mulheres e crianças arrancados do chão que pariu e alimentou suas famílias; Somos cidadãos enganados, desempregados, favelados, marginalizados, doentes; Somos sem terra, sem teto, sem trabalho. Somos brasileiros, chilenos, peruanos, argentinos, moçambicanos, canadenses, indonésios... Indignados com o saque cotidiano de riquezas que pertencem a nossos povos. Somos todos lutadores sociais em busca de um desenvolvimento que alcance de forma igualitária a todos os cidadãos e respeite verdadeiramente o meio ambiente, os direitos humanos e a vontade própria das comunidades tradicionais. E juntos trabalhamos instrumentos e estratégias comuns para expor a verdadeira Vale, contestar seu poder absoluto e fortalecer os trabalhadores e todas as populações atingidas por suas ações (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017a).

Sem a pretensão de discutir o conceito de identidade, queremos pontuar que há um caráter coletivo na construção dessa história, como descreve o “Quem somos” no *site* da *Rede*. Um coletivo que se identifica por ser constituído de atingidos e atingidas pela Vale S.A. estabelece um lugar de fala e marca um posicionamento de luta e ação política. Assim, a união de diversos atores, atuando de forma articulada para além de seus problemas individuais, permite uma discussão que levantaremos no decorrer desta pesquisa.

O nascimento da *Rede Justiça nos Trilhos* acontece em um período considerado pelos estudiosos do setor mineral como o *boom* mineral. São os anos 2000, no quais ocorreram maiores investimentos, busca pela aceleração nas exportações e destaque brasileiro no cenário internacional. Ao mesmo tempo, a *Rede* potencializava suas ações, sobretudo a partir de 2008, com a realização de audiências públicas, parcerias nacionais e internacionais e ampliação das relações com as comunidades atingidas.

Entre os anos de 2009 e 2010, a articulação popular da *Rede* se fortaleceu (RIBEIRO JR; MARINHO, 2013) e as denúncias dos impactos sofridos por elas passaram a ocorrer com mais frequência. A criação do *site* da *Justiça nos Trilhos* possibilitou a divulgação de denúncias e dos modos de vida no Corredor de Carajás. A partir desse período, ocorreram maiores investimentos e interesse nos trabalhos de comunicação, colaborando para o desenvolvimento de uma equipe de comunicadores, iniciativas que continuaram nos anos seguintes a 2010. Hoje a *Rede* atualiza um *site*, uma página no *Facebook* e uma conta no *Twitter*. O *site* e o *Facebook* são analisados no quinto capítulo.

Com dezenas de ações realizadas, articulação de novos atores e movimentos, a *Justiça nos Trilhos* passou a atuar na busca pela responsabilização da Vale S.A., mas também do Estado por meio de incidência jurídica. O eixo jurídico esteve presente desde o surgimento da

campanha, mas só durante o ano de 2016 a *Rede* reformulou sua missão e destacou o papel do Estado no acompanhamento das violações sofridas nas comunidades atingidas pela Vale S.A. Com a atualização de sua missão, identificada no *site* da organização, a *Rede* passou a adotar o seguinte ideal:

Fortalecer as comunidades ao longo do corredor Carajás e denunciar as violações aos direitos humanos e da natureza responsabilizando Vale e Estado, prevenindo novas violações e reafirmando os modos de vida e a autonomia das comunidades nos seus territórios (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017a, on-line).

A missão da *Rede*, destacada acima evidencia os avanços inerentes aos movimentos sociais, com mudanças nas formas de atuação, a relação com o Estado e a promoção da cidadania. Com isso, uma característica observada é o fato de a *Justiça nos Trilhos* ter-se fortalecido como uma rede comunicativa de comunidades atingidas pela Vale S.A., promovendo discussões críticas sobre o tema da mineração pelo Corredor de Carajás e com diferentes movimentos do Brasil e do mundo.

Não nos alongaremos na descrição sobre a *Rede* neste capítulo, assunto sobre o qual discorreremos por toda a dissertação e que terá maior contextualização sobre as formas de organização a partir das vozes de quem compõe a própria *Rede*, no quinto capítulo desta pesquisa. Aqui, destacamos algumas características do seu contexto de nascimento como pertinente para o entendimento inicial do universo de investigação desta pesquisa. Esse nascimento é marcado pela atuação da mineradora Vale S.A. na Amazônia, considerações que abordamos no seguinte tópico.

## **2.1 Breve contexto sobre a atuação da Vale S.A: motivações para o nascimento da *Justiça nos Trilhos***

A história da Vale S.A. em solo brasileiro data do final da primeira metade do século XX. Tádzio Peters Coelho (2015), com o livro *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*, aponta os principais acontecimentos da história da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no Brasil. Segundo o autor, a empresa foi fundada em 1943, com uma história ligada ao mercado internacional. A mineradora é apresentada como resultado de acordos que garantiram a venda de minério de ferro, extraído de territórios brasileiros, para países como a Inglaterra e os Estados Unidos.

Perpassando pela história de fundação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), fruto de uma negociação perniciosa no início da década de 1940 entre governo brasileiro e estadunidense, conhecido como os Acordos de Washington, além dos detalhes da sanha dos militares em vender a soberania do povo brasileiro até chegar a era da privatização e da lei Kandir, a herança neoliberal de Fernando Henrique Cardoso” (COELHO, 2015, p. 17).

As explorações minerais da Vale do Rio Doce tiveram início na cidade de Itabira, em territórios do estado de Minas Gerais e de lá se expandiram principalmente para o Norte do Brasil. De acordo com Coelho (2015), o governo brasileiro exportou minério de ferro para o consumo de aço durante a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), mas logo com o fim do conflito iniciou-se uma crise e houve uma queda nas vendas. Essa crise provocou a necessidade de expansão das exportações para outros países, o que perpassou pela década de 1950.

Segundo Coelho (2015), já em 1960, exportando para Alemanha e Japão e com avanços tecnológicos, a Companhia Vale do Rio Doce garantiu destaque no cenário de exportações de minério de ferro. “É nessa década também que iniciaram pesquisas para exploração de minério no norte do país. Na década de 1970, a empresa se tornou a principal exportadora do Brasil” (COELHO, 2015, p. 46).

A década de 1980 é caracterizada pelo forte investimento em mineração na região Norte, onde é implantado o Programa Grande Carajás (PGC). Dentre os projetos apoiados pelo Governo Federal na época, o PGC era o principal pela qualidade do minério de ferro encontrado na Serra de Carajás-PA. A prioridade da Companhia passou a ser a extração de minério de ferro no estado do Pará (Figura 5).

**Figura 5 - Mina de Carajás – PA**

Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

Coelho (2015) explica que, para o governo, os investimentos em Carajás eram importantes porque poderiam resolver o problema da dívida externa enfrentada pelo Brasil. Entretanto, o ano de 1987 foi concluído com dívidas e prejuízos. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por demissões, automação da produção e terceirização do trabalho. Em sete de maio de 1997, a privatização da empresa foi o marco na história da mineradora.

Vendida de uma forma que até os dias atuais é contestada, a Companhia Vale do Rio Doce passou a ser uma empresa privada do Consórcio Brasil, composto por CSN (31%), Litel Participações (25%), Elétron S.A. (21%), Sweet River Investments (11%) e BNDES Par (11%), compondo o Valepar S.A. (ZAGALLO, 2011, p. 7).

No dia sete de maio de 1997, o leilão de venda realizado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi um dos assuntos mais comentados no Brasil. Aconteciam manifestações contra a privatização, ao mesmo tempo em que incidiam as negociações. “O leilão garantiu a venda da mineradora pelo preço de R\$ 3,338 bilhões” (ZAGALLO, 2011, p. 7). O valor, considerado pequeno, não era suficiente para sanar as dívidas do governo, e essa se tornou uma das principais críticas à privatização, já que o interesse pela venda da empresa estava na redução da dívida pública do país.

Certamente os lucros aumentaram após a privatização. Em 2000, o lucro líquido da empresa foi de US\$ 1,086 bilhão, e em 2001, de US\$ 1,287 bilhão. Uma das causas

do aumento dos lucros após 1997 é a liquidação da dívida decorrente da instalação de Carajás. Os lucros da Vale pós-privatização também cresceram por meio da diminuição da participação do fator trabalho (demissões em massa) na produção e do arrocho salarial. Outro fator decisivo neste crescimento na receita foi o *boom* das *commodities* (COELHO, 2015, p. 48).

Como informa Coelho (2015), os lucros da empresa aumentaram, sendo divididos entre os acionistas. Isso fez com que, em 2006, a Companhia Vale do Rio Doce se tornasse a segunda maior mineradora do mundo. No início de 2007, a Companhia mudou o seu nome para Vale S.A. e divulgou a ideia de ser uma empresa “genuinamente brasileira”. “De cada 10 dólares depositados no Banco Central, um dólar resulta de vendas da empresa, principalmente minério de ferro” (PINTO, 2013, p. 58).

Lúcio Flávio Pinto (2013) esclarece que a Vale S.A. se tornou a principal produtora de minério de ferro e a líder na exportação dessa matéria-prima no Brasil, crescimento que é confirmado pelos discursos da mineradora. “A empresa tornou-se uma transnacional, está presente em 38 países dos cinco continentes” (VALE, 2016).

O Japão era o destino de grande parte da produção de Carajás, que tem a maior jazida de alto teor de hematita do planeta. A Ásia continua a ser a maior cliente, mas o Japão foi substituído pela China, que fica com 60% da produção de Carajás, de 130 milhões de toneladas de ferro (LUCIO FLÁVIO PINTO, 2014, on-line).

As mudanças no mercado das exportações de minério de ferro é uma das temáticas acompanhadas há décadas pelo jornalista e pesquisador Lúcio Flávio Pinto. Ele mostra que a ampliação das explorações realizadas pela Vale S.A. na Amazônia sempre buscou atender ao mercado externo e proporcionou o *status* que a mineradora tem hoje no cenário internacional.

Contudo, nos anos 2000, esse percurso histórico é caracterizado pelo aumento de manifestações contrárias às ações de exploração. Como resultado, surgem movimentos, entre eles, a *Rede Justiça nos Trilhos*, a Articulação Internacional das Atingidas e dos Atingidos pela Vale e outros ainda, que atuam especificamente contra a violação de direitos humanos no campo da indústria extrativa, especialmente da mineradora Vale S.A.

Os principais impactos negativos sofridos pelas comunidades da Amazônia no campo das atividades de mineração da Vale S.A. são: poluição do ar e sonora, impedimento do direito de ir e vir, remoções forçadas, rachaduras nas casas, trepidações, assoreamento de rios e riachos, entupimento de igarapés, criminalizações, impedimento do direito de expressão e manifestação, espionagem, atropelamentos com mortes, interferência nos modos de vida e expressões culturais, etc.

Esses fatores têm levado as comunidades a se manifestarem contra esse empreendimento, a insatisfação com esse megaprojeto é tanta que em 2015 foram registradas 26 manifestações espalhadas por toda a extensão do corredor de Carajás. As reivindicações já vêm acontecendo desde 2012, ano que começa a implantação do projeto S11D (CARVALHO, M., 2016, p. 45).

M. Carvalho (2016) menciona as implicações do projeto S11D, o mais novo projeto de mineração da Vale S.A. A sigla S11D faz referência à localização da mina onde será realizada a exploração de minério de ferro. “S” refere-se à Serra Sul de Carajás, “11D” refere-se aos blocos organizados pela mineradora Vale S.A. (VALE, 2017).

Localizado no município de Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, o S11D é o maior complexo minerador da história da Vale” (VALE, 2017). Mas a Vale S.A. denominou o projeto de *Complexo S11D Eliezer Batista*, “o nome do complexo é uma homenagem ao engenheiro Eliezer Batista, ele foi presidente da Vale por duas vezes (VALE, 2017, on-line).

Há poucas discussões críticas sobre esse projeto que é ainda maior do que o Programa Grande Carajás (PGC). Por conta do S11D, a Estrada de Ferro Carajás será duplicada do Pará ao litoral maranhense, um novo ramal ferroviário será construído e o Porto da Ponta da Madeira, ampliado. Essa infraestrutura garante que a quantidade de minério extraído na Serra de Carajás seja aumentada em largas proporções. O S11D entrou em operação em 2017 e em 2020 deve estar em funcionamento total. Esse projeto vai aumentar em mais de 90 milhões de toneladas (ao ano) a extração de minério de Carajás (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017b).

O projeto S11D (incluindo mina, usina e logística associada) alcançou 90% de avanço físico consolidado no 2T17<sup>6</sup>, sendo composto por 99% de avanço físico na mina e 83% na infraestrutura logística. A duplicação da Estrada de Ferro Carajás alcançou 71% de avanço físico, com 397 km de ferrovia duplicados. Já a expansão do porto *onshore* alcançou 90% de avanço físico (EMIR, 2017, on-line).

Emir (2017) destaca os avanços na infraestrutura do projeto durante o segundo trimestre de 2017. Ao todo, a EFC será duplicada em 570 Km e um novo ramal ferroviário de 101 Km será construído. Mas, segundo Lúcio Flávio (2016), a inauguração oficial do Projeto S11D aconteceu no dia 17 de dezembro de 2016, sob a presidência de Murilo Ferreira. Pinto (2016) destaca como as inovações tecnológicas, que substituem o trabalho de homens acelera o processo de carregamento de minério na Serra Sul de Carajás.

Antes de chegar ao silo que o recebeu, a partir do acionamento do mecanismo de carregamento, o minério passou por toda a linha 1 de produção, saindo da mina, seguindo por correia transportadora (uma das maiores inovações tecnológicas da

---

<sup>6</sup> Segundo trimestre de 2017.

mineração mundial) até a usina, onde foi processado e então enviado para os vagões do trem. O S11D conta com dois silos de carregamento, o que permite o carregamento simultâneo de dois vagões. Quando estiver em operação serão carregados por dia, aproximadamente, 330 vagões, o que soma 33 mil toneladas de minério (PINTO, 2016, on-line).

Com o S11D – assim como aconteceu durante a implantação do PGC –, as comunidades amazônicas que são atingidas por essa infraestrutura não foram consultadas ou informadas sobre as mudanças que podem ocorrer em seus territórios e modos de vida. De acordo com algumas pesquisas (COELHO, 2015; MADEIRA, 2015), o PGC ficou conhecido como programa de desenvolvimento frustrado e o S11D se tornou a continuidade dele, de forma camuflada. Para Madeira (2015), o projeto S11D da Vale S.A. é a segunda etapa do PGC como farsa, além de ser um projeto pautado no discurso da integração, mas cuja “maior finalidade é viabilizar o aumento das exportações de minério de ferro” (MADEIRA, 2015, p. 152).

Desde a chegada da Vale do Rio Doce no sudeste do Brasil até a expansão de suas atividades minerárias à Amazônia, um ciclo de impactos se renova e, década após década, estimula ações coletivas em comunidades atingidas. A *Rede Justiça nos Trilhos* acompanha, monitora e trabalha junto aos atingidos dos estados do Maranhão e Pará pela cobrança por compensações de direitos que são violados, pelo cumprimento de ações sustentáveis por parte da mineradora e pelo respeito aos modos de vida de comunidades tradicionais. Além da *Rede*, na Amazônia brasileira esse contexto é protagonizado por diversos movimentos sociais que nascem, renovam-se e se articulam em busca de cidadania. Considerações que pontuamos no seguinte tópico deste capítulo.

## **2.2 Amazônia: movimentos sociais e impactos socioambientais no contexto da mineração**

A Amazônia tem-se tornado cada vez mais um caso evidente do modelo de desenvolvimento hegemônico presente no Brasil. Neste trabalho destacamos o contexto da mineração e, mais especificamente, os impactos e conflitos decorrentes desse ciclo econômico – o que tem gerado iniciativas coletivas de movimentos sociais e redes de comunidades e movimentos. Essa discussão é pertinente para também mostrar o contexto no qual nasce a *Rede Justiça nos Trilhos*.

De acordo com Oliveira, Trindade e Fernandes (2014), falar sobre os modelos de desenvolvimento na Amazônia requer o esforço de pensar nas diversas iniciativas elaboradas

ao longo da história, cujo objetivo era uma maior integração da região amazônica ao Brasil. Entretanto, são iniciativas que se tornaram modelos excludentes, pensados de cima para baixo e de fora para dentro.

Os pesquisadores explicam que pensar o desenvolvimento da Amazônia historicamente implica entender a importância dos acontecimentos que marcaram a década de 1940. No final dessa década, foram elaboradas as primeiras propostas que priorizavam o desenvolvimento regional. Nesse período, já ocorriam debates na intenção de “gerar o desenvolvimento regional”, mas consideramos essas ações frustradas. São estratégias que resultaram em modelos de grandes projetos, como os que temos hoje na Amazônia.

Um componente que se justifica, tendo em vista o fato de que a demanda pelos produtos oriundos da Amazônia vinha, geralmente, do mercado internacional, exigindo pouca articulação entre as economias local e nacional. As ações dos governos locais, de maneira planejada, visando ao crescimento econômico da região inexistiam, e a presença do Governo Federal com políticas de integração e/ou planejamento regional também não ocorreu, efetivamente, até o início da década de 40 (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014, p. 3).

Os autores citam a Constituição de 1946 como um ponto importante para a efetivação de planos de desenvolvimento regional, bem como a valorização das potencialidades econômicas que antes eram desconsideradas. Nesse sentido, o Estado passa a agir de forma estratégica em regiões que eram “desvalorizadas”.

Fernandes (2011) diz que mais tarde, em 1953, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi mais uma ação que objetivou o planejamento e o desenvolvimento da região amazônica. Essa iniciativa foi pensada como uma “estratégia institucional mais ampla tendo em vista o foco de atuação sobre o desenvolvimento regional” (FERNANDES, 2011, p. 119).

Na década de 1950, as desigualdades regionais foram destacadas no contexto do desenvolvimento nacional, por isso um “investimento” na Amazônia, para pensar a sua integração a uma política de desenvolvimento no Brasil. É nesse período que se organiza também a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Nordeste brasileiro.

Além disso, Fernandes (2011) fala da criação do Banco de Crédito da Amazônia e do Banco do Nordeste do Brasil. Ao analisarmos a natureza desses planos, identificamos que eles objetivaram gerar o desenvolvimento regional e o consequente desenvolvimento nacional, porém, a aplicabilidade deles nos territórios não correspondeu aos objetivos traçados.

Períodos depois é que foram se confirmando as fragilidades das tentativas de colocar em prática planos pensados estrategicamente. Por serem estratégias idealizadas pelo Estado, ocorreram conflitos de interesses, bem como diferenças entre as esferas regional e nacional. O foco central das tentativas pensadas para o desenvolvimento da Amazônia estava no viés econômico.

A ideia de valorização econômica surgida no discurso de promoção do desenvolvimento da Amazônia tem origem em uma tentativa regional de tirar a região do processo de estagnação econômica e atraso em relação ao restante do território nacional, como forma de alavancar o estímulo aos ideais de libertação econômica do jugo da região centro-sul, mais precisamente de São Paulo (OLIVEIRA JR, 2009, p. 41).

Oliveira Júnior (2009) alerta para o fato de que o discurso de valorização da Amazônia é, na verdade, um discurso de valorização econômica, pensado pelas elites regionais em articulação institucional. Carmo, Castro e Patrício (2015) reforçam que a Amazônia foi e é vista como uma fronteira de recursos naturais, de modo que as novas tecnologias utilizadas para o avanço das atividades de exploração mineral geraram uma série de violências e conflitos que se aceleraram nas últimas três décadas. “Os conflitos recobrem uma gama de atores e objetos, que compõem, simultaneamente, um espaço e tensão, reeditando a história social de ocupação dessa região que se destaca pela resistência política” (CARMO; CASTRO; PATRICIO, 2015, p. 52).

Loureiro (2009) colabora com a discussão afirmando que essas atividades que buscam o desenvolvimento da região amazônica implicam em danos ambientais, retomam formas de concentração de renda e de exclusão social. Ela defende o debate e a criação de alternativas aos modelos de desenvolvimentos instalados na Amazônia e acredita no potencial das lutas construídas pelos movimentos sociais.

Para a autora, a mineração está dentro de um contexto de tensões e conflitos caracterizado por dois polos opostos: de um lado, as ações de grupos econômicos e multinacionais e, de outro, as atividades econômicas de pequenos produtores locais. Desse modo, o que se percebe é uma economia “articulada por relações sociais de exploração solidamente estruturadas” (LOUREIRO, 2009, p. 22).

Um modelo marcado pela atuação exploratória desde sua origem é o Programa Grande Carajás (PGC), instalado na Amazônia com o intuito de promover o desenvolvimento regional e nacional, mantendo relações internacionais. Por outro lado, “problemas de poluição e erosão são gerados, a exclusão da sociedade local é perversa e a atração de imigrantes é

intensa” (BECKER, 2001, p. 140). O exemplo pode ser a prova da dominação de um modelo exógeno, no qual o papel das populações locais se restringe aos impactos negativos e reivindicações não atendidas.

O PGC foi criado durante a década de 1970 pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), compreendendo “um sistema que abarca minas, instalações de beneficiamento e um pátio de estocagem, instalações portuárias e a Estrada de Ferro Carajás” (MONTEIRO, 2005, p. 190). A Estrada de Ferro Carajás (EFC) tem 892 quilômetros de extensão e liga a Serra de Carajás (PA) ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís (MA). De acordo com Monteiro (2005), esse sistema começou a operar em 1985.

Coelho (2015) diz que a mineração está entre as atividades econômicas que mais causam conflitos mundialmente. Esses dados são mostrados com base em um estudo realizado na Universidade Autônoma de Barcelona. Porém, o autor (2015) explica que muitos impactos são imensuráveis.

Alguns dos impactos podem ser mensurados quantitativamente. Outros, porém, dificilmente podem ser quantificados. É extremamente difícil metodologicamente quantificar as externalidades produzidas pela mineração. Empreender tal tentativa significaria desconsiderar uma grande parte das externalidades da mineração, já que não existe como mensurá-las. Os efeitos da mineração se dão em longo prazo, e a área impactada pode ser gigantesca (COELHO, 2015, p. 109).

A pesquisadora Heloísa Pinna Bernardo (apud FACHIN, 2018) afirma que as regiões com atividades de mineração sofrem com a “maldição da mineração”, já que essa atividade econômica não garante desenvolvimento humano, “propiciando a *geração de subempregos, a má distribuição* de renda e taxas de crescimento das regiões de base mineral inferiores às das regiões nas quais a mineração é inexpressiva” (BERNARDO apud FACHIN, 2018, on-line, grifo da autora). Assim, o modelo de desenvolvimento do PGC demonstra tal realidade ao constatar que as cidades “sedes da mineração” têm baixo índice de desenvolvimento humano, principalmente aquelas relacionadas às ações da Vale S.A.

São os inúmeros efeitos negativos da mineração que provocam o surgimento de associações, movimentos sociais, entidades, Organizações Não Governamentais e sindicatos de trabalhadores que se articulam coletivamente para denunciar violações de direitos. Oliveira (2013), por meio de um estudo coordenado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), apontou uma lista dos segmentos sociais que estão relacionados à mineração no Brasil. Segundo a autora (2013), os trabalhadores se organizam em sindicatos ou associações como: Associação Nacional de Servidores do Departamento Nacional de

Produção Mineral, Sindicatos Metabase do Brasil, Sindicatos SINDIMINA, Sindicato dos Ferroviários e SindiQuímica PR, dentre outros. As populações situadas nas áreas de incidência das atividades de mineração se organizam como atingidas, afetadas e/ou ameaçadas.

Existem várias formas de uma comunidade e seus membros serem atingidos, tanto direta, quanto indiretamente. Seja no processo de extração, nas áreas de minas, com o aumento da poluição e mudanças na paisagem; na infraestrutura, muitas vezes causando o inchaço dos municípios por meio de migrações; na logística de transporte dos materiais, abertura de rodovias, ferrovias, minerodutos e portos; ou indiretamente, com o aumento da demanda de energia, acarretando em novas centrais hidrelétricas que demandam toda uma interferência no meio ambiente (OLIVEIRA, 2013, p. 37).

Nos conflitos sociais relacionados à mineradora Vale S.A., o estudo de Oliveira (2013) cita organizações, movimentos sociais, articulações, entidades e grupos de pesquisas, como Rede *Justiça nos Trilhos*, Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale, Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), Fórum Carajás, Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas Gerais (MovSAM), Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Sociedade, Justiça Global, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS (OLIVEIRA, 2013, p. 37).

Muitos desses movimentos estão diretamente nos territórios afetados pela mineração na Amazônia ou atuam em rede, de forma que suas ações colaboram para denunciar os impactos negativos dessa atividade econômica em escalas regional, nacional e internacional. Como exemplos de impactos, podemos citar o inchaço populacional nas cidades onde há canteiros de obras, situação que gera exploração sexual de menores, além do aumento dos preços de imóveis, violência nas cidades e no campo, etc. Os impactos, somados ao discurso da geração de empregos construído no contexto da mineração, tornam-se motivos de manifestações e reivindicações na maior parte dos países onde há atividade minerária, incluindo o Brasil. Sobre isso, Dias (2016) esclarece que

os movimentos que emergem na atualidade têm desconstruído os discursos dominantes por meio da defesa de seus saberes locais, aliados à generalização e aplicação de instrumentais técnicos e legais para tratar com os conflitos que surgem em torno da mineração. Um exemplo disso, diz respeito à generalização das inconsistências sobre a defesa da geração de empregos pelas atividades extrativistas, as quais são vistas, pelos movimentos sociais, como promessas sem fundamento, ou mera propaganda para a validação social das atividades de mineração (DIAS, 2016, p. 77).

Portanto, o valor dos protestos como estratégia para a visibilização de demandas e conflitos sociais está relacionado com as práticas cotidianas dos movimentos sociais que surgem no contexto da mineração. Na Amazônia, o histórico dessas manifestações foi acentuado com a chegada do Programa Grande Carajás, na década de 1980, e se estende até a atualidade, em ritmo de crescimento.

Isso acontece principalmente porque as comunidades atingidas pelos empreendimentos de mineração e siderurgia instalados na Amazônia estão se tornando cada vez mais cientes dos impactos negativos em suas vidas. Uma das formas de expressão são a denúncia e o protesto popular articulados com os movimentos que já têm experiências nesses tipos de atividades. As manifestações populares resultam também da falta de diálogo das empresas com as comunidades. Para a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (2015), essa é uma característica do contexto brasileiro, que promove um “diálogo” seletivo e excludente.

A experiência acumulada pelas populações que sofrem as consequências do projeto desenvolvimentista, concentrador de riqueza, de terras e de recursos hídricos, demonstra que o prometido diálogo, de fato, nunca existiu (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2015, p. 1).

Assim, os movimentos realizam protestos e manifestações na busca pela cidadania e diálogo humano. Os moradores das comunidades afetadas pela mineração também atuam pelo reconhecimento de suas exigências por parte das mineradoras e do Estado. Entretanto, Dias (2016) afirma que as empresas sempre trabalham por uma “via única”, desconsiderando as reivindicações comunitárias.

O fato é que as grandes empresas transnacionais constituem-se em organizações econômicas hegemônicas e promotoras da “via única” para o progresso e desenvolvimento. Dessa forma, o modelo não consegue nem atender as demandas das populações locais, nem gerar consentimentos; do contrário, tem sido marcado pela geração de conflitos socioambientais, os quais comumente estão relacionados ao acesso e controle dos recursos naturais e do território (DIAS, 2016, p. 69).

Os conflitos sociais e as ações de movimentos no setor da mineração também passam por transformações no sentido de pressionar não somente as empresas, mas também o Estado, que muitas vezes age de forma omissa em relação aos direitos locais. O Estado passa a atuar mais efetivamente “na criação de legislações e códigos de mineração dentro de um marco legal que favorece os direitos de exploração mineral em detrimento aos direitos de propriedade” (DIAS, 2016, p. 240). A flexibilização das leis e isenções tributárias constroem um universo no qual os direitos das comunidades se tornam invisíveis.

Exemplo atual é a discussão do Código da Mineração, apresentado no Senado Brasileiro com pouca ou nenhuma participação comunitária ou de movimentos sociais. Nos últimos anos, tem-se discutido sobre a mudança de leis que ameaçam ainda mais os direitos de comunidades tradicionais localizadas em áreas de mineração, como quilombolas e indígenas.

Os impactos e conflitos decorrentes da atividade de mineração na Amazônia juntamente com a ação dos movimentos sociais geram comportamentos que deixam de pensar e agir especificamente no local, para atuar globalmente. Sendo assim, observamos as possibilidades de “movimentos sociais que podem surgir de uma conjuntura específica, mas não se esgotam nele” (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 131).

Os anos 2000 são caracterizados, portanto, pelas articulações de variados coletivos, entidades e organizações que passam a atuar em rede, com o propósito de denunciar violações de direitos. Os movimentos que atuam no âmbito da mineração estão inseridos nesse contexto. Nesse sentido, os movimentos sociais que lutam contra os impactos da mineração se tornam importantes vias de transformação na vida social, promovendo alternativas de vida e novas formas de reflexão sobre o uso dos recursos naturais.

A partir dessas características observamos um tipo de atuação marcado por ações comunicativas com diferentes atores. Entendemos que é segundo essa perspectiva que nasce e se desenvolve a *Rede Justiça nos Trilhos*. Para tanto, direcionamos atenção no próximo capítulo para diálogos teóricos em torno da ideia de redes comunicativas que defendemos neste trabalho e suas relações com as noções de cidadania e comunidade.

### 3 REDES COMUNICATIVAS DE COMUNIDADES EM AÇÕES DE CIDADANIA

*“Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar”.*

*(Paulo Freire. Ação cultural para a liberdade, p. 40)*

*“A questão central é tornar o ser humano sujeito do processo de mudança social, que passa pela comunicação, mas também pelos demais mecanismos de organização e ação populares”.*

*(Cicília Peruzzo. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania, p. 19)*

Entendemos a comunicação como um processo de interação social e dialógico capaz de gerar transformação social. A ideia de rede é abordada neste capítulo como uma relação comunicativa, construída nos diferentes modos de organização dos movimentos da sociedade, dentre eles, nas práticas cotidianas desenvolvidas pela *Rede Justiça nos Trilhos*.

Com essa perspectiva, levantamos reflexões teóricas sobre comunicação juntamente com as discussões sobre cidadania e comunidade a fim de um debate sobre os diferentes processos comunicacionais no universo de atuação da *Rede Justiça nos Trilhos*, que atua como uma articulação de comunidades e movimentos sociais de atingidas e atingidos pela Vale S.A.

Milton Santos (2008) nos diz que as definições sobre rede se multiplicam entre as diversas áreas, mas em sua concepção uma referência possível ao conceito é de que ela também “é social e política”, diz respeito às ações e relações estabelecidas entre as pessoas, suas mensagens e valores (SANTOS, 2008, p. 262). Desse ponto de vista, a *Justiça nos Trilhos* se apresenta como uma forma de organização social, cultural e política.

É nessa perspectiva que o presente estudo dialoga com o geógrafo, porém, destacamos o emprego do termo no âmbito da comunicação, entendendo-o como uma relação comunicativa, interativa, estabelecida entre diferentes atores sociais. Assim, apresentamos um caso de redes comunicativas que vai muito além do que as ferramentas tecnológicas podem proporcionar e faz referência às interações face a face, identificadas nos variados espaços das comunidades e movimentos sociais atingidos pela Vale S.A.

Para Milton Santos (2008), o estudo sobre as redes – na perspectiva das diferentes relações que podem ser construídas – permite a compreensão de que nem tudo é rede e de que nem todas as redes são homogêneas. “Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento” (SANTOS, 2008, p. 181).

Por isso, ele enfatiza que rede é também uma relação de poder, estabelecida entre atores que estão condicionados à necessidade de formas de organizações cada vez mais fluidas – o que pode gerar, por exemplo, comportamentos hegemônicos daqueles que atuam em escala global, em detrimento dos atores que estão nos territórios, portanto, em escala local.

A partir dessa crítica, podemos mencionar as ações da mineradora Vale S.A., uma empresa que defende a bandeira de ser transnacional, mas atinge negativamente comunidades locais, limitando seus direitos de consulta e expressão sobre a execução de empreendimentos em seus territórios.

De acordo com Castells (2013, p. 162), “indivíduos entusiasmados, conectados em rede”, têm possibilidades de enfrentar o medo de seus opressores e transformar a raiva em motivação para a mudança social. Assim, eles passam a agir de forma coletiva e consciente na superação de determinados problemas. Segundo o autor, esses processos são também desencadeados por ações comunicativas. Ele cita o exemplo das articulações em rede que podem ser observadas entre os movimentos sociais.

São conectados em rede de múltiplas formas. O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais on-line e off-line, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento (CASTELLS, 2013, p. 164).

Portanto, pensado como um processo de relações construídas nos mais variados contextos políticos, sociais e culturais, o sentido de rede permite uma reflexão sobre o tipo de comunicação que defendemos. Uma comunicação que proporciona vivências cotidianas em redes, características observadas no objeto desta pesquisa.

Nesse caminho, contamos com as contribuições de Paulo Freire (1983), que nos ajuda a entender a comunicação como um direito humano. As ideias de Freire têm como cerne a transformação social e a emancipação dos sujeitos em contextos de injustiças e explorações. A educação como um caminho para a mudança do mundo, em um mundo mais humano, foi

um dos desafios do estudioso que construiu suas reflexões em permanente contato com diferentes sujeitos sociais.

Os estudos de Freire (1983) se tornaram importantes para as reflexões sobre esse objeto de pesquisa, já que estamos falando de um contexto amazônico permeado por desigualdades e opressões em comunidades tradicionais, populares e periféricas. Mesmo estando em um período histórico diferente daquele em que as obras do educador foram escritas, acreditamos na sua relevância para entender nosso universo, hoje, e para nos lançarmos ao desafio da crítica social.

Freire (1983) defende a comunicação como diálogo, uma ação construída entre sujeitos ao se conhecerem. Segundo o autor, o encontro é o eixo central para a realização do diálogo, o que dá sentido à existência dos sujeitos no mundo. Ao se caracterizar como uma rede de atores diversificados que busca romper com o silenciamento de vozes, com o apagamento de culturas e modos de vidas, a *Rede Justiça nos Trilhos* se aproxima das reflexões de Paulo Freire.

Ele defende o ato de comunicar como uma ação praticada a partir do encontro de sujeitos que buscam marcar “a significação dos significados”. Assim, a comunicação estabelece um ideal de pertencimento a um espaço entre sujeitos, uma reciprocidade entre eles e a capacidade de lutarem para serem ouvidos diante de contextos de dominação e hegemonia.

[...] Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como diálogo é comunicativo [...] É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes (FREIRE, 1983, p. 67).

Desse modo, o diálogo entre os sujeitos é condição básica para o ato comunicativo, o que tem sua eficácia determinada pelo encontro. A comunicação acontece como um ato de reciprocidade entre sujeitos e signos linguísticos que são produzidos por ambos. “O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação” (FREIRE, 1983, p. 44). De acordo com o educador, nesse mundo em comunicação não existem sujeitos passivos, caso contrário teríamos que repensar se há comunicação de fato.

Nos processos comunicativos a alteridade é um componente para a compreensão dos conflitos existentes na sociedade e uma possibilidade de resolução dos mesmos - ou pelo menos de uma reflexão. Assim, o lugar do conflito é um lugar privilegiado para a concepção

de comunicação defendida por Freire (1983), como uma ação dialógica entre os seres humanos.

O autor (1983) acredita que a intersubjetividade ou a intercomunicação é característica essencial das práticas históricas e culturais que são construídas pelos sujeitos. “É pela intersubjetividade que se estabelece a comunicação entre os sujeitos” (FREIRE, 1983, p. 48). É por isso que a relação se torna uma condição para o “estar” no mundo. Freire afirma que o homem não pode viver com o seu pensamento isolado, logo não pode viver independente do outro.

A comunicação é então uma forma de relação, de existência, de estar no mundo. Com isso, podemos compreender as formas de denúncias e manifestações da *Rede Justiça nos Trilhos* como processos comunicacionais que buscam a afirmação de modos de vidas, de direitos e de sobrevivência.

O caráter humanista nos estudos de Paulo Freire busca contribuir para a construção de um pensamento crítico sobre a sociedade e sobre os atos comunicacionais que permeiam a existência humana. “É um humanismo que, pretendendo verdadeiramente a humanização dos homens, rejeita toda forma de manipulação, na medida em que esta contradiz sua libertação” (FREIRE, 1983, p. 50).

Reforçando a importância de Paulo Freire neste trabalho, Venício Lima (2004) destaca as contribuições de Freire como uma proposta relevante na atualidade para repensarmos os processos comunicacionais. “Na visão de Freire, enquanto os animais são seres de *contatos* que se adaptam ao mundo e *estão nele*, os homens são seres de *relações* que interagem com o mundo na práxis e *estão com ele*” (LIMA, V. A., 2004, p. 58, grifo do autor. Assim é reforçada a ideia defendida por Freire de que os homens são “Sujeitos criativos” em interação comunicativa.

A visão que Freire tem do ser humano como um Sujeito em relação com o mundo implica uma concepção das relações entre os homens que fundamenta a compreensão de seu conceito de comunicação. Em sua visão do homem e do mundo, Freire se credencia a ser incluído na mesma tradição filosófica de existencialistas como Buber, Mounier, Marcel, Camus, Jaspers e Rosenzweig, que, segundo Maurice Friedman (BUBER, 1975, p. xxvii) encaram o “diálogo, a comunicação e a relação Eu-Tu não enquanto uma dimensão do ego, mas como a realidade existencial e ontológica na qual o ego é criado e através da qual satisfaz e autentica a si mesmo” (LIMA, V. A., 2004, p. 59).

Uma concepção humanista da comunicação também é defendida por Dominique Wolton (2010), que confere complexidade, assim como Freire, ao modo de pensar a comunicação, “tendo a troca como horizonte de toda experiência humana e social”

(WOLTON, 2010, p. 20). Reforçando o nosso posicionamento, ele também afirma que sua compreensão de comunicação tem a ver com tempo, respeito e confiança.

Não há, portanto, comunicação sem um mínimo de tempo, de respeito e de confiança mútua. A tolerância é uma das condições estruturais de qualquer processo de comunicação. Enfim, toda teoria da comunicação carrega uma visão implícita da sociedade e das relações sociais, o que aparece na aceitação de um modelo mais ou menos aberto, igualitário ou hierárquico (WOLTON, 2010, p. 20).

Para Wolton (2010), a comunicação sempre envolve a questão do “Outro”, tornando-a complexa tanto no plano individual quanto no coletivo. Ele diz que, ao invés de estarmos vivendo uma revolução da informação, estamos em uma revolução da comunicação. Para o autor, na contemporaneidade há uma maior evidência nas diferenças, a ponto de as pessoas não conseguirem negociar. Então, comunicação também é política, pois tem entre as suas características a negociação e o acordo.

No caso das atividades da empresa Vale S.A. relacionadas às comunidades afetadas pela exploração mineral, os conflitos e diferenças são manifestados. De um lado, uma transnacional que faz uso das tecnologias da informação para revelar consensos e acordos com todos os atores envolvidos em suas atividades. De outro, as atingidas e os atingidos pelos grandes empreendimentos de mineração denunciam, em rede, o contrário: a ausência do comum, da compreensão e do diálogo.

Portanto, nas palavras do próprio autor “comunicar é conviver” (WOLTON, 2010), é estabelecer laços sociais, a partir da relação com o outro. Então, as redes comunicativas estão para além das tecnologias de informação, são representadas em essência pela sociedade, pelo homem, nas suas relações mais íntimas. Segundo o autor, nesse contexto se manifesta o desafio da comunicação: fazer com “que informação e comunicação andem juntas em busca da emancipação dos sujeitos” (WOLTON, 2010, p. 14).

Ao criticar a sociedade da informação e as modificações nas relações sociais afetadas pelo avanço tecnológico, Wolton acredita que a comunicação está cada vez mais rara. “Produzir informações e a elas ter acesso não significa mais comunicar” (WOLTON, 2010, p. 16). Ou seja, ele pontua que a aceleração da informação não proporcionou um aumento de comunicação. Por isso, informar nem sempre é comunicar.

Desse modo, entendemos a comunicação como interação, diálogo, negociação, compartilhamento. O sentido humanista da comunicação diz respeito à construção de relações. Assim, “viver é se comunicar e realizar trocas com os outros do modo mais

frequente e autêntico possível. O ideal da comunicação está evidentemente ligado ao compartilhamento, aos sentimentos, ao amor”. (WOLTON, 2010, p. 17).

Nesse sentido, Luís Mauro Sá Martino (2016), ao pensar a narrativa como uma dimensão do conceito de comunicação, defende o ato comunicacional como uma forma de encontro com o outro, ou seja, mais uma vez é apresentada a característica da relação social. Ele assinala o ato narrativo a partir de um foco na alteridade e delineado por questões afetivas. O autor percebe a comunicação como um elemento vinculador que possibilita a construção do comum. "O ato de comunicar é o ato de colocar em relação dois seres humanos" (MARTINO, 2016, p. 44).

Conquanto algumas teorias contemporâneas possam apontar, corretamente dentro de seus pressupostos epistemológicos, que a comunicação com o não-humano, ou mesmo o não-vivente, é possível, uma perspectiva relacional da comunicação parece apontar para a dependência de uma reciprocidade como característica intrínseca do ato comunicacional (MARTINO, 2016, p. 44).

Bem como Wolton (2010), Martino (2016) associa o compartilhamento como uma característica essencial no ato de comunicar. A comunicação possibilita vínculo e articulação entre diferentes seres, que atribuem sentido às suas vivências. Nesse ponto de vista relacional da comunicação, consideramos também importante a contribuição de Martin Buber (1982) com a suas reflexões sobre relação, encontro e diálogo. Ele nos diz que o ser humano é um ser limitado pelo outro e que esses limites são, ao mesmo tempo, possibilidades de construção de “conhecimento íntimo”.

Podemos perceber em suas teorias que a relação entre os sujeitos é condição para a produção e partilha de conhecimentos, algo que está profundamente ligado à questão da comunicação como processo dialógico e interacional. Para abordar a relação dialógica entre os seres humanos, Buber (1982) cita três tipos de diálogo: o autêntico, o técnico e o monólogo disfarçado de diálogo. Sobre cada um, Buber diz o seguinte:

o autêntico – não importa se falado ou silencioso – onde cada um dos participantes tem de fato em mente o outro ou os outros na sua presença e no seu modo de ser e a eles se volta com a intenção de estabelecer entre eles e si próprio uma reciprocidade viva; o diálogo técnico que é movido unicamente pela necessidade de um entendimento objetivo; e o monólogo disfarçado de diálogo, onde dois ou mais homens, reunidos num local falam, cada um consigo mesmo por caminhos tortuosos estranhamente entrelaçados e creem ter escapado, contudo, ao tormento de ter que contar apenas com os próprios recursos (BUBER, 1982, p. 54).

A característica da reciprocidade é mais uma vez destacada nessa compreensão, perceptível no primeiro caso, o diálogo autêntico. Porém, o autor faz uma crítica afirmando que esse tipo está cada vez mais raro entre os homens. Assim, coloca-se em risco a relação com o outro, a alteridade, a essência da comunicação. Nessa crítica, encontramos pontos em comum entre Buber, Freire e Wolton.

O Outro é apresentado por Buber (1982) como elemento central no ato da comunicação, mesmo que fisicamente esse Outro não esteja presente no lugar que se estabelece o diálogo. Segundo o autor, é a condição de colocar-se em confronto com outro Ser que não seja o Eu e admitir uma responsabilidade em respondê-lo que gera o autêntico processo comunicacional. O filósofo chama esse processo de “movimento básico dialógico”, que consiste em “voltar-se para o Outro”.

Esse processo é descrito pelo autor não somente como a ação de nos colocarmos em contato físico com outra pessoa – por exemplo, quando lhe olhamos, direcionamo-nos a ela quando falamos, sendo essas atitudes naturais do cotidiano. O verdadeiro movimento dialógico acontece quando essas ações são vivenciadas com a essência do ser, com a alma, provocando mudanças íntimas, constituindo uma unidade vivida (BUBER, 1982, p. 60).

Torna-se evidente para a reflexão espontânea que, desde sua origem, toda arte é essencialmente dialógica: toda música é dirigida a um ouvido que não é do próprio músico, toda escultura, a um olho que não é do escultor; também a arquitetura é dirigida aos passos que medem a obra. Todas elas dizem, àquele que não as recebe, algo que só pode ser dito nesta linguagem única (não um sentimento, mas um segredo percebido) (BUBER, 1982, p. 60).

A filosofia de Buber não buscou fazer um tratado sobre comunicação. Entretanto, nos ajuda a reforçar a dimensão da alteridade construída no ato de comunicar. A isso podemos relacionar as experiências comunicacionais vivenciadas pela *Rede Justiça nos Trilhos* no âmbito das comunidades e movimentos sociais atingidos pela mineração na Amazônia, no nosso caso, especificamente aquelas que sofrem os impactos da mineradora Vale S.A.

As reflexões de Cicília Peruzzo se aproximam dos autores mencionados acima, tendo em vista sua abordagem da comunicação como possibilidade de educação e transformação social. Em diversas obras de Peruzzo, é possível identificar o caráter de uma comunicação libertadora, comunitária e popular, possibilitando aos sujeitos a capacidade de contestar formas de dominação e afirmar identidades e direitos.

Em 2017, Cicília Peruzzo se dedicou a escrever um artigo intitulado *Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária*, que aborda a presença da educação

libertadora de Freire na comunicação comunitária e em movimentos populares do Brasil. Nesse estudo, ela afirma que as reflexões de Paulo Freire contribuem nas práticas comunicacionais de comunidades e movimentos, e ajudam na transformação social, bem como na concretização de interesses coletivos.

Ao analisar o papel da comunicação no contexto dos movimentos populares, a autora (2005) cita as seguintes características: uso dos meios de comunicação a serviço dos interesses da população; novas fontes de informação; comunicação como processo de mobilização social; abertura para a participação ativa do cidadão; dentre outras.

Podemos observar essas características presentes nas articulações da *Rede Justiça nos Trilhos*, pois, por meio da organização comunitária, consegue divulgar assuntos relacionados aos contextos das populações atingidas pela Vale S.A. na imprensa alternativa de suas regiões e nacionalmente. Exemplos dessas mídias são o jornal *Vias de Fato* (Maranhão) e os sites *Brasil de Fato* e *Agência Pública* (nacionais).

Identificamos também o site da *Rede* e as suas redes sociais na internet como “novas fontes de informação”, capazes de denunciar assuntos que não são pautados na imprensa tradicional. Já a mobilização social pode ser identificada nas diversas formas de manifestações, seja na internet, seja em eventos presenciais, como os encontros de atingidas e atingidos pela mineração. Particularidades do objeto desta pesquisa que corroboram com as discussões de Peruzzo (2005).

São processos comunicacionais que buscam a emancipação dos sujeitos enquanto pessoas que têm demandas e interesses, questionamentos e opiniões para serem ouvidos e debatidos. Os pressupostos da cidadania, da educação e da contra-hegemonia ajudam a construir esses processos que ora são marginalizados, ora são criminalizados.

As características apontadas por Peruzzo (2005) são importantes para reflexões sobre o papel dos sujeitos inseridos nos movimentos e comunidades, sobretudo, aqueles que podem atuar como protagonistas com a promoção de ações comunicativas. Portanto, “trata-se de outra comunicação [...] por envolver diversos setores das classes subalternas, tais como moradores de uma determinada localidade, desassistidos em seus direitos à educação, saúde, transporte [...]” (PERUZZO, 2005, p. 5).

É “uma outra comunicação” porque não é visível na grande mídia – e, mesmo quando algum assunto relacionado se transforma em reportagem na imprensa tradicional, não consegue grandes audiências. É importante pontuar que Cicília Peruzzo (2009) fala de comunicação pelos vieses popular, alternativo e comunitário.

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo (PERUZZO, 2009, p. 49).

Para a autora, a utilização desses conceitos é complexa e envolve características históricas, mas o que possibilita o uso desses termos de forma semelhante é a essência política presente em cada um. São formas de comunicação de caráter educativo que devem partir do “povo” e (ou) pensadas para o “povo”. A partir dessa natureza, os movimentos sociais e as comunidades são exemplos de espaços nos quais há o exercício dessa comunicação, como a própria autora reforça.

A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. É sem fins lucrativos, e se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica a participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; na propriedade coletiva; no sentido de pertença que desenvolve entre os membros; na co-responsabilidade pelos conteúdos emitidos; na gestão partilhada; na capacidade de conseguir identificação com a cultura e os interesses locais; no poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura (PERUZZO, 2005, p. 4).

Essa compreensão nos interessa por apresentar elementos centrais sobre a comunicação como ação política e cidadã, capaz de gerar a transformação social – reflexão que estamos defendendo aqui e que acreditamos ser capaz de acontecer entre diversos grupos de atores sociais engajados na promoção de direitos. Para tanto, Peruzzo (2005) defende características básicas como: ausência de objetivos econômicos, horizontalidade, coletividade, pertencimento, gestão partilhada, entre outras.

A “comunidade” ou “as comunidades” são categorias importantes para essa reflexão e direcionam o comprometimento de uma comunicação vivenciada, dialógica, é por isso que a autora menciona a contribuição para a ampliação dos direitos e deveres da cidadania. Isso também não significa dizer que os espaços de comunicação comunitária são isentos de conflitos, pois “não existem mecanismos puros de autogestão” (PERUZZO, 2005, p. 4).

Com base nesses pressupostos teóricos (PERUZZO, 2005, 2009), identificamos um princípio comunitário e popular, evidente na organização da *Rede Justiça nos Trilhos*. São processos que apresentam a participação dos atingidos pela Vale S.A, que têm ações nas próprias comunidades e outras que podem ser identificadas para além da definição territorial. Assim, o vínculo com as comunidades pode ser constatado pela participação ativa de alguns atores nas redes de comunicação (Figura 6) ou por estes serem os principais destinatários ou

interessados nas informações. Questões que determinam o protagonismo das atingidas e dos atingidos, como mostra a seguinte figura.

**Figura 6** - Participação da comunidade na página do *Facebook* da *Rede Justiça nos Trilhos*



FONTE: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b, on-line.

Para Peruzzo (2005), essa comunicação se revela cada vez mais plural em suas formas de manifestação. Entretanto, não podemos perder de vista as iniciativas que se rotulam como tal, mas apresentam fim comercial ou político partidário. Peruzzo (2013) trata sobre a comunicação nos movimentos populares a partir de uma dimensão voltada para os direitos humanos. Nesse sentido, a comunicação é pensada como um direito.

Cada vez mais a questão do direito à comunicação se torna explícita no Brasil. Ele reafirma os preceitos legais, historicamente conquistados que garantem o acesso à informação e o direito à liberdade de opinião, criação e expressão, mas, ao mesmo tempo, são enfatizadas novas perspectivas. Entre elas podemos destacar a contestação ao desrespeito às minorias e aos direitos humanos pela grande mídia, os direitos culturais e a defesa do acesso dos cidadãos e cidadãs e das organizações sociais sem fins lucrativos aos canais de comunicação na condição de protagonistas (PERUZZO, 2013, p. 168).

Um dos argumentos de Peruzzo (2013) é de que, mesmo os grandes veículos de comunicação tendo entre os seus objetivos a promoção de práticas cidadãs, é a comunicação

comunitária que mais avança nesse sentido, chegando até aos movimentos sociais, às comunidades, aos bairros populares, etc.

Nesse sentido, o acesso à informação e aos canais de expressão são mencionados pela autora como direitos de cidadania. “São direitos da pessoa”. Ao falar sobre cidadania, ela diz: “cidadania é histórica. Ela se modifica, evolui. Vai agregando novas dimensões conforme o desenvolvimento histórico da humanidade” (PERUZZO, 2005, p. 13).

Peruzzo (2005) esclarece que esse entendimento deve ir além do que já está expresso nas leis que tratam sobre o tema. Direito à comunicação não é somente direito ao acesso à informação ou direito à liberdade de expressão, trata-se também do direito de poder comunicar. É nesse sentido que ela fala em “democratizar o poder de comunicar” (PERUZZO, 2005, p. 9).

Em razão disso, na reflexão sobre as redes comunicativas e suas possibilidades de ampliação da cidadania, torna-se pertinente refletir sobre os processos de colonização instituídos na região amazônica, que nos ajudam a entender relações sociais. Trata-se de um contexto caracterizado pelo uso de mecanismos de dominação, historicamente reproduzidos.

Como exemplo, no capítulo anterior abordamos os modos de apropriação de territórios e imposição de mudanças de vidas com a implantação de grandes projetos de mineração como o Programa Grande Carajás e o S11D, ambos de concessão da mineradora Vale S.A. São apenas algumas das ações pensadas de fora para dentro e que perpetuam um ciclo de exploração de povos e recursos naturais na Amazônia brasileira.

Frantz Fanon (1968, p. 26) aborda a relação colonizador-colonizado como uma relação mutiladora, um sistema que adocece. Ele atribui a busca pela transformação social, da qual já estamos tratando aqui e que acreditamos ser possível pelo uso cidadão da comunicação alternativa, como uma necessidade de descolonização. Essa seria a reivindicação cotidiana daquele que é colonizado, uma mudança de ordem do mundo e do funcionamento das relações sociais.

A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação – ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono – foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que “os” conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial (FANON, 1968, p. 26).

Nas palavras do autor, a descolonização é também um processo violento, que não passa despercebido em nenhum tipo de sociedade, mas gera a transformação do ser, da pessoa

humana. Para ele, os atores que decidem lutar contra o sistema “adoecedor” do colono são privilegiados, são atores que repensam a história da qual fazem parte. O fim desse processo de descolonização é um triunfo (FANON, 1968), e se manifesta enquanto prática cidadã.

É na perspectiva da prática cidadã que na Amazônia paraense, a pesquisadora Célia Trindade Amorim (Facom/PPGCom/UFPA), líder desde 2011 do grupo de pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (CNPq-UFPA)<sup>7</sup>, do qual a autora desta pesquisa faz parte, entende a comunicação que estamos debatendo. Segundo Amorim, tal prática está “assentada no paradigma da contra-hegemonia, que luta para conquistar a justiça e igualdade de direitos na região. Uma tarefa nada fácil, porém necessária quando lidamos com as estruturas de dominação que operam na Amazônia” (2018, p. 27, no prelo). Nas palavras da pesquisadora,

Trata-se de uma comunicação que defende, na concepção político-ideológica e no *modus operandi*, um paradigma de desenvolvimento voltado para a causa pública da Amazônia, o que implica em valores e práticas mais horizontalizados e críticos, assentados na construção de mudanças sociopolíticas efetivas na região. (AMORIM, 2018, p. 27, no prelo).

Essas práticas comunicativas, como apontadas pela professora, tornam-se estratégicas em nossa região, já que na contemporaneidade “a Amazônia não pode mais ser um reduto exclusivo de uma elite que nasceu fadada a encarar a região como colônia de matérias-primas e de produtos semi-industrializados para alimentar tão somente o mercado internacional”. (AMORIM, 2014, p. 60).

Por sua vez, Eduardo Coutinho (2008) defende que uma das formas de comunicação mais difíceis de ser colonizada pelos “detentores dos meios de comunicação” é a relação interpessoal. Em seu estudo, intitulado *Comunicação do Oprimido*, Coutinho afirma que o diálogo, “dimensão inalienável da comunicação, como já foi apresentado acima pelos estudiosos, é certamente um meio – ainda que limitado - de organização da cultura, de expressão da consciência popular” (COUTINHO, 2008, p. 64). Para ele, as ações de resistências das comunidades e das grandes periferias urbanas podem ser observadas com maior riqueza, no cotidiano das pessoas, por meio de suas expressões orais.

A partir das contribuições de Coutinho (2008), podemos refletir que a comunicação do dia-a-dia, principalmente vivida nos espaços desassistidos de direitos, constroem experiências políticas, de luta e de resistência. São modos de existência que comungam diferentes relações e, com isso, colaboram para a promoção da cidadania. Assim, com uma organização em rede,

---

<sup>7</sup> Como resultado das pesquisas do projeto Mídias Alternativas na Amazônia, será lançado um livro intitulado *A força da contra hegemonia: apontamentos de comunicação alternativa na Amazônia* (AMORIM, 2018, no prelo). Essa obra está em fase de finalização.

há a possibilidade de novas interações sociais e o surgimento de desafios, especialmente no que tange à comunicação.

Essas formas de expressões podem ser observadas, por exemplo, nas relações comunitárias pontuadas por Paiva (2003). Um dos objetivos identificados nas discussões da autora é o de revisar o conceito de comunidade para apresentar uma proposta de comunicação comunitária. A circulação de informações, a planetarização e o rompimento de fronteiras são elementos expostos para pensar a relação comunicação-comunidade (PAIVA, 2003). Essa relação se estabelece como uma possibilidade de socialização frente às modificações econômicas e sociais que estruturam as relações na atualidade.

Cidadania e solidariedade transformam-se em paradigmas que permitem imaginar uma ordem com objetivos diferentes da premissa econômica universalizante, esta mesma que pretende instaurar de maneira genérica a globalização. A proposta comunitária surge como uma nova possibilidade de socialização, com o propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número dos excluídos parece cada vez mais ampliado (PAIVA, 2003, p 26).

A partir da concepção de Paiva (2003), podemos estabelecer uma proximidade com a noção de cidadania, que também remete a processos sociais dentro de determinados grupos. Assim, percebemos que na história das sociedades, a comunicação, a cidadania e a noção de comunidade se cruzam em um caminho de busca por mudanças sociais.

Com base nesse esboço teórico, o que destacamos é que a comunicação, sobretudo a comunitária, popular e alternativa, ajuda no exercício da cidadania e na consolidação dos movimentos sociais contemporâneos (NUNES, 2007, p. 95). A comunicação desenvolvida nas comunidades contribui para descortinar modos de dominação e silenciamento de vozes. Portanto, percebemos as comunidades como espaços que, por essência, são responsáveis pela construção de experiências cidadãs. Abordagem que apresentamos no tópico seguinte.

### **3.1 Comunidades: espaços de construção da cidadania**

Na obra *História da cidadania* Pinsky e Pinsky (2013) abordam a cidadania como um processo que tem início com o estabelecimento de lutas e ideais, modificando-se com os contextos políticos e culturais. Diz respeito, também, aos modos como os sujeitos se posicionam em relação à busca por direitos.

Odalía (2013), na mesma obra organizada pelos Pinskys, destaca o século XVIII como um período diferenciado, no qual as Revoluções Francesa, em 1789, e Americana, em 1776, contribuíram para a conquista dos direitos civis do homem. O contexto desse momento é

caracterizado pelo Iluminismo, baseado na razão e na experimentação. Para o autor (2013), a ideia de felicidade concebida naquela época representou uma conquista e continua orientando o homem no sentido de uma sociedade mais justa e igualitária até hoje. Por isso, a noção de cidadania é assegurada nesse contexto por se tratar de mudanças sociais que historicamente foram conquistadas e que ainda fazem sentido na atualidade.

É ainda no século XVIII que o homem começa a tomar consciência de sua situação na história. A consciência histórica que vai se formando não será exclusiva do intelectual, mas também da classe ascendente, a burguesia, que percebe sua importância nas transformações sociopolíticas, econômicas e mesmo culturais que estão sucedendo (ODALIA, 2013, p. 161).

Como exemplo de conquista de direitos e da ampliação da cidadania, Pinsky e Pinsky (2013) citam a Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, que promove a ideia de igualdade perante a lei. Mesmo com suas contradições e equívocos, essas conquistas representam um avanço na promoção de práticas cidadãs.

Os autores esclarecem que, no Brasil, a luta pela cidadania ocorre em uma estreita ligação com o sistema capitalista e é assumida, sobretudo, pelos trabalhadores. O caminho de garantia de direitos se estabelece desde a Abolição da Escravatura, em 1888, passando pela Proclamação da República, em 1891, pelas formulações das Constituições de 1824, 1934 e 1946, até a Constituição de 1988 – todos esses contextos caracterizados por lutas, embates e mortes de lideranças.

Nesse debate, os movimentos sociais são apresentados como atores centrais nos processos de lutas, conquistas e transformações sociais. Gorczewski e Martin (2001) apontam que os movimentos surgem da necessidade de respostas aos problemas que o Estado e os Partidos Políticos não resolvem.

Quando um grupo de pessoas, convencidas de que nem o Estado, nem os partidos políticos ou grupos de interesses estabelecidos abordam corretamente suas reivindicações, organizam uma ação coletiva e suscitam a adesão de um grupo numeroso de ativistas para atrair a atenção dos poderes públicos. A este grupo denominamos movimento social, que se incorpora à sociedade (GORCZEWSKI; MARTIN, 2011, p. 129).

A cidadania está atrelada a demandas de atores que se organizam em coletivos e também se modificam. A dinâmica histórica então nos faz perceber que não há “uma única concepção de cidadania que deveria ser aceita por todos. Para cada interpretação dos princípios ético-políticos corresponde um entendimento diferente de cidadania” (MOUFFE, 2003, p. 17).

Mouffe (2003) reforça a importância de entender a natureza da cidadania a partir de uma perspectiva “agonística”. Neste caso, ela defende uma ideia de democracia radical que pode se estabelecer na sociedade mediante a criação de espaços que permitam a confrontação, a discussão, o embate político, entendendo o outro como adversário e não como inimigo. Assim, deve-se considerar que as ideias do outro podem e devem ser confrontadas, mas o direito de o outro expor tais ideias não deve ser apagado. Nesse processo há possibilidades de debates que ajudam a exercitar a noção de cidadania.

Mouffe explica ainda que “o reconhecimento da dimensão conflituosa da vida social” é uma das condições necessárias para compreender o papel da política democrática. Para ela, a tarefa da política democrática não é ter o consenso como objetivo central na superação das dicotomias entre os diferentes grupos sociais, mas “elaborá-las de uma forma que estimule o confronto democrático” (MOUFFE, 2015, p. 15).

O caráter conflituoso pontuado por Mouffe (2015) pode ser observado nas sociedades contemporâneas também por meio da comunicação. No caso específico dos nossos estudos, os conflitos existentes entre Vale S.A. e comunidades atingidas desmistifica a possibilidade de uma sociedade sem adversários, sem embates, sem confrontos. O discurso global da mineradora Vale S.A. – que divulga a empresa como próxima das populações afetadas, em “diálogo” e no exercício de ações “sustentáveis” – é contraposto pelas diversas comunidades e movimentos que encontram nas suas comunicações as alternativas de denúncias. Motivo pelo qual nesses conflitos também se constrói cidadania.

Ao pontuarmos a característica do objeto desta pesquisa como uma articulação comunicativa de comunidades, movimentos sociais, entidades, sindicatos, organizações, pesquisadores, dentre outros, destacamos a sua essência comunitária tendo em vista que a base de suas formas de organizações acontece nos territórios. Posteriormente, articulam-se por meio de diálogos e estratégias comunicacionais na internet em redes nacionais e internacionais.

Na interface com a comunicação, as redes de comunidades são pensadas neste trabalho com base nas formas de organização e articulações entre os diversos atores atingidos pela Vale S.A. na Amazônia e que fazem parte da *Rede Justiça nos Trilhos*. Como descrevemos no capítulo anterior, ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC) existem 27 municípios. Nesse percurso, aproximadamente 100 comunidades são afetadas pelos danos da mineração.

A seguinte foto (Figura 7) mostra uma família do estado do Maranhão que tem a sua comunidade cortada pela EFC, fato que viola o direito de ir e vir, causa poluição sonora e do

ar, promove rachaduras em casas, dentre outros impactos negativos. O exemplo se repete em todo o percurso da EFC.

Figura 7 - Estrada de Ferro Carajás, Miranda do Norte - MA



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

Essas comunidades que se reconhecem como tais – elas se identificam como ribeirinhas, pescadores, quilombolas, indígenas, camponeses, assentados, etc. Muitas estão envolvidas em redes de movimentos sociais e fazem parte da *Justiça nos Trilhos*. Além dessas populações, que em sua maioria localizam-se em áreas rurais, a EFC atinge centros urbanos e distritos industriais. Entendemos também que os próprios movimentos sociais representam uma concepção de comunidade, com base nas suas relações e formas de organizações na sociedade.

Cada uma dessas comunidades apresenta modos de vida, formas de resistências e de lutas contra os impactos da mineração, elas congregam semelhanças e afinidades. Esse ambiente, como em qualquer outro da sociedade, também é permeado por tensões, conflitos, diferenças e por um intenso processo de busca pela cidadania, já que são comunidades que se reconhecem enquanto atingidas e lutam por direitos. O *site* da *Rede* apresenta um acervo digital (Figura 8) com informações sobre muitas das comunidades, os principais impactos e resistências ocorridos nelas.

Figura 8 - Menu “Comunidades” no site da *Rede Justiça nos Trilhos*



Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]c.

A partir dessa característica do objeto de pesquisa, consideramos pertinente uma abordagem sobre a noção de comunidade, necessária por estudarmos um objeto que tem na sua essência a defesa de comunidades atingidas pela mineração e a luta pela autodeterminação de seus territórios. O intenso conflito entre atingidos e a mineradora Vale S.A. marca a particularidade que envolve todas essas comunidades. Assim, com a *Justiça nos Trilhos* são construídos distintos laços entre os moradores do Corredor de Carajás.

A necessidade de marcar a nossa perspectiva sobre a ideia de comunidades também se dá pelo fato de que não a compreendemos apenas pelo viés territorial, mas também pela esfera das relações vivenciadas entre as pessoas inseridas nas localidades atingidas pela Vale S.A. Ou seja, o estudo do objeto envolve a concepção dos modos e formas de organizações que têm na sua essência a comunicação.

É na Antropologia e na Sociologia que vários teóricos são entendidos como os principais pesquisadores clássicos sobre o tema: Tönnies, Nisbet, Weber, entre outros, que teorizaram a respeito do sentido de comunidade. Podemos ainda encontrar nas críticas à sociedade, feitas por Simmel e Durkheim, importantes contribuições sobre as noções que fundamentam o conceito. Esses estudiosos falam sobre solidariedade, relações comunitárias, criticam o individualismo e reforçam a construção de um pensamento sobre a sociedade.

Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes (WEBER, 2002, p. 71).

Percebemos com Weber (2002) uma centralidade para a relação social. Segundo Weber, a noção de comunidade se estabelece quando os interesses entre os diferentes atores de um grupo dão substância às relações sociais constituídas. Ele destaca ainda que essas relações são construídas por diferenças e por diferentes atores que se engajam em ações específicas.

O autor nos diz que o conceito de comunidade possui fenômenos heterogêneos, não incluindo somente as relações “íntimas e comunais”. Ou seja, cabe considerar que comunidade remete às noções de sociedade, sentimento, vínculo, união, afetividade, relação, família, dentre outros, mas também pode remeter às tensões, poder e conflitos. Se comunidade é relação social, não podemos dizer que o conceito diga respeito apenas aos processos de harmonia e equilíbrio entre os sujeitos.

Oliveira e Maio (2011) mencionam que as características dos estudos sobre comunidade na Antropologia foram trabalhadas por outras áreas, mas as metodologias utilizadas nessa temática continuaram sendo heranças dos antropólogos. Destacam também que a interface entre a Antropologia e a Sociologia é central no desenvolvimento desses estudos. Nessa interconexão, buscou-se entender os vários aspectos da vida humana, a partir dos comportamentos de grupos sociais.

No Brasil, os estudos sobre comunidade são citados por Oliveira e Maio (2011) como oriundos das décadas de 1940 e 1950, constituindo-se em marcas importantes na história das Ciências Sociais. Gohn (2010) diz que comunidade é um termo mágico, místico, simbólico, carregado de valores e de identidade. Ela destaca várias formas de referência ao termo: uma localidade geográfica; uma estrutura social de um grupo; um conjunto de relações sociais; um conjunto de aspectos psicológicos dos indivíduos; etc.

Essas referências refletem o fato de que pensar a comunidade é um percurso em busca da compreensão sobre as diferentes formas de organização das sociedades. Com os estudos sobre comunidade de Bauman (2003), podemos identificar nas comunidades uma possibilidade de estreitamento de laços de comunicação. Ao fazer uma crítica à sociedade, manifestando que estamos carentes do autêntico sentido de comunidade, o autor defende uma concepção.

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e de responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos” (BAUMAN, 2003, p. 134).

Bauman diz que somos todos interdependentes em um mundo que se globaliza cada vez mais. Para ele, há tarefas que ninguém pode realizar individualmente. “Nós precisamos ganhar controle das condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida, mas para a maioria de nós esse controle só pode ser obtido coletivamente” (BAUMAN, 2003, p. 134).

A coletividade é condição para estar em comunidade e pode representar uma forma de resistência para grupos que lutam contra a marginalização, o preconceito, o desrespeito, as violações dos mais variados direitos do cidadão. Ainda assim, a comunidade também deve ser compreendida como fenômeno cultural, carregada de símbolos e representações sociais.

Tão importante é considerar a coletividade como uma característica da vivência em comunidades, tendo em mente que coletividade e comunidade não são a mesma coisa. Segundo Buber (1982), precisamos observar as lutas das comunidades que atuam pelo próprio estabelecimento de uma realidade comunitária, quando a relação com o Outro é vivida na sua essência.

A comunidade em evolução (que é a única que conhecemos até agora) é o estar não mais um ao lado do outro, mas estar um com o outro, de uma multidão de pessoas que, embora movimentem-se juntas em direção a um objetivo, experenciam em todo lugar um dirigir-se um ao outro, um face a face dinâmico, um fluir do Eu para o Tu; comunidade existe onde a comunidade acontece (BUBER, 1982, p. 66).

Então, carga simbólica, de sentimentos, de representações, de consensos e dissensos atravessam essas noções de comunidade. Amaral Filho (2008) entende que comunidade não é uma única coisa, pois ela permanece em transformação, tem fronteiras instáveis. “Quando falamos em comunidade, estamos nos referindo a um certo espaço de atuação, espaço que pode ser tanto físico como simbólico; falamos de pertencimento, de elementos em comum que formam determinada comunidade” (AMARAL FILHO, 2008, p. 76).

Amaral Filho (2008) ainda nos alerta para o fato de que as generalizações e os reducionismos acabam criando equívocos nas denominações de comunidade. As especificidades de grupos e movimentos devem ser levadas em consideração, tendo em vista que características que são inerentes a uns podem não ser a outros. É nesse sentido que o autor dá o título *As perigosas fronteiras da comunidade* ao seu trabalho.

Ao fundamentar os trabalhos voltados para a comunicação comunitária, Peruzzo (2009) colabora com a nossa abordagem, pois afirma que o conceito de comunidade é complexo e dinâmico. Para a autora, mesmo com variações, a noção de comunidade carrega muitas características que se mantêm ao longo da história. Uma delas é a carga simbólica atribuída ao conceito pelos clássicos da Sociologia e da Antropologia, além de outras que ela

menciona vinculadas à incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação (PERUZZO, 2009).

O sentimento de pertença, a participação, a conjunção de interesses e a interação, por exemplo, são características que persistem ao longo da história, enquanto a noção de lócus territorial específico como elemento estruturante de comunidade está superada pelas alterações provocadas pela incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação. Sem menosprezar que a questão do espaço geográfico continua sendo um importante fator de agregação social em determinados contextos e circunstâncias (PERUZZO, 2009, p. 57).

Na obra *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*, Paiva (2003) aborda a ideia de comunidade a partir das experiências de autonomia de grupos sociais e das relações entre globalização e sociedade. Do ponto de vista da autora, o conceito de comunidade perpassa também pela visão de uma mudança social.

Se nos estudos dos clássicos a solidariedade é apresentada como elemento teórico central nos debates sobre comunidade, Raquel Paiva (2003) diz que a solidariedade pode ter-se tornado uma estratégia entre grupos que são marginalizados e estabelecem, com isso, uma experiência particular.

Ela alerta ainda para o fato de que “comunidade” tenha-se tornado apenas uma expressão para ser usada como “investida de um poder de resgate da solidariedade humana ou da organicidade social perdida” (PAIVA, 2003, p. 19). Uma das preocupações da autora é mostrar que as transformações econômicas e tecnológicas mudam também as formas de agrupamentos sociais.

Com base nas reflexões acima, consideramos a perspectiva da própria denominação que o objeto de pesquisa nos apresenta, como sendo uma articulação de comunidades e movimentos sociais atingidos pela Vale S.A.: a *Rede Justiça nos Trilhos*. Seria contraditório partir de uma nomenclatura atribuída por nós, para depois buscar entender as formas de organizações e articulações comunicativas da *Rede*; o caminho é inverso, é o próprio objeto que evidencia uma necessidade de refletir sobre a noção de comunidade, já que ele se caracteriza como tal. Então, passamos a nos orientar a partir da seguinte proposição:

[...], quase sempre, ao nos referirmos às “comunidades de minorias étnicas”, estamos lidando, como alertou Bauman (2003), com uma definição imposta de fora para dentro, sem que se tenha pedido o consentimento a seus membros para serem definidos como “minorias”. Na definição externa do que vem a ser comunidade, há a intenção inconfessa de que esta seja uma definição perpétua, o que na prática, é apropriado pelo discurso da mídia hegemônica para se referir aos “índios” (Dutra, 2005) ou às “comunidades de remanescentes de quilombo” (AMARAL FILHO, 2008, p. 76).

Amaral Filho (2008) faz uma importante reflexão sobre as atribuições do conceito de comunidade e as suas representações na sociedade, principalmente a midiática, que pode colaborar para a formação de uma definição única e para a construção de estereótipos. Assim, tratamos o “índio” ou conhecemos o “quilombola”, sem diferenças e sem particularidades. Esses grupos variam de acordo com suas histórias de vida, heranças, regiões que habitam, merecendo ser representados da forma como eles próprios se reconhecem.

Portanto, o papel da comunicação comunitária é estar na comunidade e defender os interesses da comunidade. Nesse caminho, as suas identidades, as suas lutas e as suas resistências são elementos que mudam conforme as necessidades estabelecidas no tempo e no espaço. A apreensão dessas mudanças é fundamental para que a comunicação comunitária não perca a sua particularidade, sua essência e o seu caráter educativo.

Essa reflexão é necessária para pensarmos as comunidades como espaços plurais construídos por sujeitos sociais. Leva-nos a entender as comunidades como lugares de produção de conhecimentos, cultura e política, essenciais, como apontado pelos estudiosos já apresentados aqui.

Ao constatarmos a relação das comunidades atingidas pela Vale S.A. com diversos movimentos sociais e por entendermos estes como exemplos de comunidades, no próximo capítulo, abordamos as perspectivas das ações coletivas dos movimentos sociais. A partir da característica da atuação em rede da *Justiça nos Trilhos* e da sua própria definição como uma rede de comunidades e movimentos, expomos algumas características desse universo e suas transformações na sociedade contemporânea.

#### 4 REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COLETIVA

*“Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos”.*

*(Maria da Glória Gohn. Teoria dos movimentos sociais, p. 20)*

Abarcando a ideia sobre redes comunicativas em ações de cidadania consideramos pertinente fundamentar essa pesquisa com as contribuições teóricas sobre os movimentos sociais e suas transformações na sociedade. Essa discussão se faz necessária uma vez que estamos estudando um caso específico de rede de comunidades e movimentos sociais, a *Rede Justiça nos Trilhos*, e para tanto recorreremos aos contextos que envolvem os conceitos de movimentos sociais e redes de movimentos sociais.

Nesse sentido, Maria da Glória Gohn (2014) é uma das estudiosas com relevante contribuição para as discussões sobre movimentos sociais, apontando teorias, características, contextos e categorias. Os seus variados estudos demonstram que não existe um conceito pronto sobre movimento social. As mudanças ocorridas na sociedade, o surgimento de novos atores e suas interações com a política, a cultura e a economia influenciam as abordagens teóricas existentes e a criação de novas. “Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo, ou reposição-conservação do velho” (GOHN, 2014, p. 247).

A obra *Teorias dos Movimentos Sociais* (2014) apresenta um panorama dos principais paradigmas sobre os movimentos sociais. O livro faz uma abordagem teórica desde o paradigma norte-americano, com as teorias clássicas e contemporâneas sobre ações coletivas, até os movimentos da era da globalização com a teoria da Mobilização de Recursos e dos Novos Movimentos Sociais. Essa obra também dá destaque para as pesquisas sobre a temática na América Latina e, especificamente no Brasil.

A partir dos anos 1960, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e *status* de objeto científico de análise e mereceu várias teorias. Tudo isto ocorreu porque, em parte os movimentos ganharam visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômenos históricos concretos (GOHN, 2014, p. 10).

Historicamente os movimentos sociais fazem parte dos processos de mudanças na sociedade e dos principais contextos de lutas e resistências. No âmbito dos estudos sobre essa temática, Gorczewski e Martin (2011) fazem uma apresentação de teorias que foram desenvolvidas antes da década de 1960. Os autores mencionam os modelos clássicos de movimentos sociais a partir de três percepções: a dos irracionistas, da escola de Chicago e da Mobilização de Recursos.

A primeira percepção, a dos irracionistas, analisava as diversas formas de manifestações sociais como ameaças à ordem social sob um ideal anti-iluminista. A segunda, a Escola de Chicago, estudava os movimentos sociais das décadas de 1940 e 1950 pelo viés do comportamento coletivo. Mais tarde, durante a década de 1960, a terceira percepção, da Mobilização de Recursos, estudava os movimentos como agentes de transformação social, destacando a formação dos movimentos a organização de recursos (GORCZEWSKI; MARTIN, 2011, p. 144).

Já Melucci (1999) faz referência aos aportes clássicos da sociologia para as reflexões sobre os movimentos sociais a partir das contribuições de Weber e Durkheim. Apesar de ser uma referência indireta sobre os movimentos sociais, o autor acredita que esses clássicos levantaram problemas teóricos importantes sobre as relações sociais que implicam entender como se organizam os diversos grupos.

Es prioritario señalar en Weber la distinción entre carisma y estructura burocrática en la contraposición entre relaciones sociales con una estructura regulada por un sistema racional de normas, y relaciones donde prevalece el impulso emocional, la ruptura de las reglas cotidianas y la identificación afectiva con la acción. Durkheim nos habla de “estados de gran densidad moral”, de momentos de entusiasmo colectivo en los cuales el individuo se identifica con la sociedad y se eleva a un nivel superior de vida adhiriéndose a ideales generales. Es en estos momentos cuando se dan las grandes transformaciones sociales<sup>8</sup> (MELUCCI, 1999, p. 3).

Os movimentos sociais clássicos que podem ser exemplificados pelas atuações da classe trabalhadora, sindical e operária estão no início desse percurso histórico, bem como as contribuições das lutas estabelecidas durante as grandes revoluções, como a Francesa, de 1789, a Americana, de 1776, e a Inglesa, de 1642. São casos de mobilizações coletivas que

---

<sup>8</sup> É prioritário destacar em Weber a distinção entre carisma e estrutura burocrática na contraposição entre relações sociais com uma estrutura regulada por um sistema racional de normas, e relações onde prevalece o impulso emocional, a ruptura das regras cotidianas e a identificação afetiva com a ação. Durkheim nos fala de "estados de grande densidade moral", de momentos de entusiasmo coletivo nos quais o indivíduo se identifica com a sociedade e se eleva a um nível superior de vida aderindo-se a ideias gerais. Nesses momentos é que se dão as grandes transformações sociais.

afetaram a população em nível global e ainda hoje têm seus ideais sendo repetidos e refletidos, muito no dia-a-dia dos movimentos sociais da atualidade.

Outra contribuição clássica nos estudos dos movimentos sociais diz respeito ao marxismo, que muito discutiu sobre a atuação do movimento operário, com as ideias de classe operária, trabalho, capital e luta. Perspectivas que foram debatidas principalmente a partir de 1960. Foi nesse sentido que se construíram debates sobre a relação entre classe e movimento social até se chegar às contribuições teóricas contemporâneas, a exemplo de Touraine (1989) e Melucci (1989), dentre outros.

Assim, a maioria dos estudos sobre essa temática aponta uma dualidade entre movimentos sociais clássicos e contemporâneos, ou velhos e novos movimentos, ou ainda, velhos, novos e novíssimos movimentos sociais. No processo histórico – em que as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas ocasionaram modificações nos movimentos sociais e o surgimento de outros – os “ditos” novos ou novíssimos movimentos ainda carregam características dos movimentos clássicos.

Historicamente, na busca por cidadania, variados grupos sociais se organizaram para reivindicar direitos e denunciar formas de opressão. Como movimentos clássicos emblemáticos, citamos os trabalhadores que se indignaram com as injustiças impostas pelo ideal capitalista, os sem-teto, motivados pelos processos de exclusão social, as mulheres, pela ausência de direitos, os negros, os índios, entre outros.

Gorzewski e Martin (2011) destacam três funções assumidas pelos movimentos na sociedade: (1) mediação; (2) esclarecimento da consciência coletiva; e (3) pressão. Aparece ainda no estudo desses autores, a denominação de novos movimentos sociais para aqueles que surgiram a partir da década de 1960. Esses movimentos surgem para defender interesses específicos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Feminismo e o Movimento Ecológico.

A década de 1970 aparece, não só nos estudos de Maria da Glória Gohn, mas de outros autores como Touraine (1989) e Melucci (1989), como um período no qual muitas mudanças aconteceram na sociedade e, por conseguinte, nos movimentos sociais. Na Europa, a partir da década de 1970, houve uma reavaliação teórica sobre as novas formas de ação coletiva na sociedade (MELUCCI, 1989). Nesse contexto permeado por crises políticas, surgiram novas categorizações para os movimentos.

O legado da filosofia na história foi reconhecido, durante muitos anos, num certo dualismo. A ação coletiva era tratada ou como um efeito de crises estruturais ou contradições, ou como uma expressão de crenças e orientações compartilhadas.

Estes pontos de vistas impediram a consideração da ação como um sistema de relações. Os anos 70 tornaram possível uma resolução deste dilema teórico (MELUCCI, 1989, p. 50).

Melucci (1989) analisa a atuação dos movimentos sociais sob a perspectiva da ação coletiva, já dizendo há algumas décadas que eles devem ser vistos como “sistemas de ação”. “Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. É por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação” (MELUCCI, 1989, p. 52). Então, as formas de organização dos movimentos, como por exemplo, do objeto desta pesquisa, não podem ser ignoradas no processo analítico.

Nesse sentido, entendendo a ação coletiva como um “sistema de relações”, em relação ao qual, tão importante quanto analisar a estrutura do movimento, torna-se pertinente observar como os atores se organizam dentro dessa estrutura. Melucci (1989) considera que essa foi uma contribuição deixada pelos estudos desenvolvidos na década de 1970, já que as análises de “por que” os movimentos existem e se organizam como tal não descartou a importância de perceber “como” os movimentos se organizam.

O autor defende a ideia de que as ações coletivas são construções sociais, ele diz que nos estudos dos movimentos sociais é preciso levantar questionamentos sobre seus processos sociais, atores envolvidos e dinâmicas internas e externas. O desafio está em analisar conjuntamente esses diferentes processos.

Melucci (1989) aponta o movimento social como uma das suas questões mais indefiníveis, esclarecendo que seus estudos sobre o tema têm a função de fazer diferenciações e não de demarcar conceitos. Para distinguir os movimentos de outros tipos de ações, o autor apresenta três dimensões necessárias: “a solidariedade, o desenvolvimento de um conflito, e o rompimento dos limites do sistema no qual ocorre um movimento” (MELUCCI, 1989, p 57).

Defino conflito como uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor. A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social). Os limites de um sistema indicam o aspecto de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. Um rompimento destes limites empurra um sistema para além do espectro aceitável de variações (MELUCCI, 1989, p 57).

Para Melucci (1989), a abordagem do conflito, uma das dimensões para a existência de um movimento social, modifica-se de acordo com os contextos nos quais o movimento está inserido. As transformações sociais, culturais, políticas e tecnológicas proporcionam novas formas de ações coletivas e novas formas de organização. Nos contextos vivenciados

durante as décadas de 1970 e 1980, Melucci estava preocupado em perceber as questões culturais que afetavam tais mudanças, dando importância para a identidade pessoal e para a vida cotidiana.

Com os estudos sobre movimentos sociais, o autor buscou entender as relações sociais de forma mais abrangente, os conflitos sociais que podem ser analisados dentro dessas relações e as interações entre os sujeitos. “Estudar os movimentos sociais significou para mim questionar a teoria social e lidar com questões epistemológicas tais como: o que é a ação social?” (MELUCCI apud AVRITZER; LYYRA, 1994, p. 155). Em entrevista para Avritzer e Lyyra, Melucci afirma que a ação social é responsável por estabelecer a relação entre a sociedade e o sentido que se dá a ela. Então, os movimentos sociais desvelam conflitos e contextos que merecem ser estudados, muito mais do que o estudo individual deles próprios.

Alain Touraine (1989) descreve esse cenário de transformações políticas e tecnológicas como “sociedade pós-industrial”, na qual as mobilizações passaram a ocorrer de forma cada vez mais generalizada. Com o desenvolvimento das comunicações e da informação, as relações entre as pessoas na sociedade se modificaram. Nesse sentido, aproximando-se de Melucci, Touraine (1989) reforça a característica da ação coletiva dos movimentos e o enfraquecimento da mediação dos partidos políticos.

A ideia, difundida pelo leninismo e de maneira muito mais extrema pela maioria dos movimentos nacionalistas e revolucionários do Terceiro Mundo, de que as reivindicações sociais precisam ser assumidas por um partido político para saírem da dependência em que se encontram parece já muito em atraso com relação à prática das sociedades industrializadas (TOURAINÉ, 1989, p. 8).

O sentido de coletividade dos movimentos é apresentado pelos autores mencionados como uma forma de mobilização frente aos conflitos sociais. Alain Touraine (1989) diz que as reivindicações passam a ser definidas em nome da existência de uma coletividade e não se limitam a um único papel social. Ou seja, o movimento social vai além da função de ser um agente de pressão política.

O sociólogo francês enfatiza que é importante entender o conflito social que envolve um movimento social. Para o autor, o movimento social tem a possibilidade de “questionar uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade” (TOURAINÉ, 1989, p. 113).

Na obra *Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes*, Touraine (1994) destina um capítulo para discutir sobre a temática dos movimentos sociais. Ele parte da ideia de que estes são fenômenos que agregam uma combinação: um conflito social e um projeto cultural. De

modo que não é possível falarmos sobre a natureza dos movimentos sociais sem fazermos uma análise interna deles, entendendo a sua relação íntima com a ideia de sujeito.

Nesse sentido, a ideia de um sujeito coletivo, que não se limita mais a um poder político, é transformada historicamente pela atuação de um sujeito que busca afirmar direitos, conquistar a igualdade e a liberdade, independentemente de partido político ou de orientação religiosa.

Esta mudança de perspectiva desorienta todos os que procuram ainda colocar um movimento popular ao serviço da construção de um partido político, e, sobretudo, de um poder neocomunitarista. Nos países mais industrializados não pode mais haver outro movimento societal além das ações coletivas diretamente dirigidas para a afirmação e a defesa dos direitos do sujeito, da sua liberdade e da igualdade. Neste sentido, pode-se dizer que os movimentos societais tornaram-se movimentos morais, ao passo que, no passado, tinham sido religiosos, políticos ou econômicos (TOURAINÉ, 1998, p. 117).

Na história dos movimentos sociais, o surgimento dos partidos políticos representa também o nascimento de movimentos como o nacionalismo e o movimento dos trabalhadores (GORCZEWSKI; MARTIN, 2011, p. 128). Se a partir da década de 1970 essa característica se tornou menos evidente, antes havia um caráter diferente na relação com os partidos políticos, já que se pensava na atuação do movimento social também como um projeto de construção política.

Os movimentos societais encarnaram no passado um projeto de reconstrução radical da sociedade e uma imagem do sujeito. Em geral, o primeiro dominou a segunda. Os marxistas chamaram-no de totalidade, fim da pré-história da humanidade ou comunismo. As primeiras explosões revolucionárias do mundo moderno quiseram criar uma sociedade de iguais e de puros, libertos ao mesmo tempo da miséria e da dominação dos senhores (TOURAINÉ, 1998, p. 116).

Ao falar dessas características presentes nos movimentos da Europa durante os séculos XVII e XVIII, Touraine dá atenção para a mudança do caráter político e da criação de uma nova imagem de sujeito. Portanto, a década de 1970 representou o momento de pensar os movimentos sociais como ações coletivas e não como ações de partidos políticos. Isso não significa dizer que os movimentos sociais passaram a ser pensados separados da política. Eles sempre geraram implicações e continuam afetando instituições e atores políticos, além de serem, por essência uma ação política. Apesar disso, é a formação desses movimentos que se modifica, não sendo mais dependentes de um partido político (TOURAINÉ, 1998, p. 116).

Na América Latina, Maria da Glória Gohn (2014) destaca a década de 1970 como o período no qual houve uma intensificação dos estudos sobre movimentos sociais, sobretudo,

nos Programas de Pós-Graduação. Ao fazer uma trajetória sobre esses estudos, ela diz que “neste cenário de repressão das lutas sociais, surgiram inicialmente movimentos de resistência à dilapidação da força de trabalho e depois de clamores pela redemocratização do país” (GOHN, 2014, p. 214).

A partir de 1970 muitos pesquisadores passam a estudar os movimentos sociais por conta do surgimento dos movimentos populares, de habitação popular, movimentos de favelas, da Igreja, de mulheres, movimento estudantil, de moradores, mobilizações no regime militar, participação comunitária, populismo, educação, habitação, etc. (GOHN, 2014, p. 219). Os movimentos sociais europeus e norte-americanos ainda influenciavam os movimentos na América Latina, mas a autora destaca a particularidade dos movimentos populares em nosso continente.

A construção de um paradigma sobre os movimentos sociais na América Latina é apresentada por Gohn (2014, p. 227) a partir do debate sobre uma série de fatores que ela considera pertinentes, são eles: a diversidade de movimentos sociais; a hegemonia sobre outros tipos de movimentos; o surgimento de novos movimentos sociais; o destaque internacional dos movimentos populares; as ações da Igreja Católica em relação aos movimentos; a problemática dos imigrantes; a questão indígena como fonte de conflito; a questão do preconceito racial; a relação entre movimentos sociais e o Estado; a falta de integração social; a institucionalização de conflitos; a ideologia; a função dos partidos políticos; a criação de temáticas; a categoria dos intelectuais; a problemática das classes sociais; as articulações entre diferentes lutas; a questão agrária; as estratégias e táticas dos movimentos; a heterogeneidade; a especificidade; e a atuação de Organizações Não Governamentais.

Um debate que se modifica década após década e resulta em interpretações diferenciadas sobre o que é um movimento social. Essas modificações ocorrem porque

Primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais (GOHN, 2014, p. 243).

Seguindo nas contribuições da autora, para além de querer elaborar um conceito, é importante construir uma reflexão teórica apontando as diferenças entre movimentos sociais e outros grupos. Assim como faz Melucci (1989), ela diferencia movimento social de outras categorias, como grupos de interesse, modos de ação coletiva e ONGs. Uma contribuição

relevante que deve ser tomada como guia para qualquer estudo sobre determinado movimento.

Outra importante contribuição que percebemos nessas reflexões é a de que os movimentos sociais são agentes históricos, razão por que não podemos descartar as heranças presentes nos movimentos que vão surgindo. Essas heranças dizem muito sobre as novas formas de organização social, mas também estabelecem os sentidos das lutas, das resistências daqueles movimentos que por algum motivo deixaram de existir.

Assim, os movimentos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980 são legados de seus antecessores e colaboraram para as formas de organizações que observamos hoje. É nesse sentido que vão surgindo novas reflexões e novas categorizações. Entretanto, muitas são descontextualizadas desse caráter histórico dos movimentos sociais.

A categoria movimento social tem sido substituída, na abordagem de vários analistas, pela mobilização social, que também gera uma sigla M.S., voltada para a ação coletiva que busca resolver problemas sociais, diretamente via a mobilização e engajamento de pessoas. Nestas abordagens a dimensão do político é esquecida ou negada, substituída por um tipo de participação, construída-induzida. E a dimensão do político é o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena (GOHN, 2013, p. 28).

Quando não analisamos o caráter histórico, o conceito de movimento social perde a sua essência de ser um agente político de transformação social. Considerar o legado deixado no caminho das transformações dos movimentos sociais é uma necessidade nas pesquisas acadêmicas que tomam como objeto ou um movimento social ou um fenômeno relacionado à atuação do movimento.

Foi no contexto dos novos movimentos sociais que se tornaram mais evidentes os debates sobre os conceitos de redes sociais e redes de movimentos sociais. São estudos que foram abordados principalmente a partir dos anos 1990, quando surgem novas categorias para explicar as formas de organização dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

Os estudos com enfoque na dimensão coletiva dos movimentos sociais contribuem nas reflexões deste trabalho, uma vez que temos como objeto de pesquisa uma articulação que congrega diferentes atores e diferentes ações, dentre as quais realizadas em redes. Aqui fazemos referência ao conceito de redes de movimentos sociais para designar uma articulação de movimentos, pessoas, organizações, dentre outros, que atuam segundo um mesmo ideal. Temos o intuito de abordar esse conceito como uma das características percebidas no processo de transformação dos movimentos sociais.

É sabido que os estudos de rede não começaram com o surgimento da Rede Mundial de Computadores. Não por acaso Gohn (2013) diz que a ideia de rede é antiga, usada nas diferentes áreas do conhecimento. “Nas ciências sociais, o uso de redes sociais foi revigorado nos últimos tempos como instrumento de análise e articulação de políticas sociais” (GOHN, 2013, p. 33). Ela inicia esse debate descartando a ideia de que rede social seja uma forma de relação estabelecida puramente pela mediação de recursos tecnológicos e da internet, mas também aponta que nas últimas décadas o termo tem sido apropriado largamente.

Rede social passa a ter, na atualidade, para vários pesquisadores, um papel até mais importante do que o movimento social. Sabemos que rede é uma categoria muito utilizada, com diferentes sentidos, construindo-se até em certo modismo (GOHN, 2013, p. 32).

Nesse sentido, para não cairmos no “modismo” citado pela autora, ao estudarmos as organizações dos movimentos a partir da ideia de redes, precisamos ter como base as características essenciais dos movimentos e dos seus variados tipos de relações. É necessário atentar para o fato de que as articulações em redes são processos que se constituem historicamente entre diferentes atores, seja na internet seja fora dela.

As atuações dos movimentos sociais são difíceis de serem definidas e envolvem processos interacionais. Portanto, a característica de atuar em rede possibilita perceber as relações construídas entre os diferentes atores dos movimentos sociais em busca de seus objetivos. Entendemos a noção de redes sociais como parte desse processo complexo, envolvendo também ações de interação comunicativa que acontecem tanto face a face quanto na internet.

Definir o movimento social em termos de rede de relações, e não de organização formal ou eventos, permite identificar todos aqueles indivíduos, grupos e organizações que se auto-identificam (e são identificados pelos outros) como parte de um mesmo movimento; assim como aqueles com os quais o movimento interage (direta ou indiretamente) na vocalização e atendimento de seus objetivos, como outras organizações, redes e a institucionalidade política (CARLOS, 2011, p. 256).

Carlos (2011) avalia as contribuições da noção de rede na compreensão dos movimentos sociais como pertinente para uma abordagem mais abrangente dos movimentos. Para a autora, rede de movimento social trata-se de um processo constituído pelas relações não hierárquicas entre diferentes movimentos, organizações e outras redes, e por uma identidade que é definida coletivamente.

A forma como muitos movimentos sociais atuam, cada vez mais articulados com aqueles que se identificam com os mesmos objetivos, foi contribuindo para a concepção de

redes de movimentos sociais. O próprio conceito de movimento social defendido por Tourraine (1989) assinala para essa reflexão, uma vez que ele direciona as características dos movimentos para a identificação de um conflito social. Ou seja, o reconhecimento por diferentes atores como participantes de um movimento e defensores de uma causa comum faz parte de um processo de relações em rede. O que é gerado também pela identidade coletiva constituída nessas relações.

Outra característica defendida pelos estudiosos europeus, intrínseca à ideia de redes de movimentos sociais, é a solidariedade. Não que ela seja uma característica particular e nova, inexistente nos clássicos ou antigos movimentos sociais. Antes, os vínculos e pertencimentos compartilhados entre os membros das redes de movimentos sociais são ampliados. Isso acontece pela partilha dos objetivos e causas semelhantes, o que os tornam conectados uns aos outros.

O reconhecimento de objetivos comuns e a solidariedade promovem a articulação em rede e podem garantir uma mobilização em prol não só de um movimento específico, ou de um único protesto, mas de uma coletividade que identifica um mesmo conflito social e um mesmo adversário.

o conceito de redes de movimentos sociais “valoriza a diversidade de dinâmicas identitárias, interacionais e conflituosas que se constituem entre uma multiplicidade de atores, assim como sua mudança (ou ressignificação) ao longo do tempo” (CARLOS, 2011, p. 159). É nesse sentido que Carlos (2011) afirma que essas práticas interacionais envolvem relações para além da mobilização de recursos. São ações que promovem a agregação de ideias, reflexões, desenvolvimento de identidades coletivas e de processos comunicativos. A autora evidencia que esses processos são construídos em um contexto político adverso, antidemocrático, no qual a mídia ainda é controlada por uma minoria.

Castells (2015), que utiliza a noção de rede para as discussões sobre os sistemas de comunicação e informação, aproxima-se dessa reflexão. Em *O Poder da Comunicação*, ele diz que “na vida social, as redes são estruturas comunicativas” (CASTELLS, 2015, p 66). A abordagem do autor também faz uma relação com as características dos movimentos sociais.

Scherer-Warren (2011), uma das principais autoras brasileiras que estuda essa temática, considera que, a partir dos anos 1990, os movimentos sociais passaram a agir na busca por modos alternativos de se viver, diferentes daqueles hegemônicos, causadores de injustiças sociais. É nesse sentido que ela adota o conceito redes de movimentos sociais, centrando na possibilidade de união entre atores diversificados, com um propósito de vida em comum.

Nesse sentido, Scherer-Warren (2006) destaca que por meio dos movimentos sociais é possível a construção da cidadania, para o que as redes de movimentos contribuem. A autora aponta que as redes de movimentos sociais são articulações que se tornaram possíveis, dentre outros fatores, pela visibilização de experiências, compartilhamento de informações e trocas de conhecimentos.

Scherer-Warren cita algumas características para as redes de movimentos sociais no Brasil: busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político (SCHERER-WARREN, 2011, p. 119). Sobre a característica da articulação a autora diz:

Estas articulações podem ocorrer de forma diversificada e por razões múltiplas. Podem se articular organizações populares do mesmo tipo (como as associações de bairros) ou organizadas em torno de uma demanda bastante específica (como a Articulação Nacional do Solo Urbano – ANSUR ou a União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular), com o objetivo de se constituir numa força de pressão institucional mais ampla (SCHERER-WARREN, 2011, p. 119).

A segunda característica, o pluralismo organizacional e ideológico, evidencia a transversalidade de temas dentro das redes, a diversidade de atores sociais, de opiniões e posicionamentos diante dos problemas sociais enfrentados. Além disso, “manifesta-se pelo fato dos mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou redes” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 121).

Gohn (2013) aponta uma preocupação sobre o uso da categoria a partir de várias subcategorias. Concordamos com a autora sobre a percepção da ideia de rede ligada a articulações, processos e relações, sobretudo, porque essas características manifestam a natureza histórica de mudanças dos processos de interação entre os movimentos sociais. Porém, Gohn (2013) demonstra inquietação com o uso indiscriminado dessas subcategorias, o que pode ocasionar a perda de sentido em meio a tantas definições.

Assim, para alguns, rede substitui a categoria movimento social, para outros é um dos suportes ou ferramentas dos movimentos, e, para outros ainda, a rede é uma construção que atua em outro campo, das práticas civis, sem conotações com a política, onde a ideia de público participante substituiu a de militante, ou cria o ativista, etc. Em resumo: observa-se que há muitas matrizes teóricas que sustentam a ideia de rede (GOHN, 2013, p. 35).

A preocupação da autora manifesta o uso indiscriminado dos variados conceitos que permeiam as discussões sobre movimentos sociais e sobre as redes de movimentos sociais. Dentre os conceitos e teorias abordados por diferentes autores, consideramos que a noção de

rede é pertinente para o estudo que estamos desenvolvendo, uma vez que se trata de uma atualização dos debates sobre movimentos sociais – no entanto, como já foi dito, não a encaramos como mero suporte tecnológico. A noção de rede é evidenciada aqui a partir de uma abordagem ampla, que envolve as relações sociais face a face e as suas formas de organização e manifestação na internet.

Nosso objeto de pesquisa, a *Rede Justiça nos Trilhos*, é um caso característico de uma articulação de comunidades, movimentos sociais e diferentes atores que atuam em redes na defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. A *Justiça nos Trilhos* surgiu no período que Gohn (2014) define como o ciclo dos novíssimos movimentos sociais (1998-2010), caracterizado também pelo avanço da tecnologia e das comunicações, o que colaborou para uma atuação mais ampla em rede na sociedade. Não por acaso o nome do objeto de pesquisa carrega a palavra rede.

As ideias de Scherer-Warren (2011) e Gohn (2013) dialogam no sentido de explicar que, na atualidade, muitos movimentos sociais se organizam em redes para atingir os seus objetivos e promover transformação social. Diversificar esses movimentos de outros grupos se torna fundamental. Isso porque o contexto de desenvolvimento das redes de movimentos e de comunidades, academias, de organizações sociais, etc., é também caracterizado pelo aparecimento de ações coletivas, protestos e mobilizações que não podem ser definidos tão somente como movimentos sociais.

Nesse sentido, o conceito de Gorczewski e Martin (2011) também se relaciona com essas reflexões, ao ponto em que

Pode-se definir um movimento social como uma rede interativa de indivíduos, grupos e organizações que, dirigindo suas demandas à sociedade civil e às autoridades, intervém com relativa continuidade no processo de mudanças sociais, mediante o uso prevalente de formas não convencionais de participação: trata-se de um conjunto de redes de interação informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações comprometidas com conflitos de natureza política ou cultural, sobre a base de uma específica identidade coletiva (GORCZEWSKI; MARTIN, 2011 p. 131).

Os autores defendem a ideia de que os movimentos sociais se articulam em redes mobilizadas a partir de uma identidade coletiva. As consequências de seus trabalhos se dão para toda a sociedade e não para um grupo específico. Têm interação com o Estado por meio da pressão, e com a sociedade civil por meio das problematizações de modelos e sistemas. Gohn (2015) diz que “alguns movimentos transformaram-se em redes de atores sociais

organizados, ou fundiram-se com ONGs, ou rearticularam-se com as novas formas de associativismo que surgiram nos anos de 1990” (GOHN, 2015, p. 7).

Scherer-Warren (2006) afirma que no processo de articulação, os movimentos sociais se organizam em redes com o propósito de visibilizar demandas, sensibilizar diferentes atores e instituições da sociedade e realizar conquistas para a cidadania. Além disso, “essas articulações também se tornaram possíveis porque há meios técnicos que as viabilizam: a Internet e os *e-mails* são práticas cotidianas das redes do novo milênio” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111).

Em *Redes de Indignação e Esperança*, Castells (2013) explica que as formas de mobilizações entre os movimentos sociais ganham forma com a ajuda da tecnologia e da morfologia dessas redes. “Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo transformam-se num ator coletivo consciente” (CASTELLS, 2013, p. 162).

Com base nesses autores, destacamos o papel da comunicação no contexto das redes de movimentos sociais, além das relações construídas com a mediação da internet. Tão importante é perceber que essas articulações começam no dia-a-dia, nas interações sociais desenvolvidas em encontros, intercâmbios, debates e outros tipos de eventos. Desse modo, quando defendemos o conceito de redes de movimentos sociais, o processo de articulação é caracterizado por uma continuidade, não se restringindo a situações específicas e passageiras.

Para exemplificar uma ação em redes de movimentos sociais e outros atores nas sociedades contemporâneas, trazemos para o debate deste capítulo uma contextualização sobre o Fórum Social Mundial, como um grande evento social, político, cultural e comunicacional. Destacamos no próximo tópico, a importância da edição de 2009, ocorrida na cidade de Belém do Pará, para a história da *Rede Justiça nos Trilhos*.

#### **4.1 Fórum Social Mundial: “a rede das redes”**

Pontuamos o caso do Fórum Social Mundial como exemplo de uma atuação em rede e entre redes por entender a sua importância na história da *Justiça nos Trilhos*, durante o ano de 2009, na edição ocorrida na cidade de Belém do Pará. No espaço deste Fórum, foi reforçado o trabalho de articulação em redes na *Justiça nos Trilhos*. O Fórum é considerado um caso de articulação, no qual há a presença de diversos atores sociais e outras redes, por isso a expressão: “a rede das redes”. Ele também representa um grande evento comunicacional, de encontro, partilha de experiências, lutas e resistências.

As articulações de muitos movimentos em escalas nacional e internacional passaram a ser desenvolvidas com a realização do Fórum Social Mundial (FSM). A primeira edição do fórum aconteceu entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O objetivo central da reunião foi estabelecer uma contraposição ao Fórum Econômico de Davos.

Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de 1.000 empresas multinacionais (ESPAÇO FSM PORTO ALEGRE, [20--], [on-line]).

O FSM representa não só um momento de debate sobre a conjuntura política e social, mas de fortalecimento dessas redes de atuação dos movimentos. Esses eventos têm a capacidade de promover o encontro entre diferentes e novos atores, contribuindo para a identificação de atuações e características em comum. As experiências locais são compartilhadas, vivenciadas e integradas a partir de sentidos, valores e objetivos coletivos.

O FSM, ao protestar contra a atual globalização econômica, fortaleceu a rede de um outro tipo de globalização: a sociocultural, tecida por alguns valores universais, como a solidariedade e a justiça social e pela troca de experiências culturais nacionais gerando novas articulações no plano da cultura, de caráter transnacional (GOHN, 2015, p. 55).

Nessas ocasiões, a diversidade nas redes de relações explicada por Scherer-Warren (2011) caminha junto com alianças construídas mediante um protesto que é comum a todos: a luta contra as injustiças sociais enfrentadas com o processo de globalização capitalista, essas últimas destacadas por Gohn (2015).

A autora descreve o I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, definindo-os como “uma rede de redes” – ou seja, uma articulação global entre variados movimentos, é muito mais que um evento específico, já que a sua forma de articulação promove novas estratégias de atuações e parcerias.

Como abordado no *site* do Fórum Social Mundial, o início dos anos 2000 é o marco inicial desse evento, em Porto Alegre (RS), como um protesto contra o neoliberalismo, em paralelo com a reunião do Fórum Econômico Mundial, que ocorria em Davos. Nesse ano, o FSM reuniu mais de cinco mil pessoas que repercutiam um grito de ordem: “um outro mundo é possível” (ESPAÇO FSM PORTO ALEGRE, [20--], [on-line]).

No entanto, o surgimento dos protestos que ocasionaram a organização do FSM tem suas origens refletidas pelo “grito zapatista de 1994, conclamando à luta global contra o neoliberalismo” (SADER, 2011, on-line). A partir daí um movimento de resistência foi se constituindo até a realização de encontros.

A ideia foi de Bernard Cassen, jornalista francês que naquele momento dirigia a Attac<sup>9</sup>, que ao mesmo tempo propôs que a sede fosse na periferia do sistema – onde residem as vítimas privilegiadas do neoliberalismo –, na América Latina – onde se desenvolviam os principais movimentos de resistência, no Brasil – que tinha a esquerda mais forte naquele momento – e, em particular, em Porto Alegre – pelas políticas dos governos do PT, de Orçamento Participativo<sup>10</sup> (SADER, 2011, on-line).

Assim, o Brasil se tornou sede de um dos maiores encontros entre movimentos sociais, sindicatos, ONGs, etc., do mundo. O segundo FSM também aconteceu em Porto Alegre e mais tarde foi decidido que esse encontro seria realizado de forma alternada em outros continentes. Martín-Barbero (2006) encarou o FSM como uma exigência radical de reflexão sobre a globalização:

o Fórum Social Mundial em Porto Alegre se converteu no estranho palco no qual, frente ao enganoso e excludente mundo da economia financeira, o mundo da política, ou melhor a utopia política de um mundo dos cidadãos e dos povos faz sua aparição na cena global. E em que, a partir daí, a comunicação passou a ter uma presença não meramente temática, mas, sim, articuladora, estratégica (MARTÍN-BARBERO, 2006, p 52).

O autor também destaca os avanços da comunicação e da informação comunitária, possibilitados pelas novas estratégias de atuação do FSM. Ele diz que a comunicação aparece sob a configuração de um novo espaço de cidadania, de redes de movimentos sociais, de resistências e de formação de alternativas.

Cabe destacar que, além das edições especiais de aniversário, o Brasil ainda foi sede do Fórum 2009, em um contexto diferente daquele observado em 2001. Realizado pela primeira vez na Amazônia, na cidade de Belém do Pará, o encontro levantou pautas globais sobre o clima, a dívida externa dos países do Sul, o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), apoio a Palestina, crimes de guerra, etc.

---

<sup>9</sup> Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos.

<sup>10</sup> O orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade (BRASIL,[20--], on-line).

A escolha de Belém do Pará “pretendia chamar a atenção para os problemas ambientais e de sustentabilidade, além de abrir espaço para as reivindicações dos povos nativos da região” (AMARAL, 2010, on-line). Foi o primeiro fórum da região amazônica e do Norte do Brasil. Nesse evento, a participação de novos movimentos e atores sociais foi expressiva, bem como o fortalecimento de outros, sobretudo os que se localizam na região amazônica brasileira.

É importante evidenciarmos essa função de articulação que o FSM proporciona, porque foi durante a edição de 2009 que a campanha *Justiça nos Trilhos* se fortaleceu e começou a atuar como uma rede de comunidades, movimentos sociais, entidades, pesquisadores, jornalistas, estudantes, etc. Na ocasião do Fórum, a *Justiça nos Trilhos* recebeu o apoio e adesão de movimentos que já desenvolviam pautas de reivindicações semelhantes e com isso, iniciou-se um processo de articulação, o que permanece ainda como importante estratégia na luta contra os impactos da mineração.

O FSM 2009 foi marcado pelas manchetes dos jornais do mundo como o ano em que o Fórum reuniu cinco presidentes na Amazônia: Lula (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela), Fernando Lugo (Paraguai), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), que marcaram a junção de presidentes de países da América Latina.

O caráter político sempre foi característico nos FSMs, uma vez que a presença de líderes políticos era motivo de tensão nas agendas dos encontros. O FSM 2011, por exemplo, ocorrido em Dacar (Senegal) teve o contraste das presenças e discursos de Luís Inácio Lula da Silva, representando o Partido dos Trabalhadores (PT), e do presidente senegalês Abdoulaye Wad. O primeiro aplaudido e o segundo vaiado por 50 mil participantes (CANOFRE, 2015, on-line).

Em 2013, quase dois anos depois da revolução que derrubou o governo de 22 anos de Zine El Abidine Ben Ali na Tunísia, o Fórum Social Mundial resolveu se acercar ainda mais dos movimentos da Primavera Árabe e chegou à Tunísia. Os levantes iniciados na região no início de 2011 inspiraram outros movimentos de contestação em outros continentes e mostraram que as ruas de Madrid a Nova York e Atenas também queriam um outro mundo. Foi “a maior onda de protestos no planeta em mais de uma geração” (CANOFRE, 2015, on-line).

No FSM 2013, o movimento também passou a ser chamado de “evento altermundista”, por ser organizado por movimentos sociais de continentes diferentes com o ideal de discutir e promover alternativas à globalização. No evento de 2013, foi destacado o protagonismo das mulheres árabes com a “Primavera Árabe”.

Entretanto, quando falamos da presença das mulheres na militância dos fóruns, refletida também nos diferentes movimentos sociais, organizações e sindicatos que os compõem, existem críticas quanto à estruturação das programações e dos debates dos encontros. Barbosa (2016) diz que ainda existem poucas mulheres nas mesas das conferências, das assembleias, se comparado à participação delas no evento como um todo.

O mundo mudou bastante neste período, assim como as formas de organização da sociedade civil e movimentos populares. O FSM, entretanto, não conseguiu acompanhar de perto essas transformações. Atualmente, além das dificuldades internas de aglutinação do campo progressista, o chamado movimento altermundista enfrenta uma conjuntura externa muito mais complexa. E um inimigo cada vez mais forte (BARBOSA, 2016, on-line).

Acompanhar as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas mundiais se tornou o desafio do FSM, constituindo-se em característica essencial desse evento crítico que integra uma “rede de redes” – com suas contradições –, que segue com o objetivo de construir uma crítica ao modo de produção capitalista, acreditando que “um outro mundo é possível”.

O Fórum Social Mundial se tornou o símbolo da união da diversidade entre redes e movimentos sociais. Periodicamente, milhares de movimentos se reúnem em um mesmo lugar para pensar sobre os problemas que afetam o mundo, são espaços articulados para crianças, jovens, mulheres, representantes políticos, etc.

Ao se colocar como um evento contrário ao Fórum Econômico Mundial, desde o seu nascimento, o FSM afirma-se como uma “agenda alternativa”, uma nova forma de pensar a sociedade. Um ambiente que promove na prática, mesmo que por alguns dias, um novo jeito de se viver, e reflete sobre a possibilidade de concretização dessas alternativas no mundo.

Ferreira e Vizer (2007) destacam que o FSM é ao mesmo tempo um evento real e midiático. “E o acontecimento que se prepara, transforma-se em centro de interesse dos meios que o apresentarão como acontecimento midiático” (FERREIRA; VIZER, 2007, p. 35). Entretanto, sobretudo no Brasil, a cobertura midiática de muitos dos encontros do Fórum é aprofundada pelas mídias alternativas ou por *sites* de organizações que fazem parte do Fórum. As grandes empresas de comunicação apenas visibilizam o caráter de “anormalidade” dos fóruns, como “manifestações que causam transtornos”, “movimentos radicais”, além de relacionar o movimento com os partidos políticos de esquerda.

Por isso, Castells (2015) diz que é na internet que o Fórum Social Mundial vai se organizar como uma articulação em rede e como uma forma de ação de influência nas lutas locais. “De fato, o movimento como tal é visível principalmente na internet, e é na internet

que encontramos, dez anos após a Seattle<sup>11</sup>, as múltiplas expressões globais de sua existência” (CASTELLS, 2015 p. 393).

Como uma rede de redes, o FSM promove o intercâmbio de experiências entre diversos movimentos, como o das mulheres, dos jovens, dos indígenas, etc., fazendo com que esses atores se coloquem no universo do Fórum como defensores de suas causas – estando juntos como promotores de cidadania, conforme M. E. B. Lima (2003). O autor reforça a elaboração de espaços coletivos e a construção de estratégias por pessoas de diferentes partes do mundo agindo em favor da democracia.

Peruzzo (2013) cita a criação desses espaços como resultados positivos, inovadores e formatadores de uma cultura em rede:

O Fórum Social Mundial provocou o surgimento de Fóruns correlatos pelo mundo, como o Fórum Social das Américas, o Fórum Social Brasileiro, FS Alemão, FS Los Angeles, FS Catalão, FS Mercosul, FSM da Tríplice Fronteira, Fórum Social Mundial das Migrações, Fórum Social da Zona Sul de São Paulo e muitos outros. Entre os aspectos inovadores do FSM destacamos o fato do mesmo se constituir não enquanto instância burocrática, mas como articulação social em formato de rede (PERUZZO, 2013, p. 165).

Ao retornarem para os seus países de origem, para os seus territórios, os movimentos sociais reafirmam os compromissos estabelecidos globalmente. Particularmente no Brasil, esses fóruns têm um grande destaque, não só por ter sido aqui o berço do seu nascimento, mas por fazer com que surjam novos movimentos e atores sociais em defesa da justiça. A Amazônia brasileira é um exemplo de espaço com processos de exploração, injustiças, conflitos dos mais variados, fatos que foram repensados pelos movimentos sociais, com a ajuda das ações do Fórum Social Mundial.

Como exemplo, temos o próprio caso do nosso objeto de pesquisa. Portanto, no próximo capítulo trazemos o estudo sobre as práticas comunicativas da *Rede Justiça nos Trilhos*, bem como suas experiências em redes com as comunidades e movimentos sociais atingidos pela Vale S.A. na Amazônia.

---

<sup>11</sup> Manifestações ocorridas na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, em novembro de 1999, contra a reunião da Organização Mundial do Comércio.

## 5 PRÁTICAS COMUNICATIVAS DE CIDADANIA NAS REDES DE ATINGIDAS E ATINGIDOS PELA VALE S.A. NA AMAZÔNIA

*“[...] se a lei diz que é pro trem passar e isso é mais forte que as comunidades que plantam, que tem o seu modo de vida, que tem a sua história... Então que façamos alguma coisa e que possamos construir a nossa própria identidade, a nossa própria lei, a nossa própria liberdade”.*

*(Oriente, atingido pela Vale S.A., 2017).*

Com base nos pressupostos teóricos e metodológicos utilizados para esta pesquisa, identificamos a *Rede Justiça nos Trilhos* como uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais que desenvolve inúmeras ações, ajudando no estabelecimento da cidadania. São atividades que acontecem no âmbito das redes sociais das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A., com os encontros das comunidades, e na internet, com o *site* e o *Facebook* da *Rede*.

Neste capítulo, temos o objetivo de apresentar e analisar as práticas comunicativas e cidadãs da *Justiça nos Trilhos*, bem como os seus desafios e importância para as redes de comunidades e movimentos sociais que sofrem os impactos da exploração mineral na Amazônia, sobretudo nos estados do Pará e Maranhão.

Os encontros de atingidas e atingidos e as mídias produzidas pela *Rede* são analisados com o intuito de entendermos as perspectivas de atuação em rede com as comunidades e movimentos que compõem a *Justiça nos Trilhos*. São também possibilidades de registrarmos a diversidade de atores que fazem parte do universo da pesquisa e que colaboram para as discussões sobre o enfrentamento e as resistências contra a mineradora Vale S.A. no setor da mineração.

### 5.1 Nos trilhos metodológicos da pesquisa e análise da *Rede Justiça nos Trilhos*

Para alcançarmos os objetivos propostos, o caminho metodológico realizado constituiu-se de uma abordagem qualitativo-descritiva, buscando trilhar por dois caminhos: (1) a *Justiça nos Trilhos* em suas articulações comunicativas com as comunidades e os

movimentos sociais por meio dos encontros de atingidos; (2) e as suas ações internas e externas, com as redes sociais da internet.

Destacamos a complexidade do objeto de pesquisa, que é permeado por questões sociais, políticas, culturais e econômicas, estando em permanente mudança. Trata-se de um estudo que envolve sujeitos e contextos particulares a uma realidade, o que determina a relevância de uma abordagem qualitativa. Minayo explica sobre os principais interesses que o pesquisador tem ao usar esse tipo de abordagem.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Assim, procuramos entender processos sociais e comunicacionais, modos de organização e de vida que se constroem mediante a temática das atingidas e dos atingidos pela mineradora Vale S.A. na Amazônia. Perceber esses espaços em suas singularidades requer contato com o universo da pesquisa e o levantamento de dados qualitativos que dizem respeito às suas relações e posicionamentos na sociedade.

A escolha de uma abordagem qualitativa prioriza a busca pelo aprofundamento nos estudos sobre os fenômenos sociais que envolvem o objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que nos colocamos como parte integrante desse objeto. O percurso metodológico adotado buscou explorar essa relação entre pesquisador e objeto, com a preocupação de estabelecer os limites necessários para o andamento da pesquisa e a utilização dos dados com rigor científico.

Para tanto, o passo inicial adotado contemplou a fase de pesquisa bibliográfica com o levantamento e estudo dos conceitos discutidos nos capítulos anteriores. Essa discussão não está fechada, tampouco os conceitos esgotados. O percurso, entendido como processual, é a base para lançarmos nosso olhar sobre o objeto a partir de contribuições teóricas que nos permitem entender e problematizar a *Rede Justiça nos Trilhos* como uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais atingidos pela Vale S.A.

Nesse sentido, o objeto de pesquisa nos apresentou subsídios para a escolha de temáticas a serem pesquisadas e aprofundadas, com o objetivo de estabelecer um diálogo teórico consistente e útil para a formulação de conhecimentos. O nosso caminho priorizou os estudos sobre redes de movimentos sociais, movimentos sociais, comunidades, cidadania e

suas relações com a comunicação. Consideramos a etapa de pesquisa bibliográfica fundamental para a realização de uma pesquisa de qualidade e de viés crítico. Portanto,

para a realização de uma pesquisa bibliográfica é imprescindível seguir por caminhos não aleatórios, uma vez que esse tipo de pesquisa requer alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de cuidado na escolha e no encaminhamento dos procedimentos metodológicos. Estes, por sua vez, necessitam de critérios claros e bem definidos que são constantemente avaliados e redefinidos à medida que se constrói a busca por soluções ao objeto de estudo proposto (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Como método de pesquisa, utilizamos a Análise de Conteúdo, que nos permite desvendar “os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (HERSCOVITZ, 2008, p. 123).

De acordo com Bardin (2011), a Análise de Conteúdo implica um trabalho minucioso e favorável para lidar com pesquisas em comunicação. Isso porque um dos seus objetivos é a interpretação de comunicações, seus significados e representações, questões centrais para a presente pesquisa que busca entender as diferentes formas de articulações em rede da *Justiça nos Trilhos*.

A Análise de Conteúdo nos possibilita analisar não somente narrativas jornalísticas, mas variados tipos de produções em texto, som e imagem. “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 2011, p. 33).

Esse método possibilitou o estudo das informações divulgadas no *site* da *Rede Justiça nos Trilhos* ([20--]d), e na página do *Facebook* ([20--]b), mídias produzidas pela *Rede*. Assim, buscamos pesquisar como a *Justiça nos Trilhos* se manifesta e se organiza na internet em articulação com outras redes de movimentos, atores externos e com as próprias comunidades. Bardin (2011) menciona duas funções, presentes desde a descoberta desse método, apontando que elas se complementam:

- Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo para ver o que dá. – Uma função de administração da prova. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo para servir de prova (BARDIN, 2011, p. 31).

Consideramos que a Análise de Conteúdo dessas mídias (o *site* e o *Facebook*) é necessária para entendermos as perspectivas dos atores que compõem a *Rede Justiça nos Trilhos*. Além disso, temos a possibilidade de entender suas vozes e demandas em relação às ações da mineradora Vale S.A.

Para isso, a coleta de dados no espaço virtual foi realizada entre os dias 18 de junho e 23 de julho de 2017, período escolhido por fazer referência aos dois principais encontros da *Rede Justiça nos Trilhos*, organizados em 2017: o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*; e o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Além da importância de tais encontros para as articulações da *Justiça nos Trilhos*, eles foram realizados durante o período de pesquisa, constituindo-se em espaço característico das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A., o que justifica a escolha dos eventos para o nosso estudo.

O primeiro encontro aconteceu nos dias 24 e 25 de junho de 2017, e o segundo ocorreu nos dias 14, 15 e 16 de julho de 2017. A coleta de dados na internet contemplou o período que abrange uma semana antes da realização do primeiro encontro até uma semana após a realização do segundo encontro. Um total de 36 dias de coleta de informações no *site* (Figura 9) e na página do *Facebook* da *Justiça nos Trilhos*. A figura seguinte (Figura 9) mostra a página inicial do *site* da *Rede Justiça nos Trilhos*.

Figura 9 - Site da Rede Justiça nos Trilhos



Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]d.

Como técnicas, realizamos rodas de conversas, observação participante e entrevistas abertas e semiestruturadas durante os encontros já mencionados: *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Também

realizamos observação participante durante a *Exposição e Ciclo de Debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração”*.

Esse último evento teve um formato diferente dos demais encontros por ser realizado na Universidade Federal do Pará (Belém), com programações abertas para a sociedade e exposição de fotografias e maquetes sobre os impactos da mineração no Brasil. A nossa participação na *Exposição e Ciclo de Debates* se deu por meio da organização de parcerias e palestras com pesquisadores, atingidas e atingidos, dentre os quais, o grupo Mídias Alternativas na Amazônia, coordenado pela orientadora desta pesquisa.

Do *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e no *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*, que ocorreram na cidade de Açailândia (MA), participaram as atingidas e os atingidos pela Vale S.A., que moram nos estados do Maranhão e Pará. Com isso, havia atores envolvidos na pesquisa que fazem parte da *Rede* e de organizações e movimentos parceiros, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associações de Moradores, Grupos de Jovens, entre outros.

As rodas de conversas foram realizadas durante a nossa participação no *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e no *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Uma roda em cada encontro – e como outras técnicas que contribuíram para a coleta de dados, houve também a observação participante e a ação do pesquisador no universo.

Destacamos o caráter diferencial das rodas como práticas comunicativas desenvolvidas com os atores da pesquisa. Apontamos a função que essa metodologia tem de propor a construção de reflexões, debates e diálogos sobre as realidades que vivenciamos. Nesse sentido, Figueirêdo e Queiroz (2013) abordam as rodas de conversas como processos dialógicos.

As rodas de conversa priorizam discussões em torno de uma temática (selecionada de acordo com os objetivos da pesquisa) e, no processo dialógico, as pessoas podem apresentar suas elaborações, mesmo contraditórias, sendo que cada pessoa instiga a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro. Destarte, ao mesmo tempo em que as pessoas falam suas histórias, buscam compreendê-las por meio do exercício de pensar compartilhado, o qual possibilita a significação dos acontecimentos (FIGUEIRÊDO; QUEIROZ, 2013, p. 1-2).

Ao promover um processo dialógico, as rodas de conversas abrem espaço para o exercício da cidadania, uma vez que os participantes têm a oportunidade para falar sobre as suas histórias e experiências de vida. Por outro lado, também os acordos, desacordos e tensões entre os diversos atores podem surgir e fazem parte de uma relação gerada no espaço de uma

roda. É função do pesquisador que propõe esse tipo de técnica mediar os possíveis conflitos e administrar os tempos de falas e discussões.

De acordo com Afonso e Abade (2008, p. 12), as rodas de conversa são caracterizadas como técnicas de dinâmica de grupo, que ajudam a “motivar as pessoas e a promover a comunicação de maneira lúdica e organizada”. Logo, é uma estratégia comunicativa, uma metodologia participativa e dialógica.

Nas palavras de Moura e Lima (2014) essa técnica também pode ser caracterizada pela inserção do pesquisador como sujeito da pesquisa, tendo a capacidade de produzir dados ao mesmo tempo em que gera a discussão. Ou seja, as rodas são processos de interação e produção de conhecimentos e reconhecimentos. Os autores também destacam a cientificidade dessa técnica em suas pesquisas.

A roda de conversa como instrumento de trabalho não foi escolhida sem antes nos depararmos com a necessidade de propiciar à nossa pesquisa um caráter de cientificidade, o que implica caracterizá-la como de natureza qualitativa e determinar sua posição como abordagem legítima da busca do conhecimento científico. Essa escolha foi realizada quando nos propusemos a compreender nosso objeto de estudo (MOURA; LIMA, 2014, p. 99).

As duas rodas de conversas foram realizadas como parte integrante da programação do *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e do *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Os participantes tiveram conhecimento prévio sobre o objetivo das rodas e sobre a utilização das informações divulgadas para esta pesquisa. Pedimos autorização para o uso das informações compartilhadas nas rodas, com a assinatura de termos coletivos.

Durante o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* acordamos em não fazer registro fotográfico como uma medida de segurança às várias lideranças que são processadas na justiça pela Vale S.A. Portanto, a segunda roda de conversa não é ilustrada nesta pesquisa. Também realizamos o acordo de não divulgar as ações e estratégias planejadas nos encontros e que fossem mencionadas durante as rodas de conversas. Trata-se dos planos de trabalho que são colocados em prática e não podem ser divulgados, como uma forma de organização entre os atingidos. De toda forma, isso não impediu a nossa análise sobre a *Rede Justiça nos Trilhos*.

Já as fotografias registradas durante a primeira roda de conversa, ocorrida no *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* são utilizadas, foram editadas para não identificarmos os rostos dos adolescentes. As metodologias utilizadas nas rodas foram desenvolvidas pela autora e orientadora desta pesquisa.

As duas rodas de conversas tiveram duração de duas horas e meia (cada uma), com a incorporação de técnicas lúdicas e participativas para o desenvolvimento das discussões. Na primeira, como se tratava de um público composto por jovens e adolescentes, pedimos que eles relatassem suas experiências a partir de pequenos textos e desenhos, o que facilitou a participação dos mais tímidos. Com essa técnica, todos tiveram a oportunidade de fala, durante as apresentações dos desenhos. Na segunda roda, os participantes se envolveram por meio de relatos escritos e orais.

As atingidas e os atingidos concordaram com os objetivos da mediadora em utilizar os materiais produzidos nas rodas para fundamentar esta pesquisa, assinando termos de autorização. Os relatos dos participantes, elaborados em forma de textos e desenhos (Anexos A e B) nos permitiram levantar reflexões que são apresentadas mais adiante, ainda neste capítulo. Além disso, os debates promovidos nesses espaços foram essenciais para uma análise do objeto em suas diferentes relações internas e externas.

Ainda como técnica, a observação participante representou uma forma particular de contato com o objeto de pesquisa, uma vez que já existia um vínculo entre a autora deste trabalho e o universo pesquisado, com a atuação militante. Agora, a participação aconteceu por meio do olhar de pesquisadora, mas se revelando como um modo privilegiado de fazer parte desse campo, em razão do vínculo estabelecido antes.

A observação revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas. Sem alongar inutilmente essa lista, convenhamos que, em nossas atividades quotidianas, não há quase exemplos que não deixem espaço a observação (LAVILE; DIONE, 1999 p. 177).

Segundo Laville e Dione (1999), a observação participante é uma técnica de abordagem antropológica por meio da qual o pesquisador se integra a um grupo, para estudá-lo no seu interior. A relação entre ambos (pesquisador e objeto) é condição importante para a vivência desse tipo de técnica, o levantamento de dados pertinentes e o comprometimento com a pesquisa.

De acordo com Peruzzo (2017b), a observação participante se baseia em estudos que buscam “compreender comportamentos, estilos de vida, religiões, culturas, consumo do conteúdo midiático, tribos humanas e não humanas etc. A estratégia básica é a observação *in loco* dos fenômenos que se quer compreender” (PERUZZO, 2017b, p 173). Assim, a participação nos encontros da *Rede Justiça nos Trilhos* foi primordial para o nosso percurso metodológico.

Aperfeiçoando esse caminho, consideramos pertinente a realização de entrevistas. Foram realizadas oito entrevistas com pessoas que participaram dos encontros, posteriormente houve mais duas entrevistas com lideranças comunitárias e de movimentos que não estavam presentes nos eventos, mas que fazem parte da *Rede*. Portanto, um total de dez entrevistados, mulheres e homens, jovens e adultos, dos estados do Pará e Maranhão.

Com respeito à segurança das fontes, os nomes dos entrevistados para essa pesquisa foram substituídos por denominações que fazem referência às comunidades localizadas no Corredor de Carajás, impactadas pela Vale S.A. Assim, toda as vezes em que for acionado um depoimento de atingido ou atingida, seus nomes serão: Pindaré, Monge, Vida, Sansão, Oriente, Concórdia e Rosa dos Pretos.

Essas pessoas foram escolhidas pela representação que elas desempenham no processo de mobilização das lutas e enfrentamentos à mineradora Vale S.A. Dentre os jovens, foram entrevistados aqueles que já são conhecidos pelos demais moradores como mobilizadores populares e outros que estavam participando pela primeira vez do *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*. Assim, contemplamos variados perfis e percepções sobre as temáticas que envolvem esses encontros e o dia-a-dia das populações afetadas pela Vale S.A.

As entrevistas abertas e semiestruturadas (Apêndices A e B) foram realizadas com o intuito de agregar as características da subjetividade e da pesquisa qualitativa, abordagens necessárias para o estudo deste objeto. Boni e Quaresma (2005) afirmam que a entrevista aberta pode ser utilizada quando o pesquisador precisa de um maior número de informações sobre determinado tema. Eles explicam que a entrevista aberta é

[...] bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal (BONI; QUARESMA, 2005 p. 74).

Ou seja, o pesquisador se coloca como ouvinte e interfere o mínimo possível, buscando a compreensão do universo no qual está inserido. Quando o objetivo da pesquisa é compreender os significados dados a um determinado problema pelos atores envolvidos, o processo de escuta é imprescindível. Por isso, esse tipo de coleta de dados se tornou útil para o presente estudo.

Do total de dez entrevistas, oito foram realizadas em formato aberto, com a utilização de gravador, durante o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e o *Encontro*

*Regional dos Atingidos pela Mineração*. Fora dos encontros, mas nesse mesmo formato, realizamos uma entrevista com uma liderança comunitária. E a décima foi realizada pela rede social *Skype*, adotando também o gravador e o formato semiestruturada (Apêndice A).

Todo esse caminho metodológico foi importante para a coleta dos dados que buscamos analisar, tendo como hipótese a ideia de que a *Justiça nos Trilhos* é uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais que atua em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale. S.A. na Amazônia.

Os tópicos seguintes abordam três categorias que extraímos de acordo com as características do próprio objeto de pesquisa, com as participações e observações dos encontros de atingidas e atingidos, e análise das redes sociais da internet. As categorias “Relação”, “Diálogo” e “(Com) Partilhar” também estabelecem vinculações com as contribuições teóricas levantadas na pesquisa. Elas estão separadas apenas por uma questão metodológica, mas são questões que se articulam em todos os processos demonstrados pelo objeto.

#### 5.1.1 Comunicação é Relação: encontros de atingidas e atingidos pela mineração

A perspectiva da comunicação como relação, apresentada por Freire (1983), Wolton (2010), Buber (1982), Peruzzo (2009) e Martino (2016) no quarto capítulo, é reforçada aqui pelas especialidades observadas na *Rede Justiça nos Trilhos*, com as redes de comunidades e movimentos sociais nos encontros de atingidas e atingidos. Pensamos em comunicação como relação de troca, de confiança, de conflito, de respeito, de afeto, de amor, de laços, de aprendizagem, e de tensões.

Durante o ano de 2017, em um primeiro momento participamos do *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e do *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*, nos quais realizamos duas rodas de conversas, oito entrevistas e observação participante. Em um segundo momento, atuamos na realização da *Exposição e Ciclo de debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração”*, durante o qual partilhamos das relações de parcerias com a *Justiça nos Trilhos*, outros movimentos como o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração e grupos de pesquisas, a exemplo do Grupo Mídias Alternativas na Amazônia (CNPq-UFFPA). Nesse segundo momento, destacamos o papel da articulação entre as comunidades atingidas, os movimentos sociais e a universidade.

Perceber esses eventos como universo da pesquisa foi importante para nos inserirmos ativamente nas atividades da *Rede Justiça nos Trilhos* e contribuirmos no debate sobre os impactos da mineração em comunidades atingidas pela Vale S.A. Além de vivenciarmos, junto aos participantes, os seus modos de organização.

O *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* (Figura 10) ocorreu nos dias 24 e 25 de junho de 2017, reuniu aproximadamente 40 jovens e adolescentes que moram em comunidades do estado do Maranhão, afetados pelos impactos da mineração e siderurgia. Esse encontro foi uma etapa preparatória para a juventude do estado do Maranhão que tinha o objetivo de participar do *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*, que aconteceu em julho de 2017.

**Figura 10** - Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, Açailândia-MA



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

Os 40 jovens e adolescentes são moradores de municípios maranhenses como: Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Açailândia e Imperatriz, principalmente de áreas rurais. Aqueles que participaram dessa edição do encontro, em sua maioria, são estudantes de escolas que seguem o modelo de Casa Familiar Rural<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Escola do Ensino Médio Regular integrado ao curso técnico de Agropecuária. Tem como objetivo garantir o apoio e a permanência de jovens nas áreas rurais, melhorar a renda das suas famílias e diminuir a migração do campo para a cidade (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]d).

Com a inserção em campo, observamos o trabalho da *Rede* nas discussões e diferentes formas de organização com a juventude, bem como a agregação de novos atores nesse contexto. Assim, percebemos uma rede de jovens que já se estabelece há aproximadamente seis anos, quando os encontros da juventude aconteciam somente em parceria com os movimentos e comunidades do estado do Pará. Agora, além de um encontro anual entre os dois estados, os jovens do Maranhão fazem um encontro anterior como forma de planejamento, formação e articulação local.

A *Rede Justiça nos Trilhos* apoia projetos que envolvem jovens e adolescentes de comunidades atingidas pela Vale S.A. e estimula a participação desses atores em redes de movimentos regionais, nacionais e internacionais. Além dos encontros que citamos aqui, a *Rede* também colabora com a experiência da juventude atingida pela mineração nas Jornadas da Juventude no Campo e no projeto Vigilância Popular em Saúde.

A Jornada da Juventude no Campo é uma atividade construída em parceria com professores e estudantes de comunidades rurais, propondo-se a agregar os jovens da região próxima de Açailândia (uma das cidades sede da *Justiça nos Trilhos*) e refletir com eles sobre os problemas do campo – dentre esses problemas, a questão da mineração. O projeto Vigilância Popular em Saúde é realizado por moradores de Piquiá de Baixo, distrito industrial de Açailândia-MA, município que também é atingido pela Vale S.A. e sobre o qual falamos no primeiro capítulo desta pesquisa.

De acordo com a *Rede Justiça nos Trilhos*, em 2017, o projeto Vigilância Popular em Saúde ganhou o Prêmio Fapema<sup>13</sup> Neiva Moreira, na categoria Direitos Humanos. Essas iniciativas são importantes para o processo de mobilização e formação da juventude, além de incentivar a continuidade de estratégias de resistências aos projetos de mineração nos territórios. Esse projeto apresenta uma das características identificadas na *Rede Justiça nos Trilhos*, que é de atuar em parceria com outras organizações, como menciona uma matéria em seu *site*.

O projeto desenvolvido em Piquiá de Baixo começou quando um grupo de jovens decidiu estudar os impactos das atividades industriais e de siderurgia instalados na comunidade e que emitem muitos poluentes. Desde o ano de 2016, eles participam, juntamente com um grupo de jovens de Santa Cruz (RJ), de capacitação, que incluiu visitas à sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro (RJ), para aprender como seria feito o monitoramento e assim medir a poluição do ar. O projeto, que foi financiado pela organização *Medico International*, recebeu o apoio da *Justiça nos Trilhos*, Fiocruz e Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e possibilitou a esses dois grupos acompanharem os índices de poluição do ar em suas comunidades (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017c, on-line).

---

<sup>13</sup> Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.

Scherer-Warren (2011) e Gohn (2013) explicam a relação de parceria entre diferentes atores sociais como uma das características de atuação em rede dos novos movimentos. Na realidade das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A., essas relações acontecem também com as redes de comunidades e variados grupos (jovens, mulheres, associações, sindicatos, etc.). As parcerias são concretizadas pela identificação de interesses e conflitos em comum, como o projeto mencionado na citação acima, que articulou a *Justiça nos Trilhos* com a Fiocruz e o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

A partir dos exemplos desses projetos, podemos considerar a mobilização da juventude como uma estratégia para pensar a mudança social nas comunidades atingidas pela Vale S.A. uma vez que a mineradora tem diversas formas de inserção dos jovens em projetos sociais, com o conseqüente afastamento das questões do campo e práticas tradicionais. Para muitos dos participantes, os encontros são momentos de desconstrução de um imaginário produzido mediante as ações da empresa nas comunidades.

A minha visão sobre a Vale.... eu via uma coisa que a mídia me repassava de uma forma totalmente distorcida, pra mim era uma coisa assim, ah, é algo que dá dinheiro então tá trazendo a felicidade de algumas pessoas. E participando da formação eu vim aprender que não é isso, que as pessoas exploram os recursos naturais, eles estão sendo felizes porque tão obtendo dinheiro, capital sobre aquilo, mas quem tá ficando lá atrás com o resto, com a pobreza, “pras” pessoas que a Estrada Carajás corta as comunidades... Porque o que fica é isso, é a miséria e a pobreza para as pessoas que lá moram (PINDARÉ, 2017, informação verbal)<sup>14</sup>.

Pindaré<sup>15</sup> participava pela primeira vez do *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*, e em suas falas podemos observar a importância que ela deu para a ação. Em seus depoimentos declarou que muitas pessoas das comunidades acreditam somente nos impactos positivos gerados pela presença da mineradora e que alimentam o “ideal” de participarem dos quadros de funcionários da Vale S.A.

Para que essa realidade seja desmistificada, apresentando a esses atores também a incidência negativa da empresa, acontece um processo longo e de resistência com as redes de comunidades e movimentos de atingidos. Isso porque muitas violações de direitos acabaram sendo naturalizadas por essas pessoas ao longo dos anos. É nesse contexto que Pindaré destaca os significados construídos no processo de luta.

---

<sup>14</sup> PINDARÉ. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 25 jun. 2017.

<sup>15</sup> Nome fictício.

Então pra que a gente possa ter essa consciência, nós adolescentes temos que começar lá de baixo e ir crescendo para ampliar nossos conhecimentos sobre essa situação que ocorre. Pros que já estão participando, interagindo, eu deixo uma mensagem que continue nessa batalha, nessa luta, porque não é fácil um jovem atender a outro jovem. Você tem que mostrar aquele respeito primeiramente e sempre trabalhando com paciência, nunca deixar se abater porque fácil a gente sabe que não é. Então a luta que nós jovens vamos ter pela frente é muito grande e para as pessoas que não participam dos encontros, que possam ter a oportunidade como eu tive, que eu não participava e era leiga nesses assuntos que hoje eu conheço, eu já entendo um pouco. Que essas pessoas tenham mais oportunidades de participar, que nós que estamos aqui participando possamos convidar pessoas das nossas comunidades pra entender esses assuntos que pra eles são desconhecidos como era pra mim (PINDARÉ, 2017, informação verbal).

Sposito (2000) diz que trazer os atores juvenis para o tema dos movimentos é um processo de reconhecimento de suas vulnerabilidades e de seu potencial transformador. No contexto dos impactos socioambientais decorrentes da exploração mineral na Amazônia, identificamos essa vulnerabilidade diante de questões complexas como: exploração sexual de jovens e adolescentes, desemprego, falta de acesso à educação e a cultura, violência, entre outros.

De acordo com Sposito (2000), há ainda um horizonte de conflitos quando falamos de ação coletiva juvenil, e esse horizonte deve ser analisado conforme uma variedade de experiências, “marcadas pelo intenso grau de trocas sociais que propiciam a construção de identidades comuns, de sentimentos de pertencimento e de canais de expressividade” (SPOSITO, 2000, p. 16).

Assim, agregar novos jovens à luta contra os impactos da mineração torna-se um desafio diante do conflito estabelecido entre as comunidades e a Vale S.A. nos territórios. Os jovens são os principais atores afetados pelas estratégias comunicacionais da empresa, pelas promessas de empregos e pelas ações sociais e culturais. O *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* é uma alternativa às estratégias empresariais, tendo recebido uma maior atenção nos últimos anos pelos atores da *Rede Justiça nos Trilhos*.

Melucci (1997), que estuda a sociedade e os movimentos sociais a partir da existência dos conflitos, aponta que os jovens são atores-chaves nas sociedades complexas contemporâneas. Ele defende que dentro dos movimentos sociais, a temática juvenil precisa ser compreendida com uma visão macrossociológica, percebendo as suas experiências individuais.

Nos últimos trinta anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva: refiro-me a formas de ação inteiramente compostas de jovens, assim como a participação de pessoas jovens em mobilizações que também envolveram outras categorias sociais (MELUCCI, 1997, p. 12).

Por isso destacamos aqui a articulação no âmbito da juventude atingida pela Vale S.A., por meio de encontros, como processos de mobilização da *Justiça nos Trilhos*. Segundo Melucci (1997), os atores juvenis são um dos grupos responsáveis por nos fazer repensar as formas de análises, tendo em vista que eles são mais fragmentados, específicos e não podem ser considerados como atores estáveis. Com eles, podemos pensar em “novos modelos culturais, formas de relacionamentos e pontos de vista alternativos” (MELUCCI, 1997, p. 12).

Um dos entrevistados durante o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* cita a criação de grupos de debate como uma alternativa de mobilização e evidencia a importância do próprio encontro como espaço de geração de conhecimentos e mudanças de perspectivas. O encontro da juventude também é representado como um incentivo às comunidades atingidas pela Vale S.A. nos processos de lutas e resistências.

Então foi bem importante “pra mim” conhecer a realidade de meus colegas, porque em dizer que eu não sou atingida pela Vale eu estou errada. As pessoas que me cercam são atingidas, então de certa forma eu sou atingida. Então ele vem de grande importância, mostrando essa realidade pra gente, porque quem não conhece não vai ter o pensamento de querer renovar, criar grupo de jovens para se mobilizar sobre essas questões que ocorrem nas comunidades. Então é um ponto a ser debatido bem interessante, é um assunto que rende principalmente pros adolescentes, e que nós adolescentes possamos ter essa concepção de que não é assim só para pessoas mais velhas (PINDARÉ, 2017, informação verbal)<sup>16</sup>.

No depoimento acima também fica evidente a mudança de compreensão sobre o sentir-se atingido. Muitos atores, antes de participarem das atividades dos atingidos pela Vale S.A. consideram que apenas as pessoas que moram à margem da Estrada de Ferro Carajás são impactadas. Entretanto, essa é uma realidade complexa que afeta todos os municípios onde há atividade de mineração. São perspectivas transformadas ao longo do processo, com a realização de encontros e formações.

Durante as entrevistas para esta pesquisa identificamos que, mesmo morando em comunidades atingidas, alguns jovens ignoram os impactos indiretos decorrentes das ações da Vale S.A. em seus territórios. São pessoas que nasceram e cresceram após a chegada do Programa Grande Carajás, que ainda demonstram um distanciamento entre os seus modos de vida e os daqueles que são diretamente afetados. É caso do entrevistado que denominamos como Pindaré, com o seguinte relato:

Assim... O encontro da formação tem uma grande importância para mim, antes de participar eu não tinha essa noção basicamente do que esses jovens que são

---

<sup>16</sup> PINDARÉ. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 25 jun. 2017.

atingidos pela Vale, que é o tema que a gente tá trabalhando hoje, do que essas pessoas que moram na comunidade passavam (PINDARÉ, 2017, informação verbal).

Por outro lado, se analisarmos os depoimentos de mobilizadores populares, essa compreensão se diferencia. Por meio das vozes desses atores, o impacto diário sobre a vida das pessoas é denunciado criticamente, enfatizando que os modos de vida são transformados, e a rotina de centenas de comunidades não é a mesma de antes da chegada do Programa Grande Carajás. Isso se dá pelo fato de que eles são articuladores, promotores de ações e reflexões cidadãs sobre as suas realidades – e agora muitos fazem parte da *Rede Justiça nos Trilhos*.

O nosso dia-a-dia é bem assim... Sofrido! Porque no ato da duplicação dos trilhos, eles não tiveram aquele cuidado de fazer uma passagem segura para nós da comunidade. É o que mais a gente exige porque tem um túnel que passa... e no período do inverno esse túnel enche e não temos a possibilidade de tá passando. Aí a comunidade sempre usa... Passar por cima da ferrovia. [...] Então se você retornar pelo túnel, você vai caminhar dois quilômetros para chegar até o local da travessia (MONGE, 2017, informação verbal)<sup>17</sup>.

O relato do ator social denominado nesta pesquisa como Monge<sup>18</sup> descreve as dificuldades de passagem pela ferrovia, de concessão da empresa Vale S.A. Túnel é um tipo de passagem construído pela mineradora para que os moradores passem por baixo da EFC, mas em muitas comunidades esses acessos são pensados e executados sem consulta à população e encontram-se com infraestrutura incompatível com o uso. Isso faz com que as pessoas usem caminhos alternativos ou passem sobre a ferrovia, correndo risco de serem atropeladas pelo trem.

De acordo com a *Rede Justiça nos Trilhos* (2018, p. 6, no prelo), “de 2010 até 2017 ocorreram 39 mortes por atropelamentos ao longo de toda a ferrovia”. Dados que justificam a ineficiência das passagens construídas pela mineradora e a falta de responsabilidade com a segurança das pessoas afetadas pela EFC. Esses registros ainda podem ser maiores, já que muitos acidentes não são contabilizados oficialmente.

Com a implantação da estrada de ferro, as comunidades são impedidas de ir e vir nos horários determinados pelas suas necessidades, e muitas vezes têm que esperar o horário do trem para se deslocar de um lugar para outro. Assim, direitos violados tornam-se práticas cotidianas adicionadas à normalidade dessas comunidades, como mostra a Figura 11.

<sup>17</sup> MONGE. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 25 jun. 2017.

<sup>18</sup> Nome fictício.

**Figura 11** - Assentamento Francisco Romão, Açailândia - MA



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

Esse é um tipo de impacto que se repete nos comentários dos atores que participaram do *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e, menos de um mês depois, do *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Esses atores praticam a cidadania na medida em que eles reconhecem uma série de impactos negativos implantados de forma hegemônica sobre os seus territórios e passam a lutar por melhores condições de vida. Segundo Peruzzo (2005, p. 13), com isso eles também colaboram para a transformação social de importantes segmentos da população.

Interessante notar que incorporam ainda a noção de dever de cidadania, pois tais organizações coletivas se vêm imbuídas do propósito de contribuir para a melhoria das condições de existência de segmentos populacionais excluídos, em geral visando suprir carências que o poder público não consegue atender, ou não quer atender (PERUZZO, 2005, p. 13).

O *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* ocorreu nos dias 14, 15 e 16 de julho de 2017. Desse encontro participaram aproximadamente 80 moradores: lideranças e membros de comunidades, movimentos sociais e organizações atingidas pela mineração nos estados do Maranhão e Pará. Foi onde identificamos um maior número de pessoas que atuam como mobilizadores e educadores populares nas comunidades atingidas.

O encontro também teve o objetivo de unir integrantes de comunidades e movimentos dos estados do Pará e Maranhão: principais estados da Amazônia brasileira com atividades da

mineradora Vale S.A. Esse evento é realizado anualmente por comunidades e movimentos que buscam avaliar as lutas e resistências construídas pelos atingidos e atingidas, além de estabelecer ações nas comunidades. São momentos de debates, reflexões, formações e organização de estratégias coletivas.

Na figura seguinte (Figura 12), cujo conteúdo será analisado mais adiante, percebemos a adesão entre os atores jovens e adultos em um só evento. Mesmo que a juventude tenha um encontro específico para debater os impactos relacionados aos seus modos de vida, é no encontro regional que esses diferentes atores se encontram e estabelecem objetivos em comum.

**Figura 12** - Matéria no site da *Rede Justiça nos Trilhos* sobre o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*

Encontro Pará e Maranhão

## Encontro reúne comunidades para debater impactos da mineração

sexta-feira, 21 de julho de 2017

🕒 🐦 📌 16 visualizações

O vento que venta não venta, o mar que urra não urra

Se atrás de mim não vem gente, oh meu Deus! Quem é que tanto me empurra?

Oh, que estrondo no mundo, que balançou a serra!

Os ares já estão mudados, guerreiros chamados para combater guerra!

(autor desconhecido)



O discurso da exploração de recursos naturais como base para o desenvolvimento econômico do país é antigo, assim como as violações aos direitos das populações que vivem próximas a grandes empreendimentos. Desenvolvimento para quem e a custo de quê? Questionam comunidades impactadas pela mineração nos estados do Maranhão e Pará, que estiveram reunidos em Açailândia (MA), nos dias 15 e 16 de julho, no Encontro Regional dos Atingidos e Atingidas pela Mineração MA e PA (ERAM) e no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração (EJAM).

Os eventos reuniram cerca de 80 jovens e adultos em um debate sobre a superação do atual modelo de exploração dos territórios. "Nós já sabemos o que nós não queremos. Precisamos avançar no que nós queremos. O que eles chamam de modelo de desenvolvimento, não nos interessa", afirmou Raimundo Gomes da Cruz, do Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), que compôs a mesa temática tratando sobre o atual contexto político do Brasil e a mineração.

Outro ponto abordado foi a escalada de violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais e o aumento dos conflitos no campo, decorrente das disputas por terras. Andréia Silvério, advogada da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá (PA) relatou os episódios que culminaram com o massacre de lavradores em Pau d'Arco, no sudoeste do estado e citou outras ações violentas e massacres que ocorrem no Brasil, em 2017, como o assassinato de 10 lavradores em Colniza, no Mato Grosso.

O atual contexto de reformas e perdas de direitos, pleiteadas pelo governo Temer, tem intensificado as violações sofridas nos territórios ligados ao setor de mineração e siderurgia: destruição do ambiente, violação dos direitos de ir e vir e do direito à informação, poluição, violência, ausência de políticas públicas, aumento de criminalização de lideranças, entre outros.

Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]d.

Atualmente o trabalho da *Rede Justiça nos Trilhos* consiste em realizar articulações específicas não só com a juventude, mas também com as mulheres, tendo em vista as suas vulnerabilidades e individualidades no contexto das comunidades que são impactadas. Em

2017, o estado do Maranhão sediou o primeiro *Encontro das Mulheres Atingidas por Grandes Projetos*, com a temática “Poesia, memória e resistência: olhares sobre os impactos diferenciados dos grandes projetos sobre a vida das mulheres”.

De acordo com o *site da Rede*, o encontro de mulheres reuniu aproximadamente “60 participantes, atingidas por grandes empreendimentos dos setores de mineração e siderurgia, barragens, produção de energia elétrica, monocultura” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017d, on-line). Participaram também assessoras de entidades e movimentos sociais que tratam sobre as temáticas, como a própria *Justiça nos Trilhos*.

Eventos desse tipo têm a finalidade de mostrar que as mulheres sofrem os impactos de grandes empreendimentos de forma diferenciada e não recebem tal diferenciação nos projetos das empresas responsáveis. As mulheres denunciam e buscam visibilidade para uma série de conflitos que se somam aos casos de exploração sexual, tema que é mais discutido nesses contextos. Elas destacam que estão presentes nas lutas, nos protestos, nas articulações, muitas vezes sofrendo invisibilizações dentro dos próprios movimentos. Assim descreve o trecho da carta resultante do encontro:

Estamos conscientes de que o racismo e o patriarcado presentes nesses projetos e na sociedade são fatores que recaem duramente sobre as nossas vidas provocando diferentes sofrimentos e perdas. Temos a consciência de que as práticas cotidianas, concepções de mundo e modos de vida desenvolvidos nos territórios têm forte influência da atuação das mulheres, de suas percepções e valores na construção de questionamentos e argumentos que desqualificam o modo de produção e consumo do capitalismo como modelo de garantia da existência da humanidade no planeta (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017d, on-line).

O *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* acaba aglutinando as experiências e reivindicações geradas nos espaços que outrora são desenvolvidos dentro de grupos específicos, como os das mulheres e da juventude. Torna-se um espaço de relação, reflexão e avaliação de iniciativas e incremento de projetos que estabelecem a construção da cidadania.

Nesse sentido, identificamos a preocupação dos atores que compõem as redes de comunidades e movimentos de atingidos em gerar debates que divulguem as demandas desses grupos no encontro regional. Por isso, foram criados eixos temáticos na programação do evento que relacionam a temática da mineração com as questões de gênero e juventude, por exemplo.

Por último, participamos da *Exposição e Ciclo de Debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração”*. O evento foi realizado na cidade de Belém-PA, durante os dias 07 a 11 de agosto de 2017, organizado pela *Rede Justiça*

*nos Trilhos* em parceria com o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e o Grupo Mídias Alternativas na Amazônia (UFPA). A autora e a orientadora desta pesquisa participaram juntas da abertura e do ciclo de debates com outros pesquisadores, jornalistas, atingidas e atingidos.

A solenidade de abertura (Figura 13) foi composta pelas falas da Professora Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Trindade Chagas Amorim, representando a Universidade Federal do Pará e o Grupo Mídias Alternativas na Amazônia, da mestrandia Larissa Pereira Santos, que na ocasião representou o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração e da jornalista Idayane da Silva Ferreira, que representou a *Rede Justiça nos Trilhos*. Trata-se de uma exposição fotográfica e sensorial itinerante que agregou momentos de debates e reflexões sobre o ciclo da mineração no Brasil.

**Figura 13** - Exposição “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos, os danos irreversíveis da mineração”. Na foto, a Professora Dr.<sup>a</sup> Célia Trindade Amorim <sup>19</sup>



Fonte: Mídias Alternativas na Amazônia, acervo, 2017.

O ciclo de debates (Figura 14) com as atingidas e os atingidos pela Vale S.A. ocorreu no dia oito de agosto de 2017, com representantes de comunidades dos municípios de Canaã dos Carajás e Marabá, no Pará, e de Açailândia, no Maranhão. A autora desta pesquisa atuou

---

<sup>19</sup> As fotografias dos encontros não registraram o público, por envolver a preservação de imagem.

como mediadora na programação do debate e fez a apresentação da *Revista Não Vale*, uma produção da *Rede Justiça nos Trilhos*. Em seguida, as atingidas e os atingidos fizeram um relato sobre suas vivências frente aos impactos da mineração.

**Figura 14** – Autora desta pesquisa durante o *Ciclo de Debates* com as atingidas e os atingidos<sup>20</sup>



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

Diferentemente dos dois encontros citados anteriormente, a *Exposição e Ciclo de Debates* foi um evento público e teve o papel de nos mostrar como acontecem algumas das articulações externas da *Rede Justiça nos Trilhos*. Foi nessa ocasião que o grupo Mídias Alternativas na Amazônia, do qual a orientadora e a autora desta pesquisa participam, atuou em parceria com a *Rede*, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, outros grupos de pesquisas acadêmicas e as comunidades de atingidas e atingidos.

São relações que, segundo Scherer-Warren (2011, p. 121), constroem-se de forma diversificada, por variadas razões, e mostram um pluralismo organizacional e de opiniões. Além disso, “manifesta-se pelo fato dos mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou redes” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 121). É o exemplo da *Justiça nos Trilhos* e do Comitê, que contam com a participação das mesmas pessoas nas duas organizações.

Esse evento teve o objetivo de fazer um paralelo entre os impactos decorrentes da ação da Vale S.A. nos estados do Pará e Maranhão e o caso do crime ambiental<sup>21</sup> ocorrido no

<sup>20</sup> As fotografias dos encontros não registraram o público, por envolver a preservação de imagem.

distrito de Mariana, em Minas Gerais. Para o ator social identificado como Vida<sup>22</sup>, que participou do *Ciclo de Debates* e do *Encontro Regional dos Atingidos pela Vale*, esses encontros também representam espaços de construção de conhecimento e formação. Ele conta que os encontros o ajudam a levar conhecimentos para a sua comunidade – principalmente para as pessoas que ainda não conhecem esse tipo de articulação.

No começo eu não acreditava, mas hoje eu vejo que, se eu tenho algum conhecimento, é através desses encontros, porque na minha comunidade eles não têm aquele interesse de participar, mas todas as vezes que eu participo eu levo algo a mais para eles. E outra coisa que a gente aprende muito, a gente vê que nós não somos os únicos prejudicados pela mineradora e por outras coisas que sejam (VIDA, 2017, informação verbal)<sup>23</sup>.

A partir dos depoimentos desse ator, que é um mobilizador no estado do Pará, percebemos o sentimento de pertencimento à causa dos atingidos pela mineração. Agora ele se enxerga dentro de um vasto grupo de pessoas, que em suas palavras “são atingidas por mineradoras”. Vida é um morador que também representa a figura do multiplicador social, aquele que tem o objetivo de partilhar todas as experiências vividas por ele na luta contra os impactos da mineração. Ele demonstra que “comunicar é conviver” (WOLTON, 2010), uma característica da prática comunicativa refletida nesta pesquisa.

Ele também nos ajuda a entender algumas das dificuldades nos processos de articulação das comunidades. Como muitas pessoas acreditam nos discursos da mineradora Vale S.A., confiam e esperam as suas ações nas comunidades, aqueles que se posicionam de forma contrária são criticados por parte da população. De acordo com o depoimento do entrevistado Vida, esses fatores são decorrentes das estratégias da empresa, que busca fragmentar a organização comunitária.

A principal dificuldade é que o pessoal não sabe em quem acreditar, a verdade é essa. A empresa usa a estratégia de dividir os moradores e quanto a essas instituições que vêm ajudar, elas não vêm resolver o problema, mas vem aumentar mais a vontade das pessoas e também que tenha conhecimento para passar para as pessoas. Mas as pessoas, às vezes preferem mais confiar na empresa do que nas pessoas que vêm para ajudar, então é isso que fica acontecendo na comunidade. A estratégia da empresa é dividir, aí fica mais difícil da gente lutar (VIDA, 2017, informação verbal).

---

<sup>21</sup> “Rompimento da barragem de Fundão, que, em novembro de 2015, deixou a região de Mariana (MG) coberta por rejeitos tóxicos. O rastro de lama chegou até o oceano Atlântico e, com ele, cresceu também a necessidade de se discutirem as ameaças socioambientais representadas pela mineração” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017e, on-online).

<sup>22</sup> Nome fictício.

<sup>23</sup> VIDA. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

As instituições citadas no depoimento acima são o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular (CEPASP) e a *Rede Justiça nos Trilhos*, duas organizações que apoiam a comunidade da qual esse ator social faz parte. O CEPASP é uma entidade de assessoria popular do estado do Pará, parceira da *Justiça nos Trilhos* e responsável pela realização do *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* desde a primeira edição.

No comentário acima, fica evidente que as entidades sozinhas não dão conta de resolver nenhum problema. Por isso, a importância das diferentes parcerias, seja no âmbito das comunidades seja dos movimentos sociais ou das universidades, como foi o caso do *Ciclo de Debates* descrito anteriormente.

A característica da luta coletiva, do valor da agregação entre diferentes pessoas torna-se essencial diante das estratégias utilizadas pela empresa. É por isso que o entrevistado Vida diz que as organizações e os movimentos sociais “não vêm resolver o problema, mas vêm aumentar a vontade das pessoas” (informação verbal)<sup>24</sup>. Da mesma forma, os atores que estão à frente das organizações e dos movimentos acreditam que não são capazes de resolver todos os problemas, mas o ambiente mobilizador que se forma já é um resultado positivo.

Então esse é um grande desafio, a desproporção que nos obriga a constantemente amadurecer estratégias que visem à abertura de caminhos que nos mobilizem. Não temos condições de resolver as violações ao longo do Corredor, mas temos condições de aumentar a mobilização, aumentar a ação, estimular a crítica, organizá-la, articulá-la. É isso que podemos fazer. Não sabemos se isso também será suficiente pra conseguirmos enfrentar. Sociólogos enfatizam que o sucesso de uma ação eficaz que se contrapõe a grandes projetos, ao capital, não está nas suas capacidades de interromper esses processos, mas sim tem que ser avaliado na capacidade de diminuir a sua incidência, o seu ritmo (CONCÓRDIA, 2017, informação verbal)<sup>25</sup>.

O valor da luta vivenciada por uma pluralidade é o que gera a mudança social. De acordo com Sansão<sup>26</sup>, esse é o desafio das lideranças comunitárias, das organizações e movimentos sociais. Segundo esse entrevistado, há um trabalho que busca ir contra a lógica do individualismo; no entanto, apesar de as comunidades se organizem, é um contexto complexo, porque vivemos em uma sociedade capitalista, caracterizada pela propriedade privada.

Cada um tá ali, o principal que cada um tem é o pensamento da sua terra, conseguir a sua terra, conseguir o seu pedaço de terra, conseguir a sua propriedade. Então, o grande desafio nosso é tentar inserir essas pessoas numa luta mais ampla, numa

<sup>24</sup> VIDA. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

<sup>25</sup> CONCÓRDIA. Entrevista concedida à pesquisadora. Imperatriz: 24 out. 2017.

<sup>26</sup> Nome fictício.

consciência mais ampla e fazer essas relações, e as vezes nós temos dificuldade porque as pessoas não compreendem que precisa ser uma luta coletiva (SANSÃO, 2017, informação verbal)<sup>27</sup>.

O principal conflito relacionado à mineradora Vale S.A. na comunidade onde atuam os atores denominados Vida e Sansão é a realocação forçada de famílias de uma área atingida pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás. Essa é uma consequência da implantação do projeto S11D, que está prejudicando 158 famílias (informação verbal). Muitas delas já foram retiradas de suas moradias, local onde será construída uma parte da EFC.

“Ali eu já tinha criado todos os meus filhos, ali os meninos tinham direito de brincar debaixo dos pés de pau. Hoje não tem. Onde a gente mora, passa o dia todo fechado. Você não pode sentar na porta de casa, né? Nada. Acabou a paz!” (informação verbal). Vida atualmente vive em uma casa própria, mas outros moradores que enfrentam o mesmo conflito com a Vale S.A. ainda residem em casas alugadas pela empresa ou estão resolvendo judicialmente suas situações de moradia.

A “judicialização da luta” (termo utilizado pelas atingidas e atingidos) é outro argumento presente nas vozes dos participantes dos encontros de atingidos como uma estratégia da empresa Vale S.A. no processo de desarticulação da luta coletiva. Para Sansão, quando a luta passa a ser “judicializada”, outros trabalhos acabam ficando em segundo plano, tornando as relações mais difíceis.

Aí o papel do educador popular, da organização política vai ficando em outros planos e às vezes nem no plano. Então é muito difícil, mas a gente tem tentado fazer isso realizando seminários locais, estudos locais, as formações locais, até, às vezes, individual, para que as pessoas, aquele indivíduo, possa influenciar lá dentro do grupo, do assentamento, e levando outras discussões para fora e levando pessoas de outros locais para fazer esse debate. Então isso tem ajudado muito, tem sido a nossa estratégia (SANSÃO, 2017, informação verbal).

Sansão diz que o processo de articulação da luta se mantém a partir da convivência, das relações diárias construídas individual e coletivamente nos territórios. O depoimento destacado acima também acusa a compreensão de que o Outro é o sujeito fundamental para mobilizar os atingidos. Sansão, que é representante de uma organização parceira da *Rede Justiça nos Trilhos*, assegura o papel do mobilizador local como aquele que pode intervir na organização e sensibilização da comunidade.

Com base nas entrevistas e na observação dos encontros realizados, uma das características percebidas entre as atingidas e os atingidos foi a ausência de uma liderança

---

<sup>27</sup> SANSÃO. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

única. Por outro lado, há o fortalecimento e o surgimento de uma pluralidade de lideranças, ou seja, a heterogeneidade se torna mais evidente. Fundamentos ao que Mouffe (2015) denomina como “natureza de identidades coletivas que sempre acarretam uma dicotomia nós-eles” (MOUFFE, 2015, p. 5), e que são compartilhados por Freire (1983) e Peruzzo (2013).

Segundo Mouffe (2015), a existência dessa natureza é importante para a construção de uma democracia radical, uma democracia que vai além do ideal de consenso e busca um confronto democrático. Portanto, em muitos dos depoimentos dos atingidos, o “nós” substitui o “eu” e oferece condicionantes para o convívio entre os atores que apresentam posicionamentos diferenciados, mas têm uma causa em comum. As afinidades somam-se às necessidades de lutas e enfrentamento à Vale S.A.

Se por exemplo nós temos cinco comunidades no Corredor de Carajás e tem uma que luta mais e tem outra que luta menos e tem outra que nem luta. Na verdade, eu não vejo diferenciação, na verdade eu vejo comunidades que são impactadas. Eu não quero saber quem luta ou não, quero saber que todas devem ser favorecidas, e não alguma porque luta mais que a outra... E aí, se aquela comunidade que luta consegue algo e eu só consigo pra aquela comunidade também, de certa forma eu vou tá sendo arrogante com a minha própria luta, porque eu falo em direitos sociais, eu falo em igualdade de direitos (ORIENTE<sup>28</sup>, 2017, informação verbal)<sup>29</sup>.

Essa “natureza de identidades coletivas” defendida por Mouffe (2015) abre precedentes para as relações em redes construídas no âmbito das comunidades e movimentos sociais atingidos pela Vale S.A. na Amazônia. Para os membros de organizações parceiras da *Justiça nos Trilhos*, essa é uma característica defendida ao longo da história de muitos movimentos. De acordo com as análises de Sansão sobre o trabalho em redes, essa é uma forma de sair do isolamento e fortalecer grupos.

Nós trabalhamos para o fortalecimento da sociedade, o fortalecimento da luta, fortalecimento dos trabalhadores. Então, nós também entendemos que as entidades isoladas também não resolvem os problemas. [...] A gente tem feito um esforço histórico de manter essa relação e principalmente a nossa relação histórica aqui na região sul e sudeste do Pará e nossa relação com o estado do Maranhão (SANSÃO, 2017, informação verbal)<sup>30</sup>.

As relações de trabalho em rede com o estado do Maranhão foram especificadas por esse entrevistado por meio das parcerias com a *Rede Justiça nos Trilhos* e outras organizações. No que tange aos impactos provocados pela mineradora Vale S.A. na

---

<sup>28</sup> Nome fictício.

<sup>29</sup> ORIENTE. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

<sup>30</sup> SANSÃO. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

Amazônia, essa articulação se torna primordial e é a responsável pelas realizações de todas as edições do *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Nas palavras de “Sansão” (informação verbal)<sup>31</sup>, essa parceria também se justifica porque a luta no contexto da mineração não se limita apenas à extração de minérios na Serra de Carajás (PA), trata-se de um processo que afeta toda uma cadeia até chegar ao porto de São Luís (MA).

Um dos articuladores da *Justiça nos Trilhos* nos descreveu que as relações em redes, sejam locais, regionais sejam globais, sempre estiveram presentes nas estratégias da *Rede*, já que lidam com uma empresa que se define como transnacional. A partir de seus depoimentos, consideramos que se trata de um trabalho processual, que amadurece conforme o crescimento da organização coletiva, das mudanças de reações dos “adversários” e do aproveitamento de oportunidades. Uma dessas oportunidades foi o Fórum Social Mundial, em 2009, como diz:

Então foi quase que como uma obrigação ir logo buscar atores não locais, e por outro lado a oportunidade histórica, como te dizia, foi todo o processo de preparação do Fórum Social Mundial. O comitê internacional do Fórum estava começando a se encontrar já em 2008, em Belém, e lembro que foi logo nos primeiros meses de 2008 que a gente foi lá a primeira vez. Depois voltamos também para escutar essas pessoas que vinham de outras partes do Brasil e também de outros países do mundo, oferecer a eles a nossa leitura do território local, e perguntar a eles quais as dicas, quais as sugestões que eles teriam com respeito a uma possível campanha. E depois foi em 2008 que amadureceu a convicção de que era oportuno de fato trabalhar ao longo do Corredor todo, e em 2008 já [...] tínhamos costurado um diálogo bipolar entre Brasil e Canadá, claro ainda no começo, ainda todo para ser estruturado (CONCÓRDIA, 2017, informação verbal.)<sup>32</sup>.

As articulações em redes também são representadas como instrumentos importantes para o acompanhamento de casos mais complexos que envolvem empresas e populações afetadas, como por exemplo: espionagem em organizações e movimentos sociais, assassinatos de lideranças comunitárias e defensores de direitos humanos, chacinas, entre outros.

Comprovadamente, a espionagem já fez parte das ações da Vale S.A. e foi realizada por meio de uma área intitulada “Vigilância e Inteligência”, para aumentar o poder de dominação e controle sobre os indivíduos que não pactuam com as medidas da empresa, uma espécie de “laboratório de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 169). Denúncias mostraram um complexo sistema de espionagem que realizava escutas telefônicas sem autorização e conhecimento de funcionários e pessoas externas à própria empresa, como jornalistas e integrantes de movimentos sociais.

<sup>31</sup> SANSÃO. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

<sup>32</sup> CONCÓRDIA. Entrevista concedida à pesquisadora. Imperatriz: 24 out. 2017.

O sistema de espionagem da Vale S.A. também promovia a infiltração de pessoas (ligadas à empresa) em movimentos sociais e em comunidades. Esses fatos vieram a público durante o ano de 2013, por um ex-funcionário da empresa, e constam em denúncias registradas no *Relatório de Insustentabilidade da Vale*, divulgado em 2015, pela Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale:

Em março de 2013, um ex-funcionário da Vale denunciou, ao Ministério Público e ao Senado Federal, o funcionamento da área de vigilância e inteligência da empresa. As informações revelam infiltração nos Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST-RJ), no Assentamento Palmares (Pará), na rede *Justiça nos Trilhos* (MA-PA), na Prefeitura de Parauapebas (PA), na Câmara de Vereadores de Anchieta (ES) (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2015, p. 14).

De acordo com Amorim e Santos (2018), a Articulação Internacional das Atingidas e dos Atingidos pela Vale S.A. é um exemplo de atuação em rede, ao congregar diferentes atores em busca de direitos no âmbito da mineração, não só no Brasil, mas em diversos países onde a Vale S.A. atua, como Argentina, Canadá, Chile, Moçambique, Peru, entre outros. Assim, “os atores sociais que participam da Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale S.A., formam um grupo de intelectuais que pensam e agem de forma crítica” (AMORIM; SANTOS, 2018, p. 2, no prelo).

A *Rede Justiça nos Trilhos* faz parte da Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale e contribuiu com a elaboração do relatório que faz a denúncia sobre espionagem. A Articulação Internacional foi criada em 2009, por intelectuais de movimentos sociais, sindicais e outras organizações, e constrói uma rede em escala mundial para promover formas de enfrentamento aos impactos socioambientais causados pela Vale S.A. Um exemplo da atuação em redes da qual a *Justiça nos Trilhos* participa.

Além da espionagem, outro exemplo emblemático citado durante uma das entrevistas foi o Massacre de Pau D’Arco, ocorrido em maio de 2017, no sudeste do estado do Pará. Nesses casos, a entrevistada “Rosa dos Pretos”<sup>33</sup> esclarece que a atuação em rede pode ajudar “no nível da comunicação, diminuir o risco das pessoas que estão diretamente envolvidas. Foi assim que funcionou no caso de Pau D’Arco” (informação verbal)<sup>34</sup>.

O tipo de atuação caracterizado aqui como “redes” promove a visibilização de atores e situações em risco, ajudando a resolver problemas sociais. Na medida em que diversos grupos se articulam em prol de um mesmo problema e atuam em escala mundial, geram a produção

---

<sup>33</sup> Nome fictício.

<sup>34</sup> ROSA DOS PRETOS. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

de conteúdos de forma alternativa e também pressionam o Estado e a imprensa tradicional sobre casos que antes eram silenciados. Assim argumenta o seguinte entrevistado:

No caso da mineração, a nossa principal articulação é com a JnT<sup>35</sup>, aqui regionalmente. Desde o início da estrada de ferro até o Maranhão a gente faz parte dessa articulação. O que tem sido significativo, eu me lembro que quando teve os acampamentos em Canaã, que começaram em 2015, houve uma caravana que foi conhecer a região, e aquilo ajudou muito naquele momento para dar visibilidade porque eu acho que ajuda também a fazer as pessoas enxergarem qual é a realidade e ajuda a desconstruir no imaginário das pessoas – porque as vezes ele tem assim, que lá vem mais acampamento de sem terra, atrapalhando o trabalho da Vale. Porque a Vale agora é que traz o desenvolvimento para a região, e isso e mais... Eu acho que é muito positivo para desconstruir isso. A gente conseguiu na época, teve uma carta dos atingidos que foi sobre o caso de Canaã, e a gente conseguiu pautar algumas matérias em jornais de circulação nacional e internacional, e regional também. Com isso a gente foi conseguindo levar uma outra visão sobre esse tema (ROSA DOS PRETOS, 2017, informação verbal)<sup>36</sup>.

Os acampamentos em Canaã dos Carajás citados nos depoimentos de “Rosa dos Pretos” referem-se a “Grotão do Mutum” e “Planalto Serra Dourada”. São áreas do sudeste do Pará nas quais trabalhadores rurais acamparam, durante o ano de 2015, em decorrência de conflitos por terra envolvendo a mineradora Vale S.A. “Ambas as áreas eram originalmente assentamentos do Incra – consequentemente terras da União -, e, apesar de declarar posse, a empresa não apresenta documentação de propriedade” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2015, online).

Para dar visibilidade aos problemas vivenciados ao longo do Corredor de Carajás, a *Rede Justiça nos Trilhos*, em parceria com diversos movimentos e organizações, promove eventos denominados de “Caravanas”. As caravanas reúnem pesquisadores, moradores de comunidades atingidas pela Vale e jornalistas, realizando visitas a esses lugares, como nos assentamentos mencionados.

O objetivo de tais eventos é gerar pesquisas e investigações jornalísticas que denunciem nacional e internacionalmente as violações de direitos sofridas nos territórios. A caravana de 2015, descrita por “Rosa dos Pretos”, foi coordenada pela Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale e teve a participação da *Rede Justiça nos Trilhos*. Outros benefícios são listados com esse tipo de atividade:

Além disso, o apoio para os trabalhadores, para a entidade que assessora, tem um apoio direto para os sindicatos de trabalhadores, é muito significativo. Eles se sentem prestigiados, tem a luta deles reconhecida, e é positivo também nesse sentido, além de contribuir no processo de formação (ROSA DOS PRETOS, 2017).

<sup>35</sup> “JnT” faz referência a *Justiça nos Trilhos*.

<sup>36</sup> ROSA DOS PRETOS. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

Assim se configuram as características mencionadas pelo ator social denominado como Concórdia. Ele diz que os debates sobre a identidade da *Justiça nos Trilhos*, as contribuições de parceiros nacionais e internacionais e a presença nos territórios afetados pela mineração fizeram com que a *Rede* desenvolvesse uma atuação que prioriza o local e o internacional ao mesmo tempo.

“Entendemos, por exemplo, que sem isso não funcionaríamos, que não adiantava trabalhar só no local se a empresa tinha todas essas conexões, essas articulações internacionais” (informação verbal)<sup>37</sup>. Essa percepção local-global é definida pelo entrevistado como “visão multiescalar”, o que gera uma incidência no local, no regional e no internacional. Para exemplificar tal visão, ele cita a importância da comunicação:

Então a comunicação tem importância pra gente se tem uma dimensão local, nacional e internacional. E precisa dialogar ente si, e tem funcionado em alguns momentos quando fizemos denúncias. Não adianta fazer uma denúncia internacional, em inglês, se depois não temos a atenção de traduzi-la e devolvê-la aos atores locais que a protagonizaram, que têm interesse na decisão. De outro lado, também não adianta fazer uma gritaria enorme no território, ocupar a BR, manifestar em frente ao fórum, se não damos uma visibilidade que consiga furar a mídia naquele estado (CONCÓRDIA, 2017, informação verbal).

O *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* promoveram um amplo debate sobre a importância e as dificuldades do trabalho em rede. A partir dos casos mencionados acima, exemplificados pelos entrevistados, fica evidente que uma atuação coletiva tem a possibilidade de ampliar direitos, gerar transformações e agregar relações entre diferentes atores sociais. Essas redes de comunidades e movimentos são experiências comunicativas que buscam não só denunciar conflitos e impactos negativos, mas tem uma relação com os processos de educação, como explica Peruzzo (2005).

A participação popular nas experiências mais avançadas de comunicação comunitária representa um avanço significativo na democracia comunicacional. Ela é essencial das organizações populares porque pode se constituir na diferença que ajuda a ampliar o exercício da cidadania. A comunicação comunitária tem o potencial de contribuir para a ampliação da cidadania não só pelos conteúdos crítico-denunciativo-reivindicatórios e anunciativos de uma nova sociedade, mas pelo processo de fazer comunicação. Há uma relação dinâmica entre comunicação e educação que merece ser analisada (PERUZZO, 2005, p. 16).

---

<sup>37</sup> CONCÓRDIA. Entrevista concedida à pesquisadora. Imperatriz: 24 out. 2017.

Portanto, os encontros são construções de relações em redes que acontecem por meio de práticas comunicativas e educativas. São experiências face a face que, depois, podem ser manifestadas no espaço *online*, promovendo outros tipos de contatos, com as redes sociais e as mídias alternativas. De acordo com Rosa dos Pretos (informação verbal)<sup>38</sup>, os encontros de atingidas e atingidos, com as características que têm hoje, só são possíveis pela articulação em redes. Destacamos em seus depoimentos os significados da agregação e do fortalecimento da luta, com esse tipo de atuação:

E aí a gente tá cheio de rede agora, é bom demais, a gente se sente seguro, abraçado, é muito legal. É incrível como transforma, é transformador. É diferente você acompanhar um caso por uma instituição e um caso que é acompanhado por uma articulação em rede. É muito diferente e a gente precisa fazer isso mais. No cenário que a gente tá, o nível de violência que a gente tá enfrentando não permite mais a gente se expor como a gente se expunha antes, precisamos tomar mais cuidado. E eu acho que o meio mais eficiente da gente fazer é através da articulação em rede (ROSA DOS PRETOS, 2017, informação verbal).

Assim, as atingidas e os atingidos referenciados nesta pesquisa esclarecem, a partir de seus depoimentos, as características da ação coletiva das comunidades e movimentos sociais afetados pela Vale S.A. Modos de vidas que nos fazem retomar as palavras de Melucci (1989, p. 52), ao considerar que “essa foi uma contribuição deixada pelos estudos desenvolvidos na década de 1970, já que as análises de “porque” os movimentos existem e se organizam como tal não descartou a importância de perceber “como” os movimentos se organizam”.

É nesse sentido que abordamos as motivações que ocasionaram o nascimento da articulação comunitária e as suas formas de lutas e resistências no contexto da mineração na Amazônia. Rosa dos Pretos, Sansão e Oriente explicam como eles se organizam. Ambos entendem a luta por direitos como uma luta plural, cujos resultados, independentemente de quem participa, não devem ser particulares. Esses tipos de convivência são relatados com a presença de mais uma característica: a relação de afeto compartilhada pelas pessoas que fazem parte da luta dos atingidos pela Vale S.A.

A gente enxerga as comunidades e quem participa da luta muitas das vezes como uma família e aí se constrói um processo até mais, de certa forma, livre do que propriamente a família em si. Porque são pessoas que não se conhecem, mas os problemas se casam e eles decidem se unir. E a gente vê como é que várias comunidades, de lugares do Maranhão, quando eles se juntam parece que eles já são familiares, parece que já tem aquela paixão pela luta, ou preocupado com o problema dos outros, se articulam, debatem... Existe um vínculo afetivo na luta, e

---

<sup>38</sup> ROSA DOS PRETOS. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

esse vínculo afetivo na luta é o que compõe a luta em si (ORIENTE, 2017, informação verbal)<sup>39</sup>.

Sobre o afeto marcado nos depoimentos de Oriente, Martino (2016) defende-o como “uma das formas de estabelecimento de uma relação”. Percebemos aqui, essa noção como uma questão central, elemento que dá sentido à luta. Logo a luta construída por esses atores é relação, é partilha, é convivência, é comunicação.

As discussões deste capítulo trilham no sentido de entender as redes comunicativas da *Rede Justiça nos Trilhos*, em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. Aqui especificamos as ações e reflexões construídas no *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*, no *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* e na *Exposição e Ciclo de Debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração”*. No próximo tópico, entendendo a comunicação como diálogo, abordamos as rodas de conversas como mais um exemplo dessas experiências comunicativas.

### 5.1.2 Comunicação é Diálogo: rodas de conversas

Paulo Freire (1983) defende o diálogo como uma prática comunicativa, educativa, capaz de gerar a transformação social. Suas reflexões falam do diálogo como “o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 1983, p. 28).

Embasados por esse pensamento, definimos que as rodas de conversas são experiências comunicativas e cidadãs que ajudam a promover o diálogo e o compartilhamento de conhecimentos. Nesse sentido, realizamos duas rodas com as atingidas e os atingidos pela Vale S.A. Nelas, os participantes debateram sobre suas lutas e resistências em relação aos impactos da mineração: como se organizam, quais os problemas enfrentados, a importância da parceria em redes, as informações partilhadas. Consideramos essas vivências como expressões que se somaram às discussões levantadas pelos nossos entrevistados no tópico anterior.

A primeira roda de conversa (Figura 15) aconteceu no dia 25 de junho de 2017, durante o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*. Dela participaram onze jovens e adolescentes, duas lideranças comunitárias (adultas) e um jornalista da *Rede Justiça nos Trilhos*, além da autora desta pesquisa que atuou como mediadora.

---

<sup>39</sup> ORIENTE. Entrevista concedida à pesquisadora. Açailândia: 16 jul. 2017.

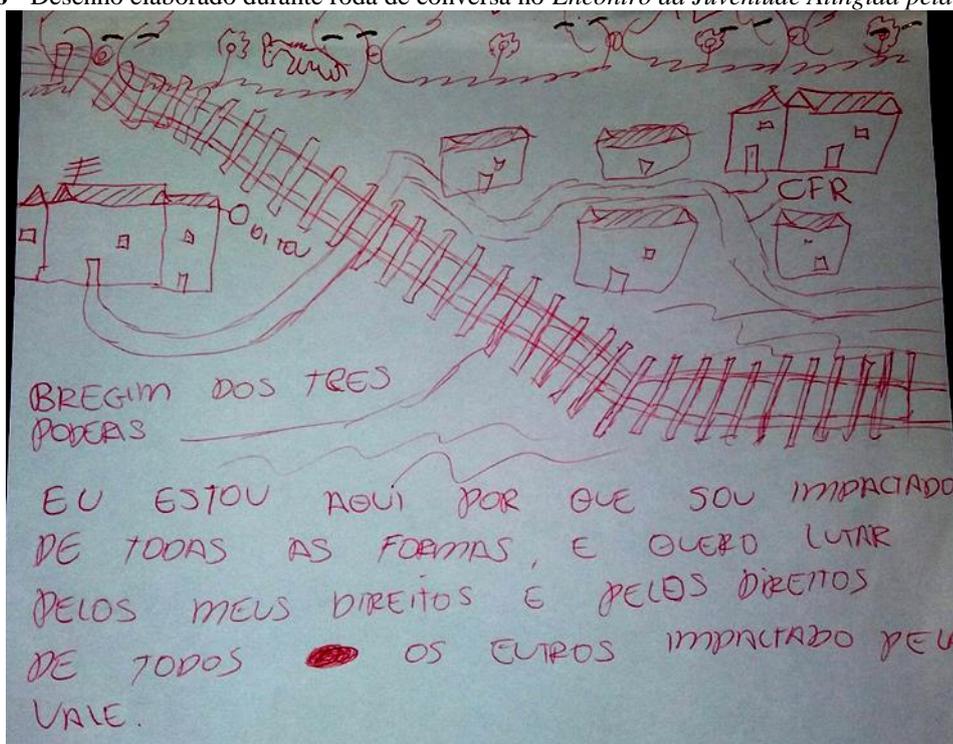
**Figura 15** - Roda de conversa durante o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, acervo, 2017.

Em um primeiro momento, os atores que participavam do encontro da juventude foram convidados a fazer um relato sobre os principais impactos ocorridos nas suas comunidades em forma de desenhos (Figura 16). Essa foi uma metodologia sugerida pela orientadora da pesquisa, Professora Dr.<sup>a</sup> Célia Trindade Amorim, já que o público era constituído em sua maioria por jovens e adolescentes, muitos dos quais se sentiam tímidos. A técnica do desenho serviu como estímulo para que, em um segundo momento, eles pudessem explicar as suas experiências registradas no papel. Muitos aproveitaram e também escreveram textos falando sobre suas realidades, como mostra a seguinte figura (Figura 16).

**Figura 16** - Desenho elaborado durante roda de conversa no *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*



Fonte: Larissa Pereira Santos, 2017, acervo pessoal.

Como mostra o exemplo usado aqui (Figura 16), há a identificação de elementos centrais na descrição do cotidiano dos atingidos pela Vale S.A., como a Estrada de Ferro Carajás, as moradias, um caminho cortado pela ferrovia, os animais, a comunidade, entre outros. São elementos que se repetem em todos os relatos de vida, seja por meio de desenhos, das falas, seja dos textos.

Mais uma vez, o sentimento de pertencimento à causa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. torna-se evidente. É o que dá coesão para os debates, conversas, reuniões e encontros desses atores. É também o que motiva o processo de resistência e equilibra as diferenças entre eles. O fato de serem impactados é o que fortalece as experiências produzidas e compartilhadas em cada território.

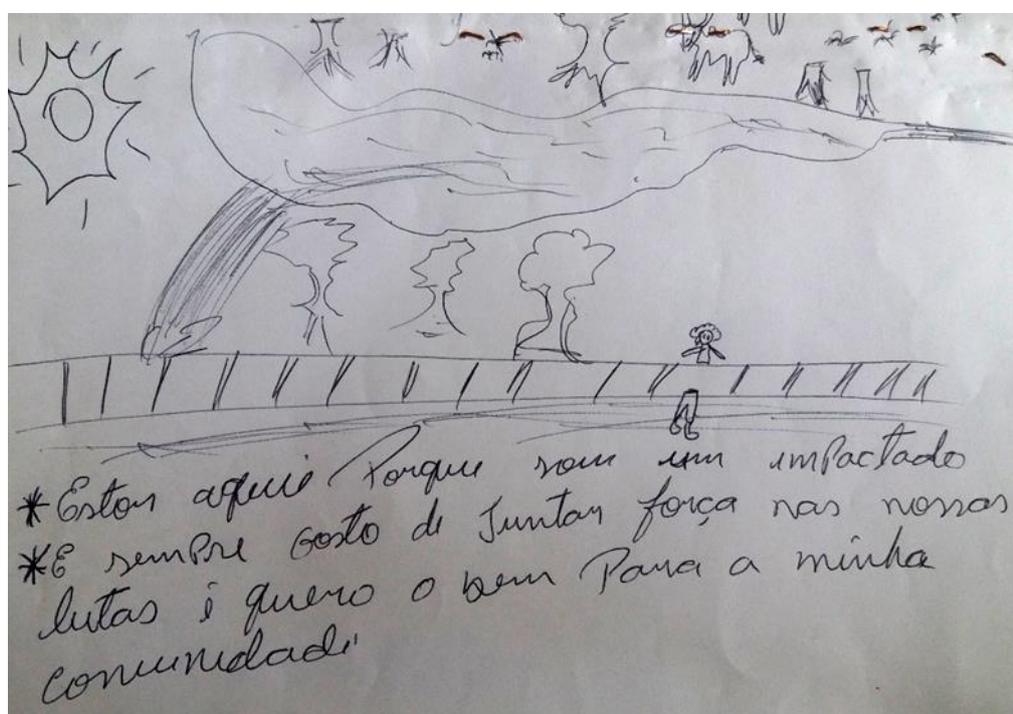
O texto presente na Figura 16 destaca: “eu estou aqui porque sou impactado de todas as formas e quero lutar pelos meus direitos e pelos direitos de todos os outros impactados pela Vale”. Nesse relato, o jovem assume um lugar de fala e um posicionamento em defesa daqueles que, assim como ele, também se reconhecem como atingidas e atingidos.

Em um segundo momento, eles comentaram sobre os desenhos, falando de suas realidades e perspectivas em relação aos impactos causados pela mineradora Vale S.A. Esse espaço também pode ser caracterizado como um lugar de formação e cidadania para a juventude, no qual os participantes fazem o exercício de reflexão, desenvolvendo um

pensamento crítico sobre o mundo, seus problemas e soluções – fato que colabora para percebermos as rodas de conversas como instrumentos importantes na busca por cidadania.

Nos relatos escritos e orais (Figura 17), palavras como “impactado”, “atingidos pela Vale”, “comunidade”, “direitos” e “luta” se repetem entre os diversos atores. Além disso, os textos denunciam os principais impactos que as populações cortadas pela Estrada de Ferro Carajás sofrem, como acidentes de pessoas e animais, trepidações, rachaduras nas casas, barulho do trem, poluição do ar, desmatamento, dentre outros.

**Figura 17** - Relato de participante da roda de conversa no *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*



Fonte: Larissa Pereira Santos, 2017, acervo pessoal.

A roda de conversa realizada dentro do *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* foi denominada pelos participantes como um momento lúdico, de encontros, aprendizados e partilha. Os jovens tinham o objetivo de conhecer novas pessoas e se reconhecer nas situações relatadas. Isso reforçava a identidade coletiva e a vontade de participar de outras atividades de mobilização. Quando perguntados sobre as motivações de estar participando de um encontro como aquele, as respostas eram semelhantes.

Então, nós adolescente viemos em busca de melhorias para nossa comunidade, que nós não viemos à toa, mas sim procurar ajudar as pessoas para que nós possamos ser ajudados.

Estou aqui porque moro em uma comunidade atingida pelos impactos da Vale, e para compartilhar e ouvir compartilhamentos sobre o tema.

Um dos principais motivos em busca de novos conhecimentos: lutar pelos nossos direitos. Conhecer novas pessoas. Criar novas amizades.

Eu estou aqui porque sou um impactado, sempre gosto de juntar força. Todos juntos somos mais fortes. A união faz a força (informação verbal)<sup>40</sup>.

A segunda roda de conversas aconteceu no dia 15 de julho de 2017, com um público diferenciado da primeira. Treze lideranças comunitárias e de movimentos sociais dialogaram sobre os impactos da mineração em seus territórios. A mesma temática foi usada para as duas rodas de conversas, tendo em vista que essa era uma proposta da organização dos encontros.

Da segunda roda, participaram as lideranças e os membros de movimentos sociais que acompanham a atuação da mineradora Vale S.A. nos estados do Maranhão e Pará. Nessa oportunidade, também foi possível discutir sobre as relações entre os atingidos pela mineração nos dois estados. Aqui, a metodologia adotada foi o relato escrito e oral, possibilitando a liberdade individual, já que entre os participantes existiam pessoas idosas e outras com dificuldades de escrita. Entretanto, todos participaram do debate.

As duas rodas de conversas mostraram uma característica em comum entre os integrantes: o protagonismo e a iniciativa para relatar vivências. Martino (2016) reforça que a possibilidade de contar algo sobre sua vida, de narrar suas experiências a partir de suas subjetividades pode ser entendida como uma forma de resistência cultural e política, bem como para a afirmação de uma identidade.

Não por acaso, a possibilidade de contar sua própria história é uma característica fundamental de algumas vertentes do pensamento político contemporâneo. A ideia de narrar a si mesmo, colocando o mundo dentro de sua narrativa – e não sendo colocado dentro de uma narrativa previamente categorizada – é um fato de considerável relevância no estabelecimento de atores políticos nos debates públicos (MARTINO, 2016, p. 46).

Diferentemente da roda de conversa com a juventude a roda ocorrida no *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* foi identificada pelos participantes como uma reunião, e os debates ocorreram em forma de conversas, contestações, alertas, concordâncias, discordâncias e planejamento de ações. Exemplo da fala seguinte, quando um morador cita os impactos da mineração nas fontes hídricas de suas comunidades.

---

<sup>40</sup> Informações obtidas durante o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração. Açailândia: 25 jun. 2017.

Se nós não brigarmos pela causa, se os filhos de vocês hoje banham em igarapé, se vocês têm um açude, podem ter certeza que vocês vão ficar sem ele. Se não buscarmos juntos numa reunião como essa... O rio é uma fonte de riqueza pra toda a nossa região, seja com recursos hídricos, seja com peixe (informação verbal)<sup>41</sup>.

Nessa perspectiva, identificamos os participantes dos encontros e das rodas de conversas como atores políticos e cidadãos que constroem conhecimentos por meio dos relatos sobre suas práticas cotidianas. Na medida em que relatam experiências, estimulam outros atingidos, principalmente aqueles que estão iniciando uma trajetória de participação nas articulações contra a Vale S.A. Essa foi uma reflexão observada durante a segunda roda de conversa.

Tem aquelas pessoas que quer tomar a frente, mas a comunidade é desacreditada, acha que não vai conseguir. Foi dessa mesma forma lá em Bacuri. A comunidade dizendo que ela não ia conseguir, que isso era um problema que ela não ia resolver, e acabou que ela resolveu. E hoje ela ficou com um respaldo a mais na comunidade, a comunidade já respeita ela. Então assim... é o que cada um de vocês das comunidades tem que fazer (informação verbal).

O relato acima destaca a ação dos atingidos em busca de direitos como uma ação que pode contribuir para as relações comunitárias, o engajamento social e político e a formação de grupos coletivos. Ao mesmo tempo, no entanto, reflete sobre as dificuldades ainda existentes em algumas comunidades, onde a iniciativa individual precisa romper com a falta de perspectivas e o cansaço. Diante desse contexto, a segunda roda de conversa foi importante para tratar coletivamente sobre o papel das lideranças comunitárias.

Segundo Paulo Freire (1987, p. 94), só o diálogo é capaz de transformar um contexto onde há ausência de comunicação e de tornar a representação comunitária uma liderança revolucionária. “O caminho que faz, então, até elas a liderança é espontaneamente dialógico. Há uma empatia quase imediata entre as massas e a liderança revolucionária. O compromisso entre elas sela quase repentinamente”. Freire diz que esse caminho se estabelece pelo espírito de luta, da coragem, da capacidade de amar e do arrojo da liderança revolucionária. (FREIRE, 1987, p. 94).

Em consonância com essa reflexão de Freire (1987), a mudança de vida para muitas lideranças das comunidades atingidas pela Vale S.A. só é possível quando eles encontram êxito na mobilização e na formação coletiva dos moradores. Por isso, um dos objetivos da segunda roda de conversa foi avaliar estratégias coletivas e refletir sobre os trabalhos para o

---

<sup>41</sup> Informações obtidas durante o Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração. Açailândia: 16 jul. 2017.

enfrentamento aos impactos da mineração nos territórios. Cada participante, ao falar de suas experiências, mencionava alguma ação ou ideia que poderia ser compartilhada com todos, como no seguinte depoimento.

A Vale vem pra cima da gente, ela não quer saber se é preto ou se é branco, ela passa por cima. O que a gente puder fazer dentro do nosso território pra buscar nossos direitos a gente vai fazer, dentro da ética. Primeiro a gente vai para a conversa. Nós já fomos várias vezes para a porta do fórum dizer que nós quer o nosso objetivo, que é a terra, nós quer a terra. Então eu convido qualquer companheiro que não olhe pra trás, olhe pra frente, olhe pra luta (informação verbal)<sup>42</sup>.

O comentário acima ressalta o valor da conversa como estratégia de relação, evidencia a sua compreensão sobre direitos e exemplifica modos de cobranças. Com isso, ele reforça o sentido da comunicação como um processo de compartilhamento, interação, diálogo e negociação (WOLTON, 2010, p. 17). A comunicação é vivenciada pela significação da troca e dos debates estabelecidos entre os seres humanos.

Um dos questionamentos levantados pelos próprios participantes durante o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* foi: “Como estamos nos mobilizando nos nossos territórios frente aos conflitos?” (informação verbal). As atingidas e os atingidos foram relatando diferentes atuações, como o caso abaixo, que enfatiza a busca por uma unidade entre as comunidades. Ao mesmo tempo em que há uma dificuldade de articulação, pelos diferentes níveis de mobilização e de consciência de direitos entre as comunidades, prevalece a preocupação pelo trabalho em rede, em unidade.

Para criar unidade entre as *comunidades*, em vez de cada *comunidade* tá criando uma coisa isolada. Aí nós formamos cinco comissões. Tá sendo formada uma de educação, uma de saúde, uma de produção e comercialização, uma de regularização fundiária, para cobrar do Inca a regularização das áreas, e uma de transportes e estradas, pra cuidar da questão das estradas. Aí cada comunidade indica um representante para cada comissão. Então nós temos cinco comissões com participação de cinco comunidades. Aí quando for discutir a pauta de educação senta os cinco representantes de cada comunidade pra discutir no conjunto e fazer a luta no conjunto. E nós estamos nesse ensaio interessante. E nós vamos sentar, fazer planos de trabalho e levar essas duas questões, a da Vale e a do poder público. Por muito tempo, a gente ficou só na Vale e esqueceu dos *royalties*, do ISS (informação verbal, grifo nosso).

Na descrição acima, substituímos o nome da região citada durante a fala de um morador pela expressão “*comunidade*”, a fim de preservar os nomes dos seus locais de moradia. Essa parte da roda levantou uma importante reflexão: a percepção de que a

<sup>42</sup> Informações obtidas durante o Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração. Açailândia: 16 jul. 2017.

reparação e o atendimento aos problemas vivenciados pelos atingidos não é responsabilidade única da mineradora Vale S.A. Os governos municipais, estaduais e federal têm suas funções, principalmente quanto ao impedimento das violações de direitos e à gestão e partilha de recursos advindos da atividade de mineração. O Imposto Sobre Serviços (ISS) e os *royalties* citados na segunda roda de conversa são atribuições de recursos financeiros que, com a exploração mineral, devem ser direcionados para os municípios através de investimentos em saúde, educação, lazer, etc. O assunto gerou reações:

Cabe à comunidade cobrar das prefeituras os recursos que vão da mineração. É muito dinheiro e as comunidades são desprezadas. O que eu já tenho ido atrás desse prefeito aí, não é mole, não.

A gente fica só na Vale e esquece que o prefeito não faz nada, o governo do estado.

Nós fizemos um encontro assim, vamos deixar a Vale de lado um pouco e discutir sobre o que é que o poder público tem deixado de fazer na educação, na saúde... Aí levantou um bocado de problemática (informação verbal)<sup>43</sup>

A roda de conversa se configura como uma ação comunicativa capaz de sensibilizar a criticidade dos atores sociais para que passem a questionar segmentos da sociedade e cobrar desses o cumprimento de suas responsabilidades. Com base em Freire (1987), podemos indicar o diálogo como uma prática comunicativa que tem em sua essência a educação e a busca pela liberdade. Os atingidos libertam-se da condição de dependência e vulnerabilidade a um único agente, a Vale S.A., e se reconhecem dentro de um contexto mais amplo: político, social, cultural e econômico.

A cidadania é vivenciada e refletida mediante a partilha entre as atingidas e os atingidos em suas comunidades. Em todas essas vivências, eles destacam a denúncia como instrumento de visibilização de conflitos e violações de direitos, atribuindo poder ao ato de falar, de comunicar e de debater conjuntamente os impactos da mineração.

Se a comunidade calar a boca, ela tá dizendo que a Vale pode tudo, e a Vale não pode. Quando a Vale chegou a comunidade já estava. Então, vocês têm que pôr em mente, se o colega de vocês sofre qualquer represália, a arma que você tem é a lei.

Para conversar com a Vale é preciso tá preparado. Tem que ir com a rede e a bagagem.

Quando eles [*a Vale*] chegam na comunidade, chegam iludindo nós. Quando saem deixam o que?

---

<sup>43</sup> Informações obtidas durante o Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração. Açailândia: 16 jul. 2017.

Eu acho pouca gente para distribuir essas vozes, para poder organizar o que tá acontecendo hoje no nosso país. Eu me emociono quando estou ali sentado, escutando, fosse mais gente pra nós resolver isso aí...

Eu queria pedir também que cada companheiro sáísse daqui e passasse essa conversa a respeito da política pra frente, pra ver se a gente vai organizando um modo de mudança. Então, a gente tem que mudar, cada um de nós sair daqui, vamos passar pra frente o que debatemos aqui (informação verbal)<sup>44</sup>.

As partilhas ocorridas tanto na primeira quanto na segunda roda de conversas e nos encontros de atingidas e atingidos dão sentido às discussões sobre cidadania levantadas nos capítulos anteriores desta pesquisa com Pinsky e Pinsky (2013), Peruzzo (2005, 2013, 2017) e Paiva (2003). São exemplos de interações dialógicas que ajudam no conhecimento e reconhecimentos de direitos.

As rodas de conversas aconteceram como parte da programação do *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e do *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Diante disso, tivemos o cuidado de não publicar aqui algumas estratégias e depoimentos, a pedido das lideranças comunitárias. Principalmente durante a segunda roda, os atingidos fizeram o exercício de pensar em uma ação coletiva para ser desenvolvida com as comunidades afetadas dos estados do Maranhão e Pará. Essa roda ainda foi finalizada com sugestões de trabalhos e parcerias, ações que não são mencionadas nesta pesquisa em respeito ao acordo coletivo de segurança quanto às informações estabelecido nos encontros.

### 5.1.3 Comunicação é (Com) Partilhar: mídias produzidas pela *Justiça nos Trilhos*

Cicília Peruzzo (2005, p. 34) diz que o ambiente da internet possibilita o surgimento do “cidadão jornalista” – pessoas que atuam como produtoras de informações “de forma livre e autônoma”. A autora destaca que essa possibilidade ajuda no exercício da liberdade de comunicação, “cerceada apenas pelo impedimento do acesso às infraestruturas necessárias e a educação para o uso das novas tecnologias” (PERUZZO, 2005, p. 16).

Portanto, mesmo de forma incipiente, fragmentária e, por vezes, fugaz, os movimentos populares e outras organizações coletivas sem fins lucrativos da sociedade civil, já experimentam o exercício do direito à comunicação apregoadas por alguns teóricos e ativistas defensores da democratização da mídia (PERUZZO, 2005, p. 15).

---

<sup>44</sup> Informações obtidas durante o Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração. Açailândia: 16 jul. 2017.

Em consonância com as ideias de Peruzzo (2005), Célia Trindade Amorim (2014), ao destacar as redes de ativismo político na internet – como foi o caso da Rede Somos Todos Lúcio Flávio Pinto <sup>45</sup> –, observou que essas formas alternativas representam em nossa região

um movimento que utiliza a Rede das redes para exigir no debate global o direito e a liberdade de comunicação na Amazônia sem os filtros censores do Estado, dos meios de comunicação aliados e de um tribunal que ousa transgredir formas elementares de direitos, incluídos os da Constituição do país (AMORIM, 2014, p. 47).

Nessa perspectiva, apresentamos as ações comunicativas das comunidades e movimentos sociais de atingidos pela Vale S.A. manifestadas na página do *Facebook* e no *site* da *Rede Justiça nos Trilhos*. A coleta de dados nessas mídias foi realizada de 18 de junho a 23 de julho de 2017, mesmo período em que ocorreram o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Por meio da análise de conteúdo, buscamos também perceber como esses eventos passaram das redes sociais físicas para a internet.

O *site* e o *Facebook* da *Rede Justiça nos Trilhos* foram criados no ano de 2008 e são espaços utilizados para a denúncia e divulgação dos impactos ocorridos nas comunidades que fazem parte da *Rede*. Nesses espaços, é possível identificar não só informações sobre a própria *Justiça nos Trilhos*, mas também sobre as redes construídas com seus parceiros externos, como o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, o Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) de Marabá, Associação de Moradores de Piquiá de Baixo, Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), dentre outros.

Durante o período de coleta de dados identificamos nove publicações no *site* da *Rede Justiça nos Trilhos*. Na página do *Facebook*, no mesmo período, foram postadas 11 publicações (Tabela 1); dessas, apenas uma não foi compartilhada diretamente do próprio *site*, trata-se de uma foto de divulgação de um evento, como mostra a seguinte figura (Figura 18).

---

<sup>45</sup> Rede criada na internet no ano de 2012 para protestar e defender o jornalista Lúcio Flávio Pinto, editor do *Jornal Pessoal*, contra as injustiças políticas e jurídicas que ele sofre em nossa região.

**Figura 18** - Cartaz de divulgação do evento “Cerrado: os povos gritam por água e territórios livres”, no dia 12 de julho de 2017, na página do *Facebook* da *Rede Justiça nos Trilhos*



Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b.

Com as nove publicações do *site* e as 11 do *Facebook* construímos as reflexões desta parte da pesquisa <sup>46</sup>. O estudo das mídias da *Justiça nos Trilhos* (Tabela 1) manifestou uma multiplicidade de atividades desenvolvidas pelas redes de comunidades e movimentos sociais afetados pela Vale S.A., ao mesmo tempo em que nos indicou elementos centrais de concordância com o que apontamos nos tópicos anteriores, como a articulação em rede, as parcerias, os sentidos de comunicação como mobilização, partilha e relação social. Elaboramos a Tabela 1 para uma melhor sistematização e visualização das postagens.

Tabela 1 - Publicações do *Facebook* da *Rede Justiça nos Trilhos*

Data	Título	Pessoas Alcançadas	Curtidas, comentários e compartilhamentos
19.06.17	Comunidades quilombolas e MPE-MA discutem atuação do Comefc	561	30
20.06.17	Desde o dia 12 de setembro de 2017 a Vale é membro do Pacto Global (Global Compact) das Nações Unidas	1.567	05
21.06.17	Na manhã desta quarta-feira, 21, foi assinado o Termo de Cooperação e Parceria entre a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo, Fundação Vale, Vale e Caixa Econômica Federal (CEF)	3.461	91

Fonte: Elaboração da autora, com base em JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b.

<sup>46</sup> Todas as publicações coletadas no *site* e *Facebook* da *Justiça nos Trilhos* constam na íntegra, nos anexos C e D desta pesquisa.

**Tabela 1** - Publicações do *Facebook* da *Rede Justiça nos Trilhos*

(conclusão)

<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Pessoas Alcançadas</b>	<b>Curtidas, comentários e compartilhamentos</b>
23.06.07	O que pensam as mais de cem comunidades atingidas pelo Complexo minero-metalúrgico capitaneado pela Vale, desde sua mina em Parauapebas-PA até o Porto de Ponta da Madeira em São Luís do Maranhão?	2.307	26
27.06.17	No site da Rede <i>Justiça nos Trilhos</i> é possível baixar publicações sobre temáticas dos direitos humanos como a obra “Suspensão de Segurança: neodesenvolvimento e violações de direitos humanos no Brasil” da Terra de Direitos	1.584	07
29.06.17	Em tempos passados o dragão nos apavorava, mas já o enfrentamos! [...]	1.368	09
30.06.17	Foi lançado na última segunda-feira, 26, o relatório Violações de direitos humanos na siderurgia: o caso TKCSA – ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico [...]	212	11
05.07.17	A sentença foi exarada em maio pela juíza Adriana Divina da Costa Tristão, da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá, e divulgada hoje (4) no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará [...]	508	28
07.07.17	Formação Política T.I Pindaré, aldeia Piçarra Preta I [...]	1.558	213
10.07.17	Auzilândia é uma comunidade rural localizada no município de Alto Alegre do Pindaré [...]	2.401	86
12.07.17	Cerrado: os povos gritam por água e territórios livres (foto)	1.119	15

Fonte: Elaboração da autora, com base em JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b.

As 11 postagens (Tabela 1) coletadas no *Facebook* para esta pesquisa dizem respeito a eventos – dentre os quais o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* –, publicações de documentos, informações sobre ações judiciais envolvendo casos de violações de direitos, e principalmente sobre as realidades das comunidades situadas ao longo do Corredor de Carajás.

A Tabela 1 indica que a informação com o maior número de pessoas alcançadas trata sobre o caso de Piquiá de Baixo (21 de junho 2017), mencionando a assinatura de documento que assegura o aporte financeiro da Fundação Vale e da Vale S.A. no processo de reassentamento da comunidade. No *Facebook*, essa postagem alcançou 3.461 pessoas e teve mais de 90 reações, entre curtidas, compartilhamentos e comentários. Destacamos os números de pessoas alcançadas em cada publicação e as reações do público que acompanha a página para evidenciar as temáticas divulgadas pela *Rede Justiça nos Trilhos*, bem como a marcação da presença das comunidades atingidas nessas publicações. Apesar de tais dados, esta

pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa, por isso não nos aprofundamos na análise de números.

Durante o período de coleta no *Facebook*, não encontramos postagens com referência ao *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*, havendo apenas uma publicação que cita o *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração*. Esta última foi divulgada no dia 29 de junho de 2017 com texto inicial “Em tempos passados o dragão nos apavorava, mas já o enfrentamos [...]”. Podemos considerar que não é objetivo da *Rede* a divulgação de um grande número de informações sobre a realização de seus eventos, uma vez que não identificamos publicações diárias no *Facebook* sobre os dois encontros e nenhuma especificamente sobre o *Encontro Regional*.

Esses elementos também nos fazem refletir sobre a importância na segurança de informações destacada nos depoimentos dos entrevistados e durante as atividades do *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*. Como já indicado aqui, a *Rede Justiça nos Trilhos* foi alvo de espionagem, razão que pode justificar a ausência de matérias e publicações no *site* e no *Facebook* sobre os encontros realizados.

As informações postadas no *site* da *Rede Justiça nos Trilhos* indicadas na tabela abaixo (Tabela 2) seguem as mesmas temáticas do *Facebook*, já que muitas delas são apenas compartilhadas, com a inserção de textos diferenciados no início de cada publicação. A tabela abaixo lista os títulos, as categorias do *site* nas quais foram publicadas e a quantidade de visualizações. Aponta a primeira matéria coletada (publicada em 19 de junho de 2017) como aquela que teve o maior número de acessos (588).

**Tabela 2** - Matérias coletadas no *site* da *Rede Justiça nos Trilhos*

Data	Título	Categoria no site	Visualizações
19.06.17	Comunidades quilombolas e MPE-MA discutem atuação do Comefc.	Destaque	588
23.06.17	Laudo da ANTT mostra precariedade de travessias na Estrada de Ferro Carajás.	Áudio	59
23.06.17	Termo de Cooperação é assinado pela ACMP, Vale S.A., Vale e Caixa Econômica Federal.	Áudio	61
29.06.17	Qual será o legado da mineração para a juventude?	Notícias	271
30.06.17	Comunidades quilombolas e MPE-MA discutem atuação do Comefc.	Áudio	141
30.06.17	Violações de direitos humanos na siderurgia: o caso TKCSA – ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	Publicações	134

Fonte: Elaboração da autora, com base em JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]d.

**Tabela 2** - Matérias coletadas no *site* da *Rede Justiça nos Trilhos*

(conclusão)

Data	Título	Categoria no site	Visualizações
05.07.17	Professor vence primeira batalha contra a Vale	Notícias	237
06.07.17	Formação Política T.I Pindaré, aldeia Piçarra Preta I	Vídeos	125
21.07.17	Encontro reúne comunidades para debater impactos da mineração	Destaque	16

Fonte: Elaboração da autora, com base em JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]d.

A única matéria sobre o *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração* identificada no *site* da *Justiça nos Trilhos*, como mostra a Tabela 2, foi publicada no dia 21 de julho de 2017, com o título “Encontro reúne comunidades para debater impactos da mineração”. Uma notícia curta que teve apenas 16 visualizações e, pelo texto publicado, objetivou apresentar um breve relato sobre o encontro das atingidas e dos atingidos. Esse fato corrobora nossa constatação de que não há um interesse na divulgação específica dos encontros, mas dos contextos e demandas que envolvem as comunidades.

Assim, os dados apontados nas duas tabelas indicam, em sua maioria, publicações que abordam a mobilização das comunidades, os resultados de suas lutas e as suas formas de denúncias e cobranças por direitos. Também são essas as temáticas mais compartilhadas e visualizadas. De acordo com Peruzzo (2013) “a comunicação faz parte dos processos de mobilização dos movimentos sociais populares em toda a história e em conformidade com a capacidade de organização e com os recursos disponíveis em cada época” (PERUZZO, 2013, p. 166). A *Rede Justiça nos Trilhos* se caracteriza dentro dessa conjuntura pela utilização de muitas das práticas comunicacionais nas redes sociais e na internet para a divulgação de seus interesses.

Atualmente a capa da página do *Facebook* apresenta o caso de Piquiá de Baixo a partir de uma fotografia sobre o cotidiano do distrito industrial. São crianças que observam um cartaz de divulgação da luta dos moradores pelo reassentamento. No cartaz, a frase: “Piquiá de Baixo exige justiça social” (Figura 19). Com essa apresentação em sua principal rede social da internet, a *Justiça nos Trilhos* sinaliza o apoio à comunidade de Piquiá de Baixo, que sofre os impactos da mineração e da siderurgia. O destaque no *Facebook* também evidencia o trabalho de divulgação das reivindicações dessa população.

**Figura 19** - Página no *Facebook* da *Rede Justiça nos Trilhos*, em 16 jan. 2018



Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b.

Já no período da coleta de dados, o *Facebook* apresentava em destaque o *banner* do evento “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração” (Figura 20), que também é analisado em nossa pesquisa. O *banner* permaneceu durante os meses de julho e agosto de 2017, afirmando a importância dada ao evento, que teve três edições nos estados do Maranhão e Pará, nas cidades de Belém-PA, Açailândia-MA e São Luís-MA.

Além de apontar uma multiplicidade de atividades, a transição de destaques na página da *Rede* identifica as parcerias construídas na promoção de debates sobre os impactos da mineração no espaço on-line. A partir desses dois casos, percebemos a articulação da *Justiça nos Trilhos* com a Associação de Moradores de Piquiá de Baixo e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração.

**Figura 20** - Página do *Facebook* da *Rede Justiça nos Trilhos*, em 7 ago. 2017



Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b.

Esses exemplos de parcerias fundamentam as abordagens de Melucci (1989), que caracteriza a ação coletiva como um "sistema de relações" e também o que explicam Gohn (2013) e Scherer-Warren (2011), ao caracterizarem a organização em redes como ações dos

novos movimentos sociais. São “sistemas de relações” que se manifestam nas redes sociais e nas redes da internet.

Sobre Piquiá de Baixo, a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo é uma organização que acompanha e representa os moradores do bairro, prepara ações em defesa dos direitos da comunidade e, nos últimos dez anos, trabalha com ênfase pelo reassentamento das pessoas que moram próximo às siderúrgicas, instaladas no distrito desde a década de 1980 (PIQUIÁ DE BAIXO, 2014). Esse período é também representado pela união entre a Associação e os Missionários Combonianos, que mais tarde passaram a atuar na *Rede Justiça nos Trilhos*.

Em 2007 a Associação Comunitária dos Moradores ganhou apoio dos Missionários Combonianos, uma congregação da Igreja Católica, e do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia. A partir daí, a Associação tem participado em um conflito diário com as guseiras, responsáveis pela poluição no bairro, e com a empresa Vale S.A. que fornece a matéria prima para as siderúrgicas e escoar seu produto industrializado, tendo a concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que passa ao lado do bairro. A luta também denuncia a corresponsabilidade dos governos do Município de Açailândia e do Estado do Maranhão (PIQUIÁ DE BAIXO, 2014, on-line).

No segundo caso de articulação com outros atores, o *Facebook* divulga a parceria com o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. A *Justiça nos Trilhos* participa do Comitê desde que ele foi fundado, em 2013. Nesse sentido, a *Rede* participou e continua presente nas articulações com esse movimento, a exemplo da *Exposição e Ciclo de Debates*, já mencionado nesta pesquisa.

Isso mostra uma consolidação da *Justiça nos Trilhos* na defesa dos direitos contra os impactos da mineração, contribuindo para a criação de novas redes de comunidades e movimentos. O Comitê é “uma das principais iniciativas nacionais que se organiza politicamente em defesa dos atingidos pela mineração e de seus territórios” (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017e, on-line), composta por organizações, movimentos sociais, igrejas, pesquisadores, dentre os quais a própria *Justiça nos Trilhos*. Na ocasião da *Exposição e Ciclo de Debates*, a rede também fez parceria com a Universidade Federal do Pará, por meio do grupo de pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia, coordenado pela Professora Dr.<sup>a</sup> Célia Trindade Chagas Amorim, orientadora desta pesquisa.

A relevância dada ao caso de Piquiá de Baixo tanto na página do *Facebook* quanto no *site* da *Rede* também é marcada pela publicação de informações e documentos que foram lançadas em períodos anteriores. É o exemplo da seguinte postagem (Figura 21), sobre a adesão da empresa Vale S.A. ao Pacto Global das Nações Unidas. Na verdade, essa

publicação tem o objetivo de divulgar o relatório *Brasil: quanto valem os direitos humanos* (FIDH, 2011), publicado no *site* da *Justiça nos Trilhos* ainda em 2014.

**Figura 21** - Publicação no *Facebook* sobre adesão da Vale S.A. ao Pacto Global das Nações Unidas



Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b.

Com isso, identificamos um ciclo de atualização na rede social como ferramenta de denúncia dos problemas das comunidades, mas também como forma de visibilizar a insustentabilidade da empresa Vale S.A. e de outras (como as siderúrgicas de Piquiá de Baixo). No caso específico dessa postagem (Figura 21), a empresa é criticada por fazer parte de um pacto global que prioriza o respeito às necessidades das populações atingidas e do meio ambiente, mas na prática não cumprindo com os princípios estabelecidos no Pacto Global.

Os 10 princípios do Pacto Global referem-se a direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ao meio ambiente e combate à corrupção. Passados mais de 10 anos da criação do Pacto Global, várias pesquisas e estudos de caso têm demonstrado que a adesão das empresas ao Pacto foi meramente formal e não alterou as práticas degradantes ao meio ambiente e violadoras dos direitos humanos (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017h, on-line).

Outra publicação no *Facebook* que faz referência a um conteúdo divulgado no *site* em período anterior trata sobre o documentário *Peleja do povo contra o dragão de ferro*, uma produção lançada em maio de 2014, no âmbito do Seminário Internacional Carajás 30 anos. O

objetivo do documentário é abordar os impactos da Vale S.A. por todo o Corredor de Carajás (do Pará ao Maranhão) a partir dos relatos de vidas dos moradores de comunidades atingidas.

**Figura 22** - Publicação no *Facebook* sobre o documentário “Peleja do povo contra o dragão de ferro”



Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b.

A postagem no *Facebook* foi registrada no dia 23 de junho de 2017, mas o documentário foi publicado no *site* da *Rede* em nove de junho de 2014. O texto indicado na figura acima (Figura 22) faz um convite para que o internauta assista ao documentário, proporcionando assim uma interação entre aqueles que já acompanham a rede social com os conteúdos do *site*. O conteúdo da postagem também evidencia o recrudescimento dos impactos gerados cotidianamente na vida da população. Três anos após o lançamento do documentário no *site*, o discurso das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. se repete na rede social. A produção audiovisual se torna uma estratégia para a afirmação de tais discursos.

Como característica, um dos “*menus*” do *site* denomina-se “Comunidades” (Figura 23) e documenta os impactos e resistência das comunidades atingidas pela Vale S.A. As informações contidas nesse espaço são utilizadas e reutilizadas na página do *Facebook*, direcionando os usuários para conteúdos fixos. Trata-se de uma estratégia de atualização de dados e repetição de conteúdos com o intuito de gerar incidência com as suas reivindicações.

**Figura 23 - Menu "Comunidades" no site da Rede Justiça nos Trilhos**

**Justiça nos Trilhos**

Notícias Audiovisual Publicações Comunidades Jurídico Internacional Quem Somos Contato

## Comunidades

**Auzilândia – MA**  
 Auzilândia é uma comunidade rural localizada no município de Alto Alegre do Pindaré (MA), com uma população de cerca de 8 mil pessoas. Tem seu território dividido em dois pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), sendo que de um lado ficam bairros como a Travessa Carajás e a Vila Nova, e do outro os demais [...]

4.006 visualizações

**Capotal – MA**  
 Sobre a comunidade Capotal é uma comunidade do município de Anajatuba (MA), o único acesso dos moradores ao centro urbano-administrativo da cidade fica às margens da ferrovia no km 106. A comunidade, está localizada em uma região denominada de Baixada maranhense, que tem como principal característica as planícies baixas que alagam na estação chuvosa, formando [...]

3.630 visualizações

**Vila Labote – MA**  
 Labote é um povoado rural localizado à a 18Km da sede do município de Buriticupu (MA) e tem como principal via de acesso uma estrada de terra a partir da BR-222, que é cortada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC). Sua ocupação remonta à década de 1980...

Fonte: REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]c.

Essa forma de atuar também é importante para a construção da cidadania dentro das comunidades atingidas que têm os seus sujeitos visibilizados nesse tipo de produção. De acordo com a *Justiça nos Trilhos*, os documentários têm a função de levar o debate sobre os impactos da mineração para fora e para dentro das comunidades. Esse contexto pode ser caracterizado pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, conforme Peruzzo (2005), por meio das quais “cada vez mais se potencializa o acesso do cidadão ao poder de comunicar, claro que uma vez reduzidas às desigualdades de renda, de educação e de acesso à internet” (PERUZZO, 2005, p. 16).

Ao passo que têm suas histórias protagonizadas nas redes sociais da internet e em diversos tipos de produção midiática (áudio, vídeo, texto), as atingidas e os atingidos recuperam valores como o desejo de mudança, autoestima, criticidade, uma vez apagados pela naturalização de uma vida condicionada às limitações e violações de direitos impostos pela mineradora Vale S.A.

É importante ressaltar que o protagonismo das comunidades atingidas pela Vale S.A. é visibilizado nas mídias da *Justiça nos Trilhos* como uma ação que acontece de dentro para fora, contradizendo a característica hegemônica dos grandes projetos de “desenvolvimento” na Amazônia. Por esse entendimento, recupera-se o pensamento de Amorim (2018) sobre essa

comunicação que, de acordo com a pesquisadora, defende tanto na sua concepção político-ideológica quanto no seu *modus operandi* “um paradigma de desenvolvimento voltado para a causa pública da Amazônia, o que implica em valores e práticas mais horizontalizados e críticos, assentados na construção de mudanças sociopolíticas efetivas na região”. (AMORIM, 2018, p. 27, no prelo).

Por tal motivo, as articulações, manifestações, debates e formações, dentre outras atividades, acontecem nos territórios e são divulgadas e compartilhadas por meio das tecnologias da informação. Assim relata a matéria divulgada no *site* da *Rede*, no dia 19 de junho de 2017 (Figura 24).

Figura 24 - Matéria sobre comunidades quilombolas do Maranhão

## Comunidades quilombolas e MPE/MA discutem atuação do COMEFC

segunda-feira, 19 de junho de 2017

   588 visualizações

O consórcio tenta mediar recursos da mineradora Vale S.A. e as comunidades, mas não há consulta pública e nem transparência na prestação de contas



Foi realizada na manhã do dia 17 de junho de 2017, no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru-Mirim, uma reunião entre sociedade civil e Ministério Público do Maranhão (MPE/MA) para discutir a atuação do Consórcio dos Corredores Multimodais do Maranhão (COMEFC) nos territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo. Desde 2013, quando foi criado, o consórcio vem se colocando como o mediador da mineradora Vale S.A. e as comunidades afetadas pela empresa no que se refere ao repasse das verbas de compensação da Vale. Participaram da reunião mais de 50 pessoas, representando 19 comunidades quilombolas. Também participaram do encontro grupos de estudos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), entidades de defesa dos Direitos Humanos e Povos Tradicionais, além de jornalistas e advogados.

Após denúncias de desvios de verbas de comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim, durante a gestão do ex-prefeito Magno Amorim, o Ministério Público, representado pelo promotor de Justiça Benedito Coroba, atuando em substituição pela 2ª. Promotoria de Justiça da Cidadania de Itapecuru-Mirim, ouviu as comunidades e encaminhará as denúncias feitas sobre a falta de fiscalização do COMEFC, que criou as condições para o desvio de mais de R\$ 3 milhões destinados à construção de escolas, unidades básicas de saúde e projetos de geração de emprego e renda. Além do desvio de verbas, foram apontadas a não conclusão de obras, construção de poços em locais diferentes da destinação original, entre outras irregularidades que provocaram a propositura de ação de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público Estadual em tramite na comarca de Itapecuru-Mirim

A notícia recente da possível liberação de R\$ 57 milhões de fundos públicos, oriunda do processo de privatização da empresa Vale S.A. em 1997, preocupa as comunidades. O recurso que poderia ser gerenciado apenas pelo governo do Estado, poderá ser administrado pelo consórcio. A decisão foi acordada em reunião realizada no Rio de Janeiro em 17 de março desse ano, entre o governo do Estado, prefeitos consorciados ao COMEFC e o BNDES. Assim, as comunidades apresentaram ao Ministério Público seu total repúdio a tal decisão do Estado, uma vez que o COMEFC, em sua atuação em Itapecuru-Mirim, demonstrou incompetência para fiscalizar e regular a aplicação de recursos nas comunidades quilombolas.



Além disso, foi colocado ao representante do MP-MA a ausência de prestação de contas do COMEFC perante a sociedade civil – que já buscou informações públicas junto ao consórcio e prefeituras consorciadas, mas sem sucesso – e também perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE), que desde a criação do consórcio em 2013 não registrou nenhuma prestação de contas. O COMEFC é um consórcio público de direito público, e por isso é obrigado por lei a prestar contas de sua atuação aos órgãos de fiscalização, como o TCE.

Durante a reunião, foi criado o Conselho quilombola para fazer o controle social do COMEFC e a redação de uma carta de repúdio ao COMEFC. Foi feito também o pedido de uma audiência pública com Flávio Dino, governador do Estado; Rodrigo Lago, Secretário Estadual de Transparência e Controle; Gerson Pinheiro de Souza, Secretário Estadual de Igualdade Racial; e Pedro Celestino,

representante da Fundação Cultural Palmares no Maranhão.

Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017f.

Compartilhada no mesmo dia na página do *Facebook*, a matéria (Figura 24) aborda a articulação de comunidades quilombolas em denúncia contra o Consórcio dos Corredores Multimodais do Maranhão (COMEFEC). O consórcio foi criado em 2013, com o objetivo de administrar uma parte da compensação financeira resultante das atividades de mineração nos municípios do Corredor de Carajás. As comunidades denunciaram desvios de verbas e falta de fiscalização, como diz o seguinte trecho.

Após denúncias de desvios de verbas de comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim, durante a gestão do ex-prefeito Magno Amorim, o Ministério Público, representado pelo promotor de Justiça Benedito Coroba, atuando em substituição pela 2ª. Promotoria de Justiça da Cidadania de Itapecuru-Mirim, ouviu as comunidades e encaminhará as denúncias feitas sobre a falta de fiscalização do COMEFEC, que criou as condições para o desvio de mais de R\$ 3 milhões destinados à construção de escolas, unidades básicas de saúde e projetos de geração de emprego e renda. Além do desvio de verbas, foram apontadas a não conclusão de obras, construção de poços em locais diferentes da destinação original, entre outras irregularidades que provocaram a propositura de ação de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público Estadual em tramite na comarca de Itapecuru-Mirim (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017f, on-line).

As denúncias sobre o caso de irregularidades no COMEFEC começaram no território a partir de debates com o Ministério Público Estadual, depois ganhando o espaço das redes sociais da *Justiça nos Trilhos*. Em janeiro de 2018, o tema foi pauta nos telejornais da TV Mirante de Comunicação, afiliada à Rede Globo no estado do Maranhão, uma das poucas vezes em que a emissora propôs a discussão das ações da mineradora Vale S.A. e dos governos municipais.

Esses dados esclarecem o valor das manifestações populares no exercício da cidadania e reforçam o que diz Castells (2015), ao afirmar que “a organização pela internet depende de interações presenciais anteriores, que ao convergirem em uma localidade de eventos, cria novas ocasiões para maiores interações presenciais” (CASTELLS, 2015, p. 396). Portanto, a internet é importante para a organização das comunidades em redes locais e globais, mas sem a interação face a face torna-se menos efetiva.

Os exemplos das comunidades quilombolas e de Piquiá de Baixo somam-se a outros casos específicos publicados no *Facebook* e no *site* da *Rede Justiça nos Trilhos*, constituindo assim uma rede de diversas comunidades que buscam romper com o silenciamento de vozes e demandas sociais. Das 11 postagens identificadas no *Facebook*, dez representam o cotidiano vivido nos territórios e as formas de articulações dos movimentos parceiros da *Rede*. Esse fato que advoga para a hipótese de que a característica da *Justiça nos Trilhos* é baseada em uma atuação de redes de comunidades e movimentos sociais, a partir de uma rede maior, a comunicacional.

As duas postagens sobre questões específicas divulgadas na página são: (1) um cartaz sobre o evento “Romaria Nacional do Cerrado”; e (2) uma matéria sobre a ação judicial da mineradora Vale S.A. contra um professor do estado do Pará. Na segunda postagem, o professor é acusado de “fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite, conforme artigo 345 do Código Penal” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017g, on-line).

Mesmo sendo um caso individual tratado nessa matéria, observada tanto no *Facebook* quanto no *site* durante o período da pesquisa, trata-se de uma temática recorrente nos territórios afetados pela Vale S.A. Nas entrevistas realizadas durante os encontros da *Rede*, identificamos alguns dos moradores que sofrem acusações semelhantes por parte da mineradora Vale S.A. Eles são processados e recebem o apoio do eixo jurídico da *Justiça nos Trilhos*, mas em alguns casos são proibidos de se aproximarem da Estrada de Ferro Carajás.

A matéria sobre a acusação do professor Evandro Costa de Medeiros (Figura 25) é peculiar para nós, porque é a única entre a seleção feita nesta pesquisa que tem como fonte um veículo de comunicação externo. Essa notícia foi produzida pelo jornal “Correio de Carajás”, do estado do Pará, tem como título “Professor vence primeira batalha contra a Vale”, e foi compartilhada pela *Justiça nos Trilhos* no dia cinco de julho de 2017, tanto no *site* quanto no *Facebook*.

**Figura 25** - Matéria sobre acusação de professor, compartilhada na página do *Facebook*



Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHOS, [20--]b.

Ela é importante também para fazermos referência ao conflito presente nas discussões sobre mineração apresentadas até aqui. Como afirma Melucci (1989), o conflito social é condição básica para a existência dos movimentos sociais e afetam as suas ações coletivas. “Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58).

Percebemos nos conteúdos publicados pelas redes sociais da *Justiça nos Trilhos* a conflitualidade entre a Vale S.A. e os atores que compõem as comunidades e movimentos de atingidos. Nessa matéria (Figura 25), palavras como “vence” “batalha”, “justiça”, “vítimas”, “processados”, “criminalizados” e “liberdade” representam as relações construídas pelas populações com a mineradora e caracterizam tal conflito. São relações complexas que mudam ao longo do tempo, os contextos político, econômico, social e cultural. Melucci (1989) explica:

Os conflitos revelam uma mudança maior na estrutura dos sistemas complexos e novas contradições aparecem, afetando sua lógica fundamental. Por um lado, sistemas altamente diferenciados produzem cada vez mais e distribuem recursos pela individualização, pela auto-realização, por uma construção autônoma das identidades pessoais e coletivas. E isso é porque os sistemas complexos são sistemas informacionais e não podem sobreviver sem assumir uma certa capacidade autônoma nos elementos individuais, que têm de ser capazes de produzir e receber informação. Conseqüentemente, o sistema deve aperfeiçoar a autonomia dos indivíduos e grupos e sua capacidade para se tornarem terminais efetivos de redes informacionais complexas (MELUCCI, 1989, p 58).

As práticas comunicativas das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A., construídas em redes, colaboram para novas formas de relações entre os atores envolvidos no contexto da mineração. Assim como percebido na análise das entrevistas realizadas com os sujeitos desta pesquisa, a alteridade aparece como elemento central nas ações comunicacionais da internet. Uma condição que também é resultante do conflito no qual esses sujeitos se identificam.

As demandas são visibilizadas no espaço virtual a partir da definição de um conflito comum e da pluralidade. Matérias intituladas como “Professor vence primeira batalha contra a Vale” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017g) e “Comunidades quilombolas e MPE-MA discutem atuação do COMEFC” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017f) representam não só os problemas de um professor ou de uma comunidade, mas de uma heterogeneidade de pessoas e territórios.

Portanto, as redes sociais da internet são usadas como “um novo ambiente para se exercitar a cidadania comunicacional, facilitado pelas possibilidades oferecidas pela

interatividade, pelo intertexto e pela comunicação de todos com todos” (PERUZZO, 2005, p. 8). Usos precedidos de relações sociais compartilhadas em comunidades.

## 6 CONCLUSÃO

O estudo realizado até aqui com a *Rede Justiça nos Trilhos* nos permitiu considerar que a articulação comunicativa de comunidades, movimentos sociais e diferentes atores inseridos no contexto dos impactos da mineração realiza processos amplos de interação social, ações dialógicas e comunitárias que contribuem na ampliação da cidadania. Identificamos esses processos a partir de uma perspectiva do direito de comunicar e da comunicação como direito humano. Considerações mencionadas nas discussões de Paulo Freire (1983) e Cicília Peruzzo (2009), dentre outras.

A questão problema que conduziu a presente pesquisa foi a seguinte: como as articulações comunicativas da *Rede Justiça nos Trilhos* são desenvolvidas com as comunidades e movimentos sociais de atingidos pela Vale S.A.? Para tanto, buscamos cumprir com os objetivos de identificar e analisar as formas e estratégias comunicacionais construídas pela *Rede* durante os encontros de atingidas e atingidos; de observar as perspectivas de atuação em rede com as comunidades que compõem a *Justiça nos Trilhos*; e de registrar a diversidade dos atores que fazem parte da *Rede* e suas perspectivas de enfrentamento à Vale S.A.

O histórico da *Rede Justiça nos Trilhos* nos apresentou atos comunicativos que se alinham às discussões teóricas usadas para fundamentar esta pesquisa (AMORIM, 2014, 2018; CASTELLS, 2013, 2015; FREIRE, 1983; GOHN 2013, 2014; MELUCCI, 1989; MOUFFE, 2003, 2015; PAIVA, 2003; PERUZZO, 2005, 2009, 2013, 2017; PINSKY; PINSKY, 2013; SCHERER-WARREN, 2006, 2011; TOURAINÉ 1989, 1998; WOLTON, 2010). A atuação em rede, a busca pela cidadania, a transformação social e o direito de comunicar foram contextualizados e exemplificados pelas vozes dos entrevistados presentes no *Encontro da Juventude Atingida pela Mineração* e no *Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração*, bem como pela observação participante nesses encontros e durante a *Exposição e Ciclo de Debates “Do rio que era doce ao outro lado dos trilhos, os danos irreversíveis da mineração”*. Além disso, as comunicações observadas no *site* e *Facebook* expuseram objetivos em comum com os debates ocorridos nas redes sociais (encontros presenciais).

A nossa hipótese foi que a *Justiça nos Trilhos* pode ser considerada como uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais que atua em defesa das atingidas e dos

atingidos pela Vale. S.A. na Amazônia, de forma articulada, nos espaços físicos (encontros, manifestações, formações, etc.) e na internet, para denunciar impactos e promover direitos por meio de ações locais, nacionais e internacionais. Castells (2013, p. 162) nos ajudou na concepção de que atores sociais, quando conectados em redes, sejam elas sociais sejam mediadas pelas tecnologias, são estimulados a construir "um ambiente comunicacional" de mudanças.

Nesse mesmo sentido, Scherer-Warren (2011) diz que, em rede, os movimentos transformam-se em busca da realização de objetivos, da ampliação de atividades, com isso ajudando na expansão da cidadania. A comunicação em rede acontece na *Justiça nos Trilhos* por meio dos seus encontros de atingidas e atingidos, das articulações com parceiros internos e externos (locais, nacionais e internacionais) e pelas redes sociais da internet, como o *Facebook* e o *site*. Ações que foram analisadas aqui e que fazem parte de um contexto amplo de atuação, o que foi constituindo a própria história da *Justiça nos Trilhos*.

As atingidas e os atingidos que compõem a *Rede* e participaram das entrevistas reforçaram que, nos últimos 10 anos de trabalho, o amadurecimento de reflexões, as parcerias internas e externas, as mudanças dos adversários e as conjunturas políticas e sociais mudaram seus posicionamentos, estratégias e alguns objetivos. Esses atores são diversificados: homens, mulheres, jovens. Eles constituem um universo formado por moradores de comunidades atingidas pela Vale S.A., pesquisadores, jornalistas, educadores populares, religiosos, advogados, entre outros. Com isso, participam de grupos que também têm suas especificidades: associações de moradores, grupos de pesquisas acadêmicas, grupos de jovens, sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais, etc. É essa diversidade que marca a identidade da *Rede Justiça nos Trilhos*.

A identificação da mineradora Vale S.A. como um adversário reforçou os estudos mencionados por Mouffe (2003), nos quais aborda a busca por uma democracia radical baseada nas relações entre adversários e não inimigos. Uma questão que identificamos nos modos de atuação da *Justiça nos Trilhos*, caracterizados pelo diálogo, pela conversa, e baseados em um posicionamento crítico e contestador. Manifestações que objetivam, portanto, mudar não somente as realidades das comunidades atingidas pela Vale S.A., mas também o modo de atuar da própria mineradora.

Nesse contexto, o conflito pode ser visto como um lugar privilegiado para o estabelecimento da interação dialógica (FREIRE, 1983). A partir das relações construídas entre as atingidas e os atingidos pela Vale S.A. foram estabelecidos vínculos, identificações, confiança, debates, tensões e ideias coletivas. Contribuindo com práticas educativas e

políticas pensadas no âmbito das redes comunicativas da *Justiça nos Trilhos*, que superaram o esforço da luta individual.

Portanto, destacamos o sentido comunitário, político e cidadão praticado pelas atingidas e atingidos. São diferentes formas de “expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social” (PERUZZO, 2009, p. 47).

A comunicação exercida pelas comunidades e movimentos de atingidas e atingidos, em específico os que são impactados pela Vale S.A., ajuda na ampliação da cidadania por serem eles espaços comunicativos e educativos pensados de dentro para fora, como destacaram os nossos entrevistados. As pautas, demandas e interesses são originados nas comunidades, mediante a identificação de conflitos e impactos socioambientais.

A articulação em rede consegue pressionar a imprensa local, regional, nacional e internacional para a cobertura de determinadas pautas construídas pelas comunidades atingidas. Quando as temáticas dessas comunidades são divulgadas na grande imprensa, o mais significativo não é fato de que uma audiência maior terá conhecimento e crítica sobre o assunto. Antes, a informação noticiada possibilita reações de reconhecimento e fortalecimento no processo de luta dentro dos territórios pelos atingidos e atingidas. A atribuição de tais sentidos só é possível com o devido retorno às comunidades, sobretudo, aquelas que são carentes de acesso à tecnologia.

Ora, precisamos admitir que os contextos nos quais se realizam os processos comunicativos da *Rede Justiça nos Trilhos* têm uma série de propriedades que devem ser levadas em consideração: o número de comunidades atingidas pelos impactos da mineração em todo o Corredor de Carajás (Pará e Maranhão); os diferentes níveis de mobilização das comunidades e dos atores sociais que compõem a *Rede*; o nível de consciência de direitos entre as atingidas e os atingidos; o acesso às tecnologias de comunicação e informação nos territórios; e a presença da mineradora Vale S.A.

Por mais que a *Justiça nos Trilhos* tenha em sua missão o apoio às comunidades do Corredor de Carajás, afetadas pela Vale S.A., não é possível um mesmo acompanhamento para a totalidade das comunidades. De acordo com a própria *Rede*, são mais de cem – e dos mais variados tipos: quilombolas, indígenas, pescadores, urbanas, camponeses, assentados, etc. A presença nos territórios, as articulações e o contato diário tornam-se desafios a serem concretizados.

Essas comunidades, por sua vez, encontram-se em diferentes níveis de organização e mobilização frente aos impactos provocados pela Vale S.A. Durante as entrevistas o ator social denominado “Concórdia” descreveu esse contexto: “ainda não existe uma suficiente consciência da comunidade, a consciente capacidade de amparar as reivindicações e a suficiente precisão em identificar as instituições que podem responder a elas” (informação verbal)<sup>47</sup>. Além disso, numa mesma comunidade, existem atores que são mais sensibilizados pelos impactos decorrentes da mineração do que outros, o que provoca o surgimento das lideranças comunitárias. Essa conscientização política é fundamental para as mobilizações e cobranças de direitos.

O exercício de uma comunicação comunitária e em rede pode ser limitado pela falta de acesso às tecnologias da informação - uma problemática que está ligada principalmente às comunidades rurais, mais distantes dos centros urbanos atingidos pela Vale S.A. Ainda existem realidades com pouco ou nenhum acesso à internet, sem contato com aparelhos de celulares e computadores. Nesses territórios, em particular, as práticas comunicativas da *Rede Justiça nos Trilhos* só podem acontecer, de fato, com o encontro face a face, a partir da partilha de informações e a construção de sentidos.

Apesar de tais dificuldades, Célia Trindade Amorim (2014) ressalta que as articulações e participações políticas coletivas na internet, de matriz alternativa, tornam-se fundamentais para a Amazônia, principalmente porque a região possui grandes dimensões. “O acesso ainda é difícil, lento, caro, mas as redes de computadores têm possibilitado, gradualmente, novas formas de organização, participação e solidariedade comunitária na região” (AMORIM, 2014, p. 55).

A presença da Vale S.A. nas comunidades é estratégica. A empresa trabalha com o que ela chama de “ações de sustentabilidade”, desenvolvendo “projetos sociais” por meio de seus técnicos e pesquisadores nos municípios localizados ao longo do Corredor de Carajás. Os nossos entrevistados mencionaram que muitas dessas ações contribuem para a desarticulação da luta dos atingidos, uma vez que são projetos que não dialogam com os interesses das comunidades. Do mesmo modo, as promessas de empregos com a chegada de novos empreendimentos criam em muitos moradores expectativas de mudanças de trabalho e de vida. Porém, quando as promessas são cumpridas, em sua maioria, são empregos temporários e com remunerações baixas. Trata-se, assim, de um contexto que cria vínculos de dependência às atividades de mineração.

---

<sup>47</sup> CONCÓRDIA. Entrevista concedida à pesquisadora. Imperatriz: 24 out. 2017.

Muitas das atividades da empresa focalizam o público jovem, uma resposta para a importância de experiências que priorizam a articulação da juventude atingida pela mineração, como vimos com o *Encontro da Juventude*. A valorização dos atores jovens, segundo Melucci (1997), ajuda-nos a elaborar análises novas, bem como a refletir sobre processos de continuidade nas mobilizações – questões percebidas nos objetivos da *Rede*. Os jovens de comunidades atingidas foram observados em funções de coordenação de atividades, manifestações e debates coletivos.

Portanto, com esta pesquisa reforçamos a *Justiça nos Trilhos* como uma rede comunicativa de comunidades e movimentos sociais que atua em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia, em escalas local, nacional e internacional. O protagonismo das comunidades, a participação das atingidas e dos atingidos nas redes de comunicação e a busca por transformação social são alguns dos motivos que justificam tal entendimento.

Entretanto, não temos a intenção de amarrar a *Rede* dentro de um conceito, seja ele o de comunicação comunitária, alternativa, popular seja o de movimento social. As características do objeto e desses conceitos apresentam fronteiras tênues, ao mesmo tempo em que se conectam, ambas amparadas em diferentes graus pelas ações da *Justiça nos Trilhos*. A essência comunicativa do objeto também foi marcada pelas vozes dos entrevistados, que descreveram as suas dificuldades e conquistas em busca da cidadania. Uma história de 10 anos, mas que mantém dentre as suas missões o objetivo de que “as comunidades vistam com uma motivação tão forte um amadurecimento estratégico tão claro, que a *Justiça nos Trilhos* não precise mais existir” (informação verbal)<sup>48</sup>.

Esses resultados e discussões foram importantes para destacarmos processos comunicacionais construídos no âmbito das relações sociais, nas práticas cotidianas de grupos que, em diversos contextos, são silenciados em detrimento do avanço da exploração mineral. Falamos de processos comunicativos que buscam romper com o silêncio, divulgar demandas populares e exigir diretos (FREIRE, 1983).

Amparados por Melucci (1989), lançamo-nos ao desafio de estudar diferentes processos, em conjunto com as articulações internas e externas do objeto de pesquisa. Procuramos entender com a *Justiça nos Trilhos* não somente o “porquê” de os movimentos de atingidas e atingidos existirem e atuarem em rede, mas “como” eles se organizam, articulam e

---

<sup>48</sup>CONCÓRDIA. Entrevista concedida à pesquisadora. Imperatriz: 24 out. 2017.

rearticulam, ampliando o debate sobre os impactos da mineração para um contexto político, cultural e social mais amplo.

Por fim, gostaríamos de mencionar a importância de fazer parte do universo desta pesquisa para desenvolvê-la e apontar essas considerações. A nossa participação *in loco* teve o objetivo de mostrar criticamente o contexto das comunidades e movimentos sociais que são impactados pela Vale S.A. na Amazônia. Consideramos um caminho importante para evidenciar as funções da comunicação humana, voltada para o desenvolvimento da cidadania, que contribuem para o avanço da sociedade, não apenas para grupos isolados.

Assim, na academia, o nosso intuito é divulgar uma temática pouco analisada pelo viés dos atores que são atingidos, marginalizados, discriminados e criminalizados. Uma proposta que advoga sobre a hipótese levantada e cumpre com os objetivos estabelecidos. Por outro lado, possibilita caminhos para novos estudos e percepções sobre as formas de organização das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia, em outras regiões do Brasil e em outros países.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. M.; ABADE, F. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Recimam, 2008.
- AMARAL, T. A cobertura do Fórum Social Mundial de 2009. **Carta Maior**, [on-line], 19 mar. 2010. Movimentos Sociais. Disponível em: <<https://goo.gl/emFF41>>. Acesso em: 30 jul. 2017.
- AMARAL FILHO, N. C. As perigosas fronteiras da “comunidade”: um desafio a comunicação comunitária. In: PAIVA; R.; SANTOS; C. H. R. (Org.). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 75-87.
- AMORIM, C. R. T. C. (Org.). **A força da contra hegemonia: apontamentos de Comunicação alternativa na Amazônia**. Belém: 2018, sem número de página. No prelo.
- AMORIM, C. R. T. C.; SANTOS, L. P. Articulação Internacional das Atingidas e dos Atingidos pela Vale S.A.: ações de contra-hegemonia nas redes sociais da internet e das ruas. In: AMORIM, C. R. T. C. (Org.). **A força da contra hegemonia: apontamentos de Comunicação alternativa na Amazônia**. Belém: 2018. p. 1-19. No prelo.
- \_\_\_\_\_. Rede Somos todos Lúcio Flávio Pinto: rebeldia e ativismo político amazônico na web. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 19, p. 47-62, jul./dez. 2014.
- ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. Atividades. **Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale**, [on-line], 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/SDxqm1>>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2015**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/zwrVZw>>. Acesso em: 21 jun. 2017.
- AVRITZER, L.; LYYRA, T. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento: Entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. **Novos Estudos**. n. 40, p. 152-166, nov. 1994.
- BARBOSA, B. Qual é o futuro do Fórum Social Mundial? **Carta Capital**, [on-line], 26 jan. 2016. Sociedade. Disponível em: <<https://goo.gl/GJyaua>>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, set. 2001.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BRASIL. O que é planejamento participativo? **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**, [on-line], [20--]. Disponível em: <<https://goo.gl/CE3wy4>>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Editó Perspectiva, 1982.

CANOFRE, F. Especial FSM – 2013: O ano em que as mulheres árabes se fizeram protagonistas. **Sul21**, [on-line], 26 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Ky8Mwd>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

CARMO, E.; CASTRO, E. M. R.; PATRICIO, J. C. S. Mineração e neo-extrativismo de commodities e conflitos. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 18, p. 51-71, set./dez. 2015.

CARVALHO, M. S11D duplicará lucros, mas já triplica conflitos. **Revista Não Vale**, Imperatriz, n. 3, p. 44-49, 2016-2017. Disponível em: <<https://goo.gl/VKWmnY>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2015.

COUTINHO, E. G. A Comunicação do Oprimido: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia. In: PAIVA; R.; SANTOS; C. H. R. (Org.). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 61-74.

DIAS, T. M. **Movimentos sociais em áreas de mineração na Amazônia brasileira: ressonâncias e dissensos na proposição de um modelo de desenvolvimento alternativo**. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

EMIR, A. Ferrovia Carajás transportou mais de 80 milhões de toneladas no primeiro semestre. **Maranhão Hoje**, [on-line], 28 jul. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/gUDLQC>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

ESPAÇO FSM PORTO ALEGRE. Fórum Social Mundial. **Espaço FSM Porto Alegre**, [on-line], [20--] Disponível em: <<https://goo.gl/fuZuGr>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

FACHIN, P. Benefícios econômicos gerados pela mineração não revertem em desenvolvimento humano. Entrevista especial com Heloísa Pinna Bernardo. **IHU on-line**, [on-line], 15 jan. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/X7nYtg>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - FIDH. **Brasil: quanto valem os direitos humanos?** [S.l.]: FIDH, 2011.

FERNANDES, D. A. **A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. 2011. 313 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FERREIRA, C. C. **Vozes da terra: o diálogo como tática para a construção de relações em rede**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

FERREIRA, J.; VIZER, E. Movimientos sociales: nuevas tecnologías para nuevas militâncias. In: FERREIRA, J.; VIZER, E. (Org.). **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 23-52.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FIGUEIRÊDO, A. A. F.; QUEIROZ, T. N. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-10.
- GOHN, M. G. Comunidade: origens, ressignificações e articulações com o poder local no século XXI. In: SOUZA, M. A.; COSTA, L. C. (Org.). **Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI**. 2 ed. Ponta Grossa: UEPG, 2010, p. 15-30.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GORCZEWSKI, C.; MARTIN, N. B. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.
- HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 123-142.
- INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL - PACS. Carta manifesto: Justiça para os moradores e pescadores de Santa Cruz e da Baía de Sepetiba. **PACS**, [on-line], 28 jan. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/k5LxMn>>. Acesso em: 1 ago. 2016.
- JUSTIÇA NOS TRILHOS. Justiça nos trilhos! A vida do povo e a Vale ao longo da Estrada de Ferro Carajás. **Principo.org**, [on-line], [20--]a. Disponível em: <<https://goo.gl/x6e69q>>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- \_\_\_\_\_. Justiça nos Trilhos. **Facebook**, [on-line], [20--]b. Página no Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/XSVMnn>>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. Comunidades. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], [20--]c. Disponível em: <<https://goo.gl/Z25UPc>>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- \_\_\_\_\_. Justiça nos Trilhos. [on-line]: [20--]d. Website. Disponível em: <<https://goo.gl/KZxixd>>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- \_\_\_\_\_. Seminário Carajás 30 anos: conclusões e continuidade. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 12 maio 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/JiQYtC>>. Acesso em: 2 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. Uma jornada no rastro dos trilhos da Vale. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 29 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/vQX3TF>>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Quem somos. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 2017a. Disponível em: <<https://goo.gl/4z6SoA>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Vale no centro do conflito de terra em Canaã dos Carajás. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 29 nov. 2017b. Disponível em: <<https://goo.gl/eviSJj>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Jovens de Açailândia ganham prêmio Fapema. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 7 dez. 2017c. Disponível em: <<https://goo.gl/FynBUb>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Mulheres denunciam impactos provocados por grandes projetos. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 20 set. 2017d. Disponível em: <<https://goo.gl/cC7hSp>>. Acesso em 7 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Belém recebe mostra e ciclo de debates sobre impactos da mineração. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 1 ago. 2017e. Disponível em: <<https://goo.gl/PYUECJ>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Comunidades quilombolas e MPE/MA discutem atuação do COMEFC. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 19 jun. 2017f. Disponível em: <<https://goo.gl/3kVQcR>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Professor vence primeira batalha contra Vale. **Justiça nos Trilhos**, [on-line], 5 jul. 2017g. Disponível em: <<https://goo.gl/4J1dXt>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. “Desde o dia 12 de setembro de 2007, a Vale é membro do Pacto Global...”. **Facebook**, [on-line], 2017h. Disponível em: <<https://goo.gl/LtVDKk>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Quanto vale a vida?** Dados sobre atropelamento na Estrada de Ferro Carajás. Açailândia: [s.n.], 2018. no prelo.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, M. E. B. Um outro mundo é possível. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n. 2, 652-654, jul./dez. 2003.

LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Comunicação, poder e cidadania. **Rastros: Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação**, Joinville, v. 7, n. 7, p. 8-16, out. 2006.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulos, 2008. p. 327-348.

MADEIRA, W. V. **Modelos de desenvolvimento econômico e ordenamento territorial na Amazônia: rupturas e continuidades no corredor Açailândia – São Luís (MA)**. 2015. 234 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MARANHÃO. Agências do Sine-MA. **Secretaria do Trabalho e Economia Solidária**, [on-line], [20--]. Disponível em: <<https://goo.gl/UGSrij>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

MARTINO, L. M. S. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 40-49, jan./jun. 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 51-79.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

\_\_\_\_\_. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 5-14, set./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México, D.F.: El Colégio de México, 1999.

MILANEZ, B. et al. Injustiça ambiental, mineração e siderurgia. In: PORTO, M. F. PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 175-205.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-30.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, jan./abr. 2005.

MORAES, M. L. Q. Cidadania no feminino. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 495-516.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

NUNES, M. V. Rádios Comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 95-118.

ODALIA, N. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 158-169.

OLIVEIRA, C. R. **Quem é quem no novo código da mineração**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2013.

OLIVEIRA JR, A. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 9, n. 1, p. 37-53, jan-jun. 2009.

OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R.; FERNANDES, D. A. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014.

OLIVEIRA, N. S.; MAIO, M. C. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. v. 26, n. 3, p. 521-550, set./dez. 2011.

PAIVA, R. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 2, n. 3, p. 18-41, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v. 12, n. 2, p. 46-61, maio/ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea: comunicação e cultura**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 138-158, jan./abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2017a.

\_\_\_\_\_. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, v. 3, n. 23, p. 161-190, primavera 2017b.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, L. F. Carajás: ontem, hoje e nunca mais? **Revista Não Vale**, Açailândia, n. 2, p. 56-61, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/Z4QSJc>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. A Vale e o Círio. **Lúcio Flávio Pinto**, [on-line], 23 set. 2014. Economia, Grandes Projetos, Minério. Disponível em: <<https://goo.gl/V82YCW>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. S11D Começou. **Lúcio Flávio Pinto**, [on-line], 17 dez. 2016. Grandes Projetos, Minério. Disponível em: <<https://goo.gl/KKEFaY>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

PIQUIÁ DE BAIXO. Piquiá de Baixo luta! **Piquiá de Baixo – Justiça nos Trilhos**, [on-line], 18 jan. 2014. **Conflito**. Disponível em: <<https://goo.gl/Eg97Ux>>. Acesso em 19 jan. 2018.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL - RBJA. **Carta pública: contra um diálogo seletivo e excludente**. Fortaleza: RBJA, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/P8trLn>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

RIBEIRO JR, J. A. S.; MARINHO, S. C. O Estado brasileiro, a economia da Vale na Amazônia maranhense e a Rede Justiça nos Trilhos. **Geografia Ensino e Pesquisa**, v. 17, n.3, p. 34-53, set./dez. 2013.

SADER, E. Uma breve história do Fórum Social Mundial. **Carta Maior**, [on-line], 1 fev. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/kSkhX6>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SOUZA, F. D. S. **Rotina jornalística do núcleo de comunicação da rede Justiça nos Trilhos**. 2016. 104 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2016.

SPOSITO, M. P. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, n. 13, p. 73-94, jan./abr. 2000.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 5-18, jun. 1989.

\_\_\_\_\_. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

VALE. Complexo S11D Eliezer Batista. **Vale**, [on-line], 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/qS35KG>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Sobre a Vale. Quem somos. **Vale**, [on-line], 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/MFHB2N>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZAGALLO, J. G. C. A “privatização” da Vale. **Revista Não Vale**, Açailândia, n. 1, p. 7-15, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/pUIT8j>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

## APÊNDICE A – Roteiro de entrevista (semiestruturado)

**Título da dissertação:** *JUSTIÇA NOS TRILHOS*: redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia

Discente: Larissa Pereira Santos (Bolsista Capes)

Orientação: Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim

1. Identificação: nome, tempo de atuação na Rede, função.
2. Nesta pesquisa não identificaremos os entrevistados pelos seus nomes. Você tem interesse em sugerir um nome fictício para ser usado quando você for citado?
3. Em 2017 a Rede *Justiça nos Trilhos* está completando uma década de atuação. Como você tem percebido esse caminho construído na defesa das comunidades atingidas pela Vale S.A.?
4. Como é, em sua opinião, atuar com questões e conflitos relacionados com uma empresa transnacional, defendendo realidades de comunidades locais (implicação da questão global-local)?
5. Como você avalia o papel das comunidades atingidas (importância, empoderamento, dificuldade)?
6. Quais as principais estratégias de atuação que você poderia mencionar como acertadas nesse processo de luta? É possível citar alguns avanços nesses 10 anos de luta (somente aquelas que você considera pertinente divulgar).
7. Como você avalia a importância de uma articulação em rede de diferentes atores sociais sobre uma mesma problemática?
8. Quais as principais dificuldades que você apontaria? Quais as reflexões sobre elas para o futuro?
9. Qual a sua opinião sobre os processos comunicacionais desenvolvidos na Rede *Justiça nos Trilhos* e com seus parceiros?
10. Algo mais a acrescentar?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista (aberto)**

Título da dissertação: *JUSTIÇA NOS TRILHOS*: redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia

Discente: Larissa Pereira Santos (Bolsista Capes)

Orientação: Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim

1. Fale sobre a sua experiência enquanto um atingido (a) pela Vale S.A.
2. Descreva sobre o papel das comunidades na luta contra os impactos da mineração.
3. Como você vê as relações entre as diferentes pessoas que se consideram atingidas pela Vale S.A. ?
4. Fale sobre a importância das articulações em redes.
5. Porque você está participando de um encontro de atingidos pela mineração?
6. Você acha importante a divulgação nacional e internacional dessa causa?

## **APÊNDICE C – Roteiro de roda de conversa: Encontro da Juventude Atingida pela Mineração**

### ENCONTRO DA JUVENTUDE ATINGIDA PELA MINERAÇÃO

#### REDE *JUSTIÇA NOS TRILHOS*

Açailândia-MA, 24, 25 de junho de 2017

#### ROTEIRO

Roda de conversa: Os impactos da Mineração em nossas comunidades

Mediadora: Larissa Pereira Santos

1. Apresentações

2. Relatos de experiências:

Cada pessoa desenha ou escreve no papel um relato de experiência dizendo o motivo de ter escolhido esse grupo temático (Impactos Ambientais). Os relatos podem ser identificados de acordo com o interesse de cada um, por exemplo: uma árvore, um cachorro, algo de representativo na minha comunidade e que se relacione com o tema (20min).

3. Partilha dos relatos:

Cada participante faz a apresentação dos seu relato (desenho ou texto) (30min).

4. Identificando relatos em comum:

Abrimos para o debate, identificando os pontos em comum que trouxeram as pessoas para esse encontro (20min).

5. Debate sobre Impactos Ambientais (livre)

6. Síntese e relatoria

## **APÊNDICE D – Roteiro de roda de conversa: Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração**

### ENCONTRO REGIONAL DOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO

#### REDE *JUSTIÇA NOS TRILHOS*

Os impactos da Mineração em nossas comunidades

Açailândia-MA, 14, 15 e 16 de julho de 2017

#### ROTEIRO

Roda de conversa: Os impactos da Mineração em nossas comunidades

Mediadora: Larissa Pereira Santos

**1.** Apresentações

**2.** Relatos de experiências:

Cada pessoa escreve no pedaço de papel um relato de experiência dizendo o motivo de ter escolhido esse grupo temático (Impactos Ambientais). Os relatos podem ser identificados de acordo com o interesse de cada um, por exemplo: uma árvore, um cachorro, algo de representativo na minha comunidade e que se relacione com o tema (10min).

**3.** Partilha dos relatos:

Cada pessoa pode fazer o relato que escreveu (20min).

**4.** Identificando relatos em comum:

Abrimos para o debate, identificando os pontos em comum que trouxeram as pessoas para esse encontro (20min).

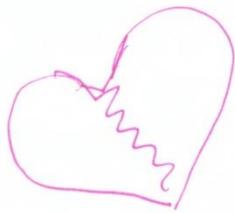
**5.** Debate sobre Impactos Ambientais (livre)

**6.** Síntese e relatoria.

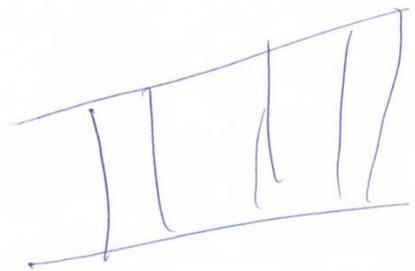
**ANEXO A – Relatos e desenhos: Encontro da Juventude Atingida pela Mineração**

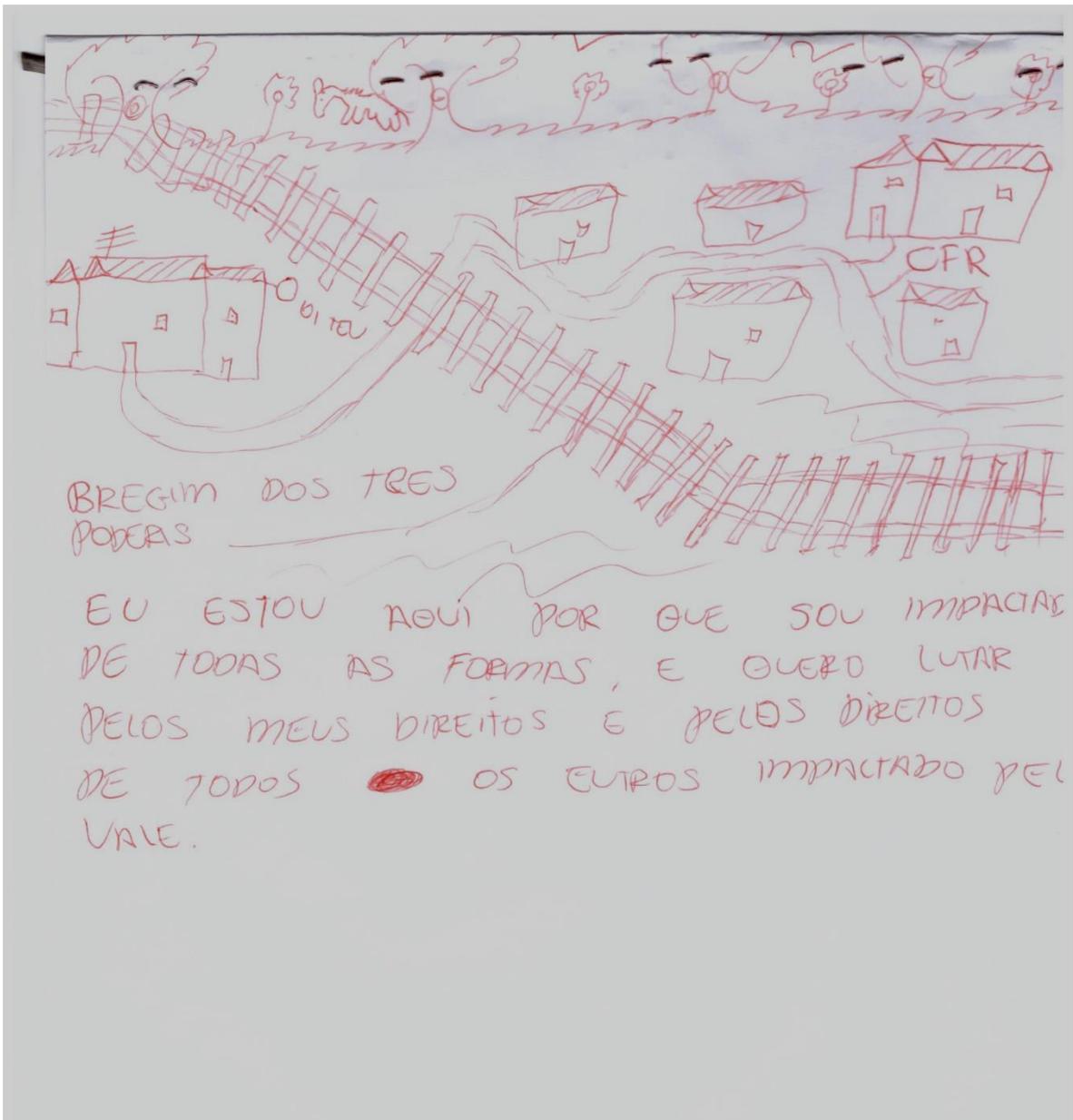
Então os impacto Ambiental e que em meio os trem acontece várias coisas tipo A Ferrovia porque onde agente mora e muito movimentado e então nós Adolescentes viemos através de melhoras para nessa comunidade e que nós não viemos Atua mais sim procurar ajudar pessoas para que nós possamos ser ajudado.

Primeiro os trem dá muito trabalho para nós que umora ves tá por perto e que quando estamos dormindo acontece movimentação muito barulho e ninguém ~~conseguir~~ conseguir dormir direito por causa do barulho ~~do~~ do trem As coisas começaram a se movimentar e também quando nós come para escola As vezes o trem ~~para~~ tá parado e nós alunos fica esperando o trem passa para nós poder ir para escola e já aconteceu vários acidentes ali na linha do ferro. E as estradas também tem muitos buraco poeira e de mais. E assim precisamos de melhoras para toda nós da comunidade.



Precisamos  
de  
Ajuda



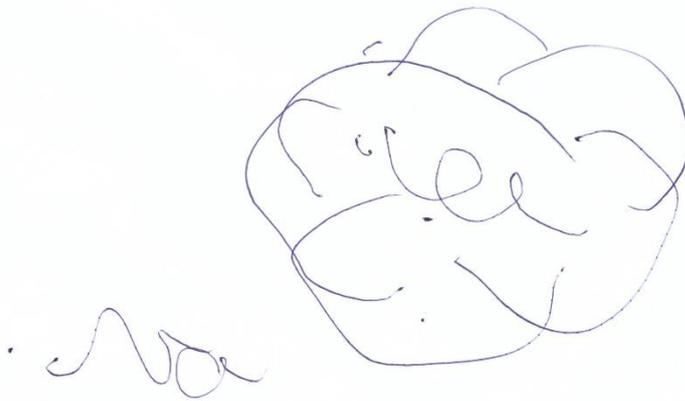
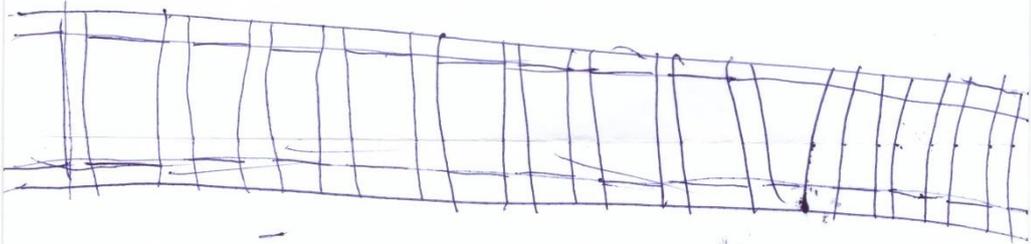


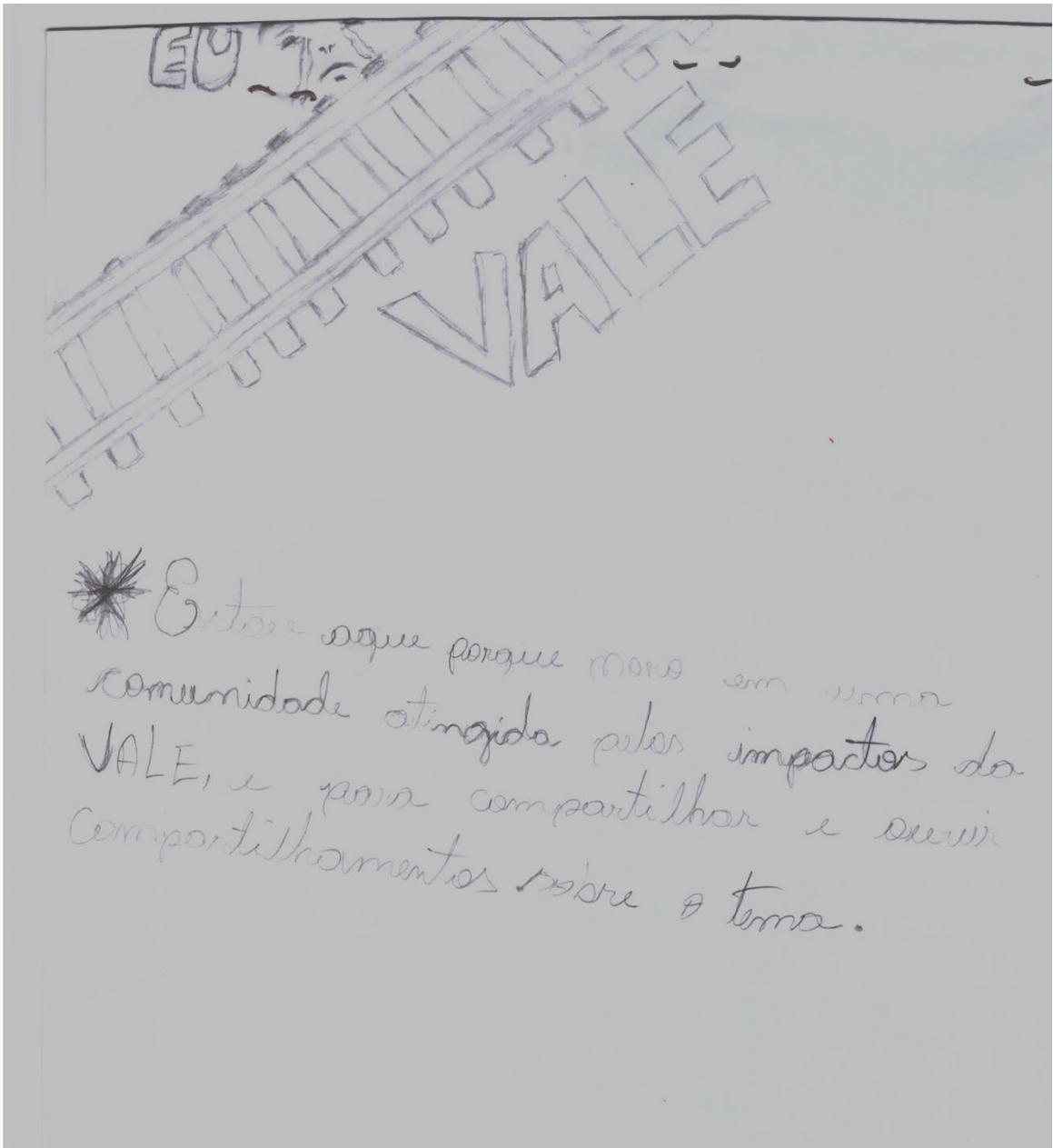
\* Um dos Motivos de estar no encontro e Busca de Conhecimento

\* Conhecer novas Culturas

\* Transferir Conhecimento

\* Fazer novas Amizade





\* Este é aquele porque mora em uma comunidade atingida pelos impactos do VALE, e para compartilhar e servir compartilhamentos sobre o tema.

Os motivos por está ~~estudo~~ aqui.

\* Melhor  
Condição  
de vida  
para os  
Serres humanos  
animais e plantas.

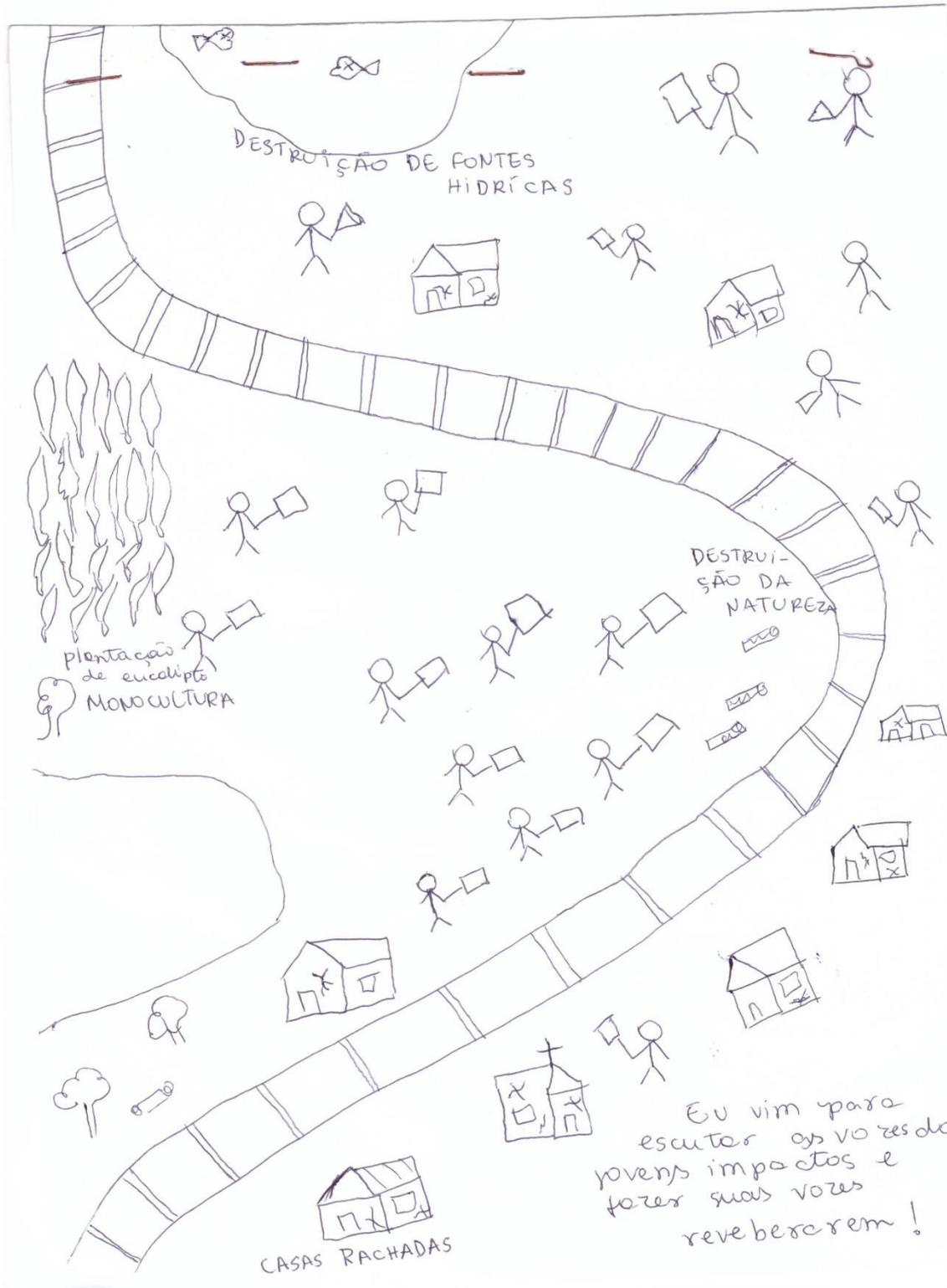


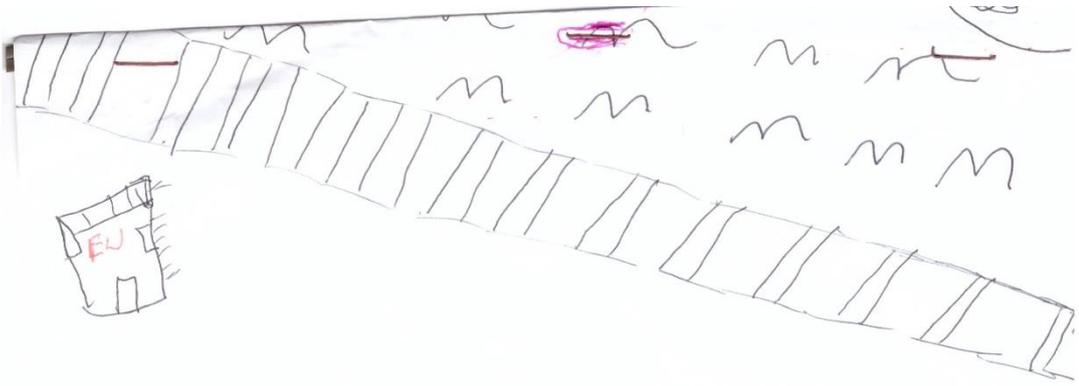
\* Falar  
pela Fauna  
e flora

\* Respeito a vida

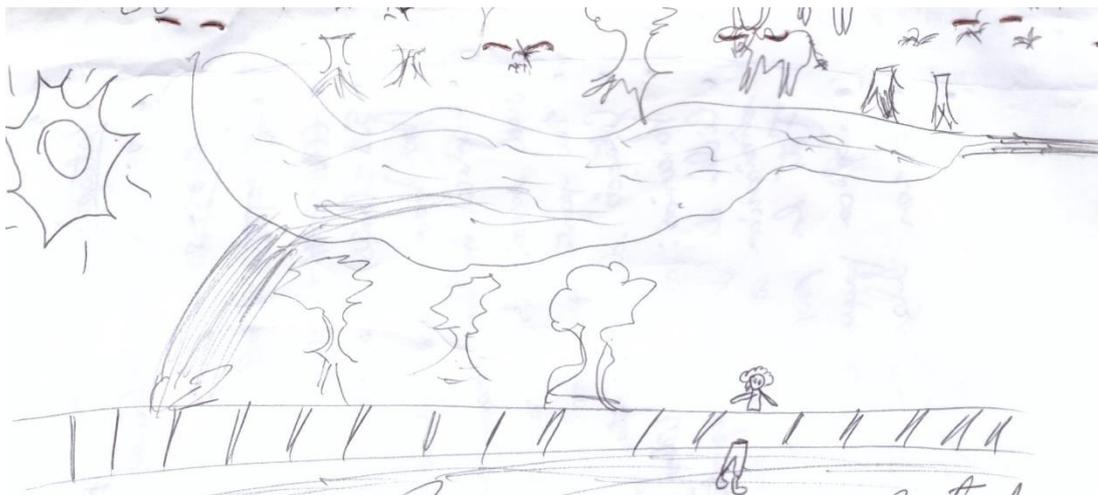








Éu estar aqui Porque sou um  
 impactado sempre costo de Juntas Força  
 mais  Todos Juntas somos forte,  
 a união faz a Força.



\*Estou aqui porque sou um impactado  
\*É sempre gostoso de juntar força nas nossas  
lutas e quero o bem para a minha  
comunidade.



Como a VALE ESTÁ ACABANDO COM OS RIOS.  
 NO NOSSO ASSENTAMENTO A QUESTÃO É SOBRE O DESMATA-  
 MENTO. AS MATAS SÃO TIRADAS PARA SER FEITO AS FERRO-  
 VIAS, QUE TAMBÉM CAUSAM GRANDES PREJUÍZOS, JÁ QUE SÃO 2-  
 FERROVIAS, O PREJUÍZO É MAIOR, PRINCIPALMENTE QUANDO O  
 TREM PARA, MUITAS PESSOAS FICAM ESPERANDO O TREM PA-  
 SSAR, PARA IR AO OUTRO LADO.  
 OUTRO PROBLEMA É SOBRE AS ESTRADAS, QUE ELES MESMO  
 ACABAM COM SEUS CARROS, E CAMINHÕES,  
 CAMINHÕES QUE DEIXAM BORACOS, E PESSOAS DOENTES POR  
 CAUSA DA POEIRA.

### \* Conflito ambiental

\* Vale por causa da falta de compromisso da Vale  
 tem duplicado a ~~ferrovia~~ ferrovias o trem fica parado  
 e os alunos Passa Pedibato e a base do trem  
 em comoda muito quando nos tem esdudado e comoda  
 a aula e também a fechadura das casa e também  
 não tem passarela para nos parar e comitês de alunos  
 Passa todo dia e também cai por de ferro e polui  
 os lagos e também a fumosa polui mulheres.

15/07/2017

Conflitos ambientais

A destruição que a vale vem deixando, por onde ela passa com o meio ambiente e com as pessoas. O tema dela é proteger o meio ambiente onde que ela só destrói tudo, como os meios de sobrevivência de cada família que depende da natureza para viver e manter sua família. Não vamos nos calar e deixar a vale acabar com os nossos recursos.

Bem na minha comunidade não somos bastante  
 → impactados tanto pela a vale como  
 os fazendeiros. os fazendeiros são destruindo  
 as margens do rio e a vale tá ~~destruindo~~ destruindo  
 as Terras as margens do rio e também tá  
 deixando muita poluição sonora.

Acampamento Rio Sussuapari

Sofemos com a falta de água pois os rios que passa no meio das terras estão secos porque a Vale matou todas as nascentes da região.

Destruição é o significado da palavra (Empresa) VALE!  
Barulho do trem  
Duplicação da ferrovia  
Poluição do minério nos Rios

## ANEXO C – Dados coletados no Facebook da *Rede Justiça nos Trilhos*

**Justiça nos Trilhos**  
Publicado por [nome] · 19 de junho · 🌐

Comunidades quilombolas e MPE/MA discutem atuação do COMEFC. O consórcio tenta mediar recursos da mineradora Vale S.A. e as comunidades, mas não há consulta pública e nem transparência na prestação de contas.

Veja a matéria completa em nosso site:  
<http://justicanostrilhos.org/.../comunidades-quilombolas-e-m.../>



**Comunidades quilombolas e MPE/MA discutem atuação do COMEFC - Justiça nos Trilhos**

O consórcio tenta mediar recursos da mineradora Vale S.A. e as comunidades, mas não há consulta pública e nem transparência na prestação de contas Foi realizada...

JUSTICANOSTRILHOS.ORG

**Justiça nos Trilhos**  
Publicado por [nome] · 20 de junho · 🌐

"Desde o dia 12 de setembro de 2007, a Vale é membro do Pacto Global (Global Compact) das Nações Unidas. Em 1999, no Fórum Econômico Mundial de Davos, o então secretário geral da ONU Kofi Annan insistiu com as lideranças mundiais do mundo dos negócios para que adotassem o Pacto Global, tanto através das práticas de suas corporações, como pelo apoio de políticas públicas apropriadas. Os 10 princípios do Pacto Global referem-se a direitos humanos, direitos do trabalho, proteção... Ver mais



 **Justiça nos Trilhos** ...  
Publicado por [nome] · 21 de junho · 🌐

Na manhã desta quarta-feira, 21, foi assinado o Termo de Cooperação e Parceria entre a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP), Fundação Vale, Vale e Caixa Econômica Federal (CEF). Esse termo vinha sendo discutido há mais de 1 ano, tempo em que foi acordado valores e responsabilidades.

O termo tem como objeto o aporte de recursos financeiros da empresa Vale S.A. junto à Caixa, no valor total de R\$ 6 milhões e 240 mil. O valor corresponde a R\$ 20 mil por cada unidade habitacional do novo bairro de Piquiá, uma conquista da ACMP com o apoio do Ministério Público (MP) para que o espaço habitacional do bairro fosse de mais qualidade, diferenciando do atual modelo habitacional do país.

Leia a matéria completa: <http://piquiadebaixo.justicanostrilhos.org/Termo-de-Coopera...>





## Justiça nos Trilhos

Publicado por [redacted] · 23 de junho ·

...

O que pensam as mais de cem comunidades atingidas pelo complexo minerometalúrgico, capitaneado pela Vale, desde sua mina em Parauapebas-PA, até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luís-MA?

O que sentem aqueles que veem nossas riquezas saqueadas para longe, deixando para o povo suas mazelas: doença, fome, violência e morte?

O que dizem os movimentos sociais e a sociedade civil organizada a respeito da duplicação de todo o sistema mina-ferrovia-porto que vem sendo implementada... Ver mais



**Justiça nos Trilhos** Publicado por [redacted] · 27 de junho ·

No site da Rede Justiça nos Trilhos é possível baixar publicações sobre temáticas de direitos humanos, como a obra "Suspensão de Segurança, neodesenvolvimentismo e violações de direitos humanos no Brasil", da Terra de Direitos

"[...]Na prática, a opção pelo modelo neodesenvolvimentista tem gerado cada vez mais exclusão social, exploração desenfreada da natureza e violações de direitos humanos, ao mesmo tempo em que gera considerável montante de lucro para as empresas que con... [Ver mais](#)

LAYZA QUEIROZ SANTOS  
ERINA BATISTA GOMES

**SUSPENSÃO  
DE SEGURANÇA,**  
neodesenvolvimentismo  
e violações de  
direitos humanos no Brasil



## Justiça nos Trilhos

Publicado por [nome] - 29 de junho · 🌐

[...] Em tempos passado o dragão nos apavorava

Mais já o enfrentamos!

As vozes eram ceifadas,

Mas já as erguemos!

Os inimigos eram cruelmente identificados,

E nós não nos deixávamos seduzir.

As bandeiras eram aprisionadas.

Mas,

o desejo de liberdade as multiplicavam!

(Diva Lopes in Tempo de divergir)

~Qual será o legado da mineração para a juventude?~

Nos dias 24 e 25 de junho, cerca de 40 jovens de comunidades maranhenses, que são atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), estiveram reunidos em Açailândia (MA), no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração.

Leia a matéria completa no nosso site: <http://justicanostrilhos.org/.../qual-sera-o-legado-da-miner.../>





## Justiça nos Trilhos

Publicado por [redacted] · 30 de junho · 🌐

...

Foi lançado na última segunda-feira, 26, o relatório Violações de direitos humanos na siderurgia: o caso TKCSA – ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. A publicação compila diversas denúncias e destrincha o passivo socioambiental causado pela siderúrgica instalada em 2007, em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste do município Rio de Janeiro. A publicação foi produzida pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e pela Justiça Global a partir de pesquisa de campo realizada entre novembro de 2016 e março deste ano.

[http://justicanostrilhos.org/.../violacoes-de-direitos-huma.../...](http://justicanostrilhos.org/.../violacoes-de-direitos-huma.../)

[www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br)

PACS.ORG.BR



## Justiça nos Trilhos

Publicado por [redacted] · 5 de julho · 🌐

...

A sentença foi exarada em maio pela juíza Adriana Divina da Costa Tristão, da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá, e divulgada hoje (4) no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O processo é referente a um ato público realizado na entrada do Bairro Araguaia, onde passa a Estrada de Ferro Carajás (EFC), em 20 de novembro de 2015, por professores, estudantes e moradores da região. Apenas o professor foi denunciado.

Leia a matéria completa: <http://justicanostrilhos.org/.../professor-vence-primeira-ba.../>



### Professor vence primeira batalha contra a Vale - Justiça nos Trilhos

Fonte da Matéria: Correio de Carajás Queixa-crime foi julgada improcedente e justiça absolveu o denunciado Após pouco mais de um ano, o professor universitário Evandro Costa de Medeiros venceu uma das...

JUSTICANOSTRILHOS.ORG



### Justiça nos Trilhos

Publicado por [nome] · 7 de julho ·

Formação Política T.I Pindaré, aldeia Piçarra Preta I

A Formação Política é realizada pela rede Justiça nos Trilhos em parceria com o GEDMMA/UFMA, de São Luís (MA). Essa atividade reuni comunidades impactadas pelo corredor de Carajás e promove trocas de experiências entre elas, fortalecendo laços e contribuindo com formação crítica sobre as violações provocadas pela EFC.



### Justiça nos Trilhos

Publicado por [nome] · 10 de julho ·

Auzilândia é uma comunidade rural localizada no município de Alto Alegre do Pindaré (MA), com uma população de cerca de 12 mil pessoas. Tem seu território dividido em dois pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), sendo que de um lado ficam bairros como a Travessa Carajás e a Vila Nova, e do outro os demais bairros, comércio, equipamentos sociais (escolas, posto de saúde e etc.), além do Rio Pindaré.

Leia mais: <http://justicanostrilhos.org/2017/06/13/auzilandia-ma/>



### Auzilândia – MA - Justiça nos Trilhos

Auzilândia é uma comunidade rural localizada no município de Alto Alegre do Pindaré (MA), com uma população de cerca de 12 mil pessoas. Tem seu território dividido em dois pela Estrada de Ferro...

JUSTICANOSTRILHOS.ORG



Justiça nos Trilhos adicionou uma nova foto.



Publicado por [redacted] · 12 de julho ·

# Cerrado:

os povos gritam por água e território livres

“ Bendita és tu, ó Mãe Água,  
que nasce e corres  
no coração do Cerrado,  
alimentando a vida ”

## 1ª Romaria Nacional do Cerrado

29 e 30 de setembro de 2017  
Balsas - Maranhão

Organização: [redacted] Apoio: [redacted] Patrocinador: [redacted] Parceiro: [redacted]

## ANEXO D – Dados coletados no site da Rede Justiça nos Trilhos



[Homepage](#) » [Destaque](#) » [Comunidades quilombolas e MPE/MA discutem atuação do COMEFC](#)

### Comunidades quilombolas e MPE/MA discutem atuação do COMEFC

segunda-feira, 19 de junho de 2017

588 visualizações

*O consórcio tenta mediar recursos da mineradora Vale S.A. e as comunidades, mas não há consulta pública e nem transparência na prestação de contas*



Foi realizada na manhã do dia 17 de junho de 2017, no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru-Mirim, uma reunião entre sociedade civil e Ministério Público do Maranhão (MPE/MA) para discutir a atuação do Consórcio dos Corredores Multimodais do Maranhão (COMEFC) nos territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo. Desde 2013, quando foi criado, o consórcio vem se colocando como o mediador da mineradora Vale S.A. e as comunidades afetadas pela empresa no que se refere ao repasse das verbas de compensação da Vale. Participaram da reunião mais de 50 pessoas, representando 19 comunidades quilombolas. Também participaram do encontro grupos de estudos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), entidades de defesa dos Direitos Humanos e Povos Tradicionais, além de jornalistas e advogados.

Após denúncias de desvios de verbas de comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim, durante a gestão do ex-prefeito Magno Amorim, o Ministério Público, representado pelo promotor de Justiça Benedito Coroba, atuando em substituição pela 2ª. Promotoria de Justiça da Cidadania de Itapecuru-Mirim, ouviu as comunidades e encaminhará as denúncias feitas sobre a falta de fiscalização do COMEFC, que criou as condições para o desvio de mais de R\$ 3 milhões destinados à construção de escolas, unidades básicas de saúde e projetos de geração de emprego e renda. Além do desvio de verbas, foram apontadas a não conclusão de obras, construção de poços em locais diferentes da destinação original, entre outras irregularidades que provocaram a propositura de ação de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público Estadual em tramite na comarca de Itapecuru-Mirim

A notícia recente da possível liberação de R\$ 57 milhões de fundos públicos, oriunda do processo de privatização da empresa Vale S.A. em 1997, preocupa as comunidades. O recurso que poderia ser gerenciado apenas pelo governo do Estado, poderá ser administrado pelo consórcio. A decisão foi acordada em reunião realizada no Rio de Janeiro em 17 de março desse ano, entre o governo do Estado, prefeitos consorciados ao COMEFC e o BNDES. Assim, as comunidades apresentaram ao Ministério Público seu total repúdio a tal decisão do Estado, uma vez que o COMEFC, em sua atuação em Itapecuru-Mirim, demonstrou incompetência para fiscalizar e regular a aplicação de recursos nas comunidades quilombolas.



Além disso, foi colocado ao representante do MP-MA a ausência de prestação de contas do COMEFC perante a sociedade civil – que já buscou informações públicas junto ao consórcio e prefeituras consorciadas, mas sem sucesso – e também perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE), que desde a criação do consórcio em 2013 não registrou nenhuma prestação de contas. O COMEFC é um consórcio público de direito público, e por isso é obrigado por lei a prestar contas de sua atuação aos órgãos de fiscalização, como o TCE.

Durante a reunião, foi criado o Conselho quilombola para fazer o controle social do COMEFC e a redação de uma carta de repúdio ao COMEFC. Foi feito também o pedido de uma audiência pública com Flávio Dino, governador do Estado; Rodrigo Lago, Secretário Estadual de Transparência e Controle; Gerson Pinheiro de Souza, Secretário Estadual de Igualdade Racial; e Pedro Celestino,

representante da Fundação Cultural Palmares no Maranhão.

Leia a carta de repúdio na íntegra [Carta de repudio ao Comefc](#)



[Homepage](#) » [Audiovisual](#) » [Áudio](#) » [Laudo da ANTT mostra precariedade de travessias na Estrada de Ferro Carajás – Jornal Amazônia é Notícia – RNA](#)

## Laudo da ANTT mostra precariedade de travessias na Estrada de Ferro Carajás – Jornal Amazônia é Notícia – RNA

*sexta-feira, 23 de junho de 2017*

59 visualizações

Matéria da rede Justiça nos Trilhos veiculada no Jornal Amazônia é Notícia, da Rede de Notícias da Amazônia, no dia 31 de maio de 2017. Trata sobre o laudo da ANTT que mostra a precariedade das travessias ao longo do Corredor de Carajás.



[Homepage](#) » [Audiovisual](#) » [Áudio](#) » [Termo de Cooperação é assinado pela ACMP, Vale S.A e Caixa Econômica Federal – Jornal Amazônia é Notícia – RNA](#)

## Termo de Cooperação é assinado pela ACMP, Vale S.A e Caixa Econômica Federal – Jornal Amazônia é Notícia – RNA

*sexta-feira, 23 de junho de 2017*

61 visualizações

Matéria da rede Justiça nos Trilhos veiculada no Jornal Amazônia é Notícia, da Rede de Notícias da Amazônia, no dia 23 de junho de 2017. Trata sobre assinatura do Termo de Cooperação entre Associação de Moradores de Piquiá de Baixo, a Fundação Vale e a Caixa Econômica Federal.



Homepage » Notícias » Qual será o legado da mineração para a juventude?

EJAM

## Qual será o legado da mineração para a juventude?

quinta-feira, 29 de junho de 2017

   272 visualizações

*Escorrega pelos dedos o tempo de divergir.  
Provamos a dor, a insegurança,  
e a inaceitável fraqueza que nos escandaliza.  
Sentimos pelo escândalo silencioso,  
Pela mancha na história,  
pela memória ferida,  
pela fúria imobilizada.  
Somos nós,  
vítimas da fome e da ilusão.  
Somos povo?  
Ou somos isca?  
O legado é abundante.  
A beleza incomum.  
As riquezas incalculáveis.  
Em tempos passado o dragão nos apavorava  
Mais já o enfrentamos!  
As vozes eram ceifadas,  
Mas já as erguemos!  
Os inimigos eram cruelmente identificados,  
E nós não nos deixávamos seduzir.  
As bandeiras eram aprisionadas.  
Mas,  
o desejo de liberdade as multiplicavam!  
(Diva Lopes in Tempo de divergir)*



Nos dias 24 e 25 de junho, cerca de 40 jovens de comunidades maranhenses, que são atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), estiveram reunidos em Açailândia (MA), no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração.

A ferrovia, construída na década de 1980, é utilizada para o transporte do minério de Carajás, Pará, até o Porto do Itaqui, no Maranhão e corta 27 municípios. Muitas das comunidades localizadas nesses municípios já existiam anteriormente à construção da ferrovia e tem convivido com os impactos de sua operação.

Para o jovem Eduardo Machado, morador do assentamento Planalto I, do município de Açailândia, os impactos se apresentam de formas parecidas ao longo do Corredor Carajás. "O pessoal é atingido do mesmo jeito, só o jeito de

contar é que é diferente... nosso assentamento não é bem próximo, mas a gente tem que vir para a região de Açailândia e de todo jeito tem que atravessar a ferrovia. Às vezes quando a gente vem, o trem tá parado bem na travessia, o ônibus tem que esperar ou fazer um desvio para uma estrada muito ruim..."

Ele ressalta ainda a falta de respeito da empresa Vale S.A pela população que vive às margens da ferrovia. "Ela [Vale] não imagina que naquelas terras, onde ela quer construir, tem pessoas e elas tem sua história. Ela só passa por cima. não quer saber como foi a história daquele lugar, porque aquelas pessoas gostam de morar lá. Quando as pessoas se manifestam querem processar, dizer que as pessoas estão erradas."

A própria construção da ferrovia feriu direitos à terra e ao território destas populações já que não as levou em consideração, não foram consultados e até os dias atuais os impactos sofridos não foram reparados. Desde 2011, a empresa Vale S.A implementa obras de grandes proporções que objetivam a duplicação da EFC em toda a sua extensão, fator que tem aumentado as violações já existentes e provocado novos impactos tanto sociais quanto ambientais.

A Estrada de Ferro Carajás faz parte da infraestrutura construída pelo o Programa Grande Carajás, um projeto de exploração mineral, iniciado durante o período da ditadura militar no Brasil. Foi oficialmente lançado em 1982, com o intuito de explorar de forma integrada os recursos da província mineralógica de Carajás, considerada a mais rica do mundo. Para dar suporte ao Programa foi construída também a Usina hidrelétrica de Tucuruí (Pará) e o Porto de Ponta da Madeira, localizado no Porto do Itaqui, na capital do Maranhão, São Luís.

Altina de Abreu, mora em uma comunidade do município de Bom Jardim (MA). Ela ressalta que o Encontro da Juventude foi um momento de aprendizagem, de troca de saberes e de questionamentos. "Participando da formação eu percebi que as pessoas exploram os recursos naturais, elas estão sendo felizes porque estão obtendo capital, dinheiro sobre aquilo, mas quem tá ficando lá atrás com o resto, com a miséria que fica, com a pobreza para essas pessoas que tem suas comunidades cortadas pela estrada de Carajás? Porque o que fica é isso, é a miséria e a pobreza para as pessoas que lá moram."



[Homepage](#) » [Audiovisual](#) » [Áudio](#) » [Comunidades quilombolas e MPE/MA discutem atuação do COMEFC – Jornal Amazônia é Notícia – RNA](#)

## Comunidades quilombolas e MPE/MA discutem atuação do COMEFC – Jornal Amazônia é Notícia – RNA

sexta-feira, 30 de junho de 2017

[WhatsApp](#) [Twitter](#) [Facebook](#) 141 visualizações

Matéria da rede Justiça nos Trilhos veiculada no Jornal Amazônia é Notícia, da Rede de Notícias da Amazônia, no dia 21 de junho de 2017. Trata sobre a audiência pública de comunidades quilombolas de Santa Rosa dos Pretos com o Ministério Público do Maranhão sobre a atuação do COMEFC.



[Homepage](#) » [Publicações](#) » [Violações de direitos humanos na siderurgia: o caso TKCSA – ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico](#)

## Violações de direitos humanos na siderurgia: o caso TKCSA – ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico

sexta-feira, 30 de junho de 2017

[WhatsApp](#) [Twitter](#) [Facebook](#) 134 visualizações



A publicação compila diversas denúncias e destrincha o passivo socioambiental causado pela siderúrgica instalada em 2007, em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste do município Rio de Janeiro. A publicação foi produzida pelo Instituto Pacs e pela Justiça Global a partir de pesquisa de campo realizada entre novembro de 2016 e março deste ano.

Baixe aqui o [Relatório Violações de Direitos Humanos na Siderurgia: o caso TKCSA](#)

0 Comentários

Deixe o seu comentário!



Homepage » Notícias » Professor vence primeira batalha contra a Vale

## Professor vence primeira batalha contra a Vale

quarta-feira, 5 de julho de 2017

📧 🐦 📺 237 visualizações

Fonte da Matéria: [Correio de Carajás](#)

Queixa-crime foi julgada improcedente e justiça absolveu o denunciado



Foto Alexandra Duarte

Após pouco mais de um ano, o professor universitário Evandro Costa de Medeiros venceu uma das batalhas judiciais contra a mineradora Vale e foi absolvido da acusação de "fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite", conforme artigo 345 do Código Penal, que tem como pena detenção de 15 dias a um mês ou multa.

A sentença foi exarada em maio pela juíza Adriana Divina da Costa Tristão, da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá, e divulgada hoje (4) no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O processo é referente a um ato público realizado na entrada do Bairro Araguaia, onde passa a Estrada de Ferro Carajás (EFC), em 20 de novembro de 2015, por professores, estudantes e moradores da região. Apenas o professor foi denunciado.

De acordo com a sentença, a Vale alega que Evandro Medeiros, do corpo docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), liderou invasão e interdição da EFC, sob o pretexto de promover ato de solidariedade ao povo de Mariana, em Minas Gerais. No dia 5 de novembro de 2015, ocorreu o pior acidente da mineração brasileira no município, em decorrência do rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela BHP Billiton.

A juíza avaliou, por meio das provas, que a intenção do agente ativo era de manifestação e não de defesa de interesse, pelas próprias mãos, ainda que para tanto o denunciado tenha contado com auxílio de outras pessoas (alunos, outros professores e atingidos). "O fato de ir às ruas e manifestar nas linhas férreas, em apoio às vítimas do desastre de Mariana, não configura pretensão de satisfazer interesse que poderia ser resolvido judicialmente, mormente porque não representante daquelas vítimas".

Avaliou, ainda, por meio dos depoimentos e documentos juntados aos autos, que o ato não foi feito apenas por uma pessoa, mas por várias, o que "dificulta a individualização da conduta e indivisibilidade da ação privada". Para a juíza, a conduta pode até configurar outro tipo de crime, mas não o apontado pela mineradora.

A magistrada acrescenta que a manifestação não durou muito tempo e que não há provas efetivas de que tenha atrasado o transporte de cargas e/ou passageiros feito pela Vale e, muito menos, que o ato seria capaz de interferir na atuação da Vale S/A ou da Samarco frente a um possível processo judicial. Por fim, a juíza afirma entender que os atos praticados pelo autor não se enquadram na definição legal do crime imputado, julgando improcedente a acusação e absolvendo o professor.

### "Alívio"

Procurado pelo Correio de Carajás, Evandro Medeiros comemorou a decisão. "Que bom que a Justiça prevaleceu, mais que um alívio bate um sentimento de que ainda é possível acreditar que as instituições não estão todas corrompidas e há a possibilidade de prevalecer a Justiça neste país".

Destacou ter passado momentos difíceis em 2016, enquanto respondia ao processo. "Me criou um ano cheio de tensões, não por medo de ser condenado ou ser preso, disso não me cabe o medo, mas tensão pelo sentimento de indignação e de revolta, de injustiça. Essa indignação só aumentava a cada notícia de um novo crime ou violação de direito da Vale cometido contra as pessoas da região e a cada notícia nacional sobre Mariana e como a empresa vinha sendo beneficiada por órgãos públicos. Foi um ano de revolta muito grande e de expectativa em saber o que iria acontecer".

O professor diz esperar que a decisão sirva também para pautar novas decisões em favor da população e daqueles que "são criminalizados e processados continuamente pela Vale", além de servir de exemplo para a população local e para aqueles que lutam por direitos. "Para mostrar que não podem baixar a cabeça jamais, não podem se vender, se acovardar, se entregar e nem ter medo dessa empresa e da violência praticada de maneira simbólica contra as pessoas", diz, acrescentando que o "esforço da Vale nesse caso" foi para "criar um processo de criminalização das pessoas que lutam por direitos".

Evandro Medeiros também é cineasta e no ano em que foi processado vinha realizando um documentário, junto da companheira Alexandra Duarte, junto aos atingidos pela EFC no Bairro Araguaia. Em decorrência da mesma manifestação, ele foi indiciado também criminalmente pela Polícia Civil em dois artigos do Código Penal: 260 (impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro) e 286 (incitar, publicamente, a prática de crime), cujo processo ainda está em andamento. As penas dos crimes, caso somadas em concurso material, podem chegar a mais de cinco anos e meio de privação da liberdade.

### Mineradora

Procurada a assessoria de comunicação da Vale, esta afirmou que a mineradora tomou ciência da sentença absolutória e informou que, no prazo legal, adotará as providências cabíveis para a reforma da decisão. **(Luciana Marschall)**

Homepage » Audiovisual » Vídeos » Formação Política T.I Pindaré, aldeia Piçarra Preta I

## Formação Política T.I Pindaré, aldeia Piçarra Preta I

quinta-feira, 6 de julho de 2017

   125 visualizações

A Formação Política é realizada pela rede Justiça nos Trilhos em parceria com o GEDMMA/UFMA, de São Luis (MA). A formação reuni comunidades impactadas pelo corredor de Carajás e promove trocas de experiências entre elas, fortalecendo laços e contribuindo com formação crítica sobre as violações provocadas pela EFC.



[Homepage](#) » [Destaque](#) » Encontro reúne comunidades para debater impactos da mineração

Encontro Pará e Maranhão

## Encontro reúne comunidades para debater impactos da mineração

sexta-feira, 21 de julho de 2017



 16 visualizações

O vento que venta não venta, o mar que urra não urra

Se atrás de mim não vem gente, oh meu Deus! Quem é que tanto me empurra?

Oh, que estrondo no mundo, que balançou a serra!

Os ares já estão mudados, guerreiros chamados para combater guerra!

(autor desconhecido)



O discurso da exploração de recursos naturais como base para o desenvolvimento econômico do país é antigo, assim como as violações aos direitos das populações que vivem próximas a grandes empreendimentos. Desenvolvimento para quem e a custo de quê? Questionam comunidades impactadas pela mineração nos estados do Maranhão e Pará, que estiveram reunidos em Açailândia (MA), nos dias 15 e 16 de julho, no Encontro Regional dos Atingidos e Atingidas pela Mineração MA e PA (ERAM) e no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração (EJAM).

Os eventos reuniram cerca de 80 jovens e adultos em um debate sobre a superação do atual modelo de exploração dos territórios. "Nós já sabemos o que nós não queremos. Precisamos avançar no que nós queremos. O que eles chamam de modelo de desenvolvimento, não nos interessa", afirmou Raimundo Gomes da Cruz, do Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), que compôs a mesa temática tratando sobre o atual contexto político do Brasil e a mineração.

Outro ponto abordado foi a escalada de violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais e o aumento dos conflitos no campo, decorrente das disputas por terras. Andréia Silvério, advogada da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá (PA) relatou os episódios que culminaram com o massacre de lavradores em Pau d'Arco, no sudoeste do estado e citou outras ações violentas e massacres que ocorrem no Brasil, em 2017, como o assassinato de 10 lavradores em Colniza, no Mato Grosso.

O atual contexto de reformas e perdas de direitos, pleiteadas pelo governo Temer, tem intensificado as violações sofridas nos territórios ligados ao setor de mineração e siderurgia: destruição do ambiente, violação dos direitos de ir e vir e do direito à informação, poluição, violência, ausência de políticas públicas, aumento de criminalização de lideranças, entre outros.

**ANEXO E – Termo de responsabilidade**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E  
AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Eu, **Larissa Pereira Santos**, aluna do Mestrado em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará, com matrícula nº 201625170002, por meio do presente instrumento, isento minha Orientadora e a Banca Examinadora de qualquer responsabilidade sobre a autoria do conteúdo existente na Dissertação: “*JUSTIÇA NOS TRILHOS: redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia*”, assumindo que a realização desta pesquisa foi proveniente de minhas reflexões e pesquisas. Declaro ainda que a dissertação que apresento e submeto à Banca Examinadora constituída pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará não é cópia de nenhum trabalho ou de material acadêmico já produzido, responsabilizando-me pela veracidade destas afirmações. Estou ciente das implicações legais a que estou sujeita, caso esta declaração falte à verdade.

Belém/PA, 19/02/2018.

Larissa Pereira Santos